

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

NOVEMBRO DE 1999



Id. 009/99

↓
**BANCO DE DADOS SOBRE AS
RELAÇÕES TRABALHO-CAPITAL E
SOCIEDADE-ESTADO.**

NÚMERO 2

Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório (org)

***CADERNOS EBAP
Nº 99***

Rio de Janeiro – Brasil

CADERNOS EBAP

Publicação da **ESOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** da **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS** para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

DIRETOR DA EBAP

Bianor Scelza Cavalcanti

CHEFE DO CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

Deborah Moraes Zouain

COMITÊ EDITORIAL

Corpo Docente da EBAP

EDITORAÇÃO

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA:

CADERNOS EBAP

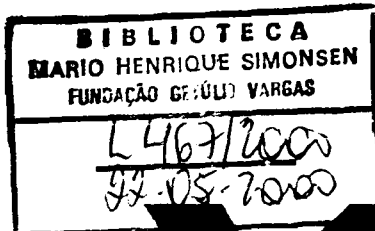
Praia de Botafogo, 190 – Sala 426 – J

Botafogo – Rio de Janeiro – RJ

22253-900

Telefones: (021) 559 - 5775 / 559 - 5774 / 551- 8051

Fax: (021) 551-8051



BB-00066117-1

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - R A P -

ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA PROFISSIONALISMO

VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS
SOBRE:

- *GESTÃO INTEGRADA DE PROGRAMAS PÚBLICOS*
- *POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, SOCIAL, MEIO AMBIENTE ETC.*
- *PROCESSO DECISÓRIO*
- *GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS*
- *ESTADO EMPRESÁRIO*

**VISITE A LIVRARIA DA FGV.
DISPOMOS DE NÚMEROS AVULSOS.**

INFORMAÇÕES E ASSINATURAS

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- E B A P -

PRAÇA DE BOTAFOGO, 190 - 4º ANDAR

**TEL: 559 - 5775
551 - 8051**

Prezado Leitor,

Faça já sua assinatura dos **CADERNOS EBAP** por R\$18,00 e receba, ao longo do ano, seis exemplares. Você terá, sem dúvida, a oportunidade de refletir sobre importantes temas da administração pública brasileira.

A Editora

✂ —Corte aqui—

✂

<div data-bbox="548 873 722 1106" style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 100px; margin: 0 auto;"></div> <p>CADERNOS EBAP</p> <p>Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas</p> <p>Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa</p> <p>Praia de Botafogo, 190, Sala 426J</p> <p>Botafogo - Rio de Janeiro - RJ</p> <p>22 253 - 900</p>	<p>CADASTRO: CADERNOS EBAP</p> <p>Nome:.....</p> <p>Instituição:.....</p> <p>Endereço:.....</p> <p>Cidade:.....</p> <p>País:.....</p> <p>Código Postal:.....</p> <p>Data:...../...../.....</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>
---	---

✂ —Corte aqui— ✂

Fundação Getulio Vargas
Escola Brasileira de Administração Pública
Programa de Estudos em Gestão Social

Banco de Dados sobre as Relações
Trabalho-Capital e Sociedade-Estado.

Número 2

APRESENTAÇÃO

A conciliação do global com o pontual, parece ser o que melhor descreve o processo que assistimos neste final de século. Ao mesmo tempo que a economia abandona progressivamente os limites do Estado Nacional, formando blocos que extrapolam os limites econômicos, reconhece-se a importância da ação localizada como forma de evitar ou controlar problemas de ordem universal.

Trata-se hoje da necessidade de articulação entre o plano global - o planeta como unidade- e o plano local - onde as ações de fato se efetivam-, principalmente as centradas nas questões ambientais e sociais. Dentre os *desafios ambientais* para o próximo milênio, constatamos os temas *qualidade de vida* e *miséria* como parte das questões ambientais, o que mostra que o aspecto social é parte de questões vitais da sociedade.

Falar de necessidades humanas, nacionais ou contemporâneas, da era da informática e da microeletrônica, mascara o fato de que esse refúgio em essências uniformiza o social e impõe ao imaginário coletivo as necessidades de um determinado segmento da sociedade portadora de veículos, capazes de projetar como universal aquilo que é particular. O mercado contemporâneo é formado por uma economia mundializada mas grande parte da população mundial não participa desta arena.

Combater situações degradantes de vida não implica em alternativa única, posto haverem diferenças econômicas e culturais entre os diferentes grupos sociais. A democracia participativa exige que cada grupo, cada beneficiário, seja co-responsável pelas ações de interesse público que atendam às necessidades presentes na diversidade social. Para tanto, há necessidade de que as instituições se direcionem para tecnologias capazes de atender diferentes organizações e atores sociais, capacitando pessoal e fornecendo apoio para a solução de problemas, tanto no âmbito governamental como no de organizações não-governamentais e comunitárias.

No caso da relação entre trabalhadores e empresários, a partir da intensificação da flexibilização organizacional, influenciando experiências e conceitos de negociação capital-trabalho, torna-se necessária a co-responsabilidade entre estes dois atores. A idéia de administração centralizada mostrou-se limitada para a solução dos conflitos entre capital e trabalho e do impacto social decorrente do processo de inovação tecnológica.

Desta forma, estariam criadas condições para um processo de transferência de tecnologia capaz de fornecer orientação técnica tanto na elaboração e gestão de projetos comunitários e no gerenciamento de políticas públicas, enfatizando a participação popular no processo decisório e na gestão de programas, como também num modelo de gestão empresarial na qual o trabalhador participe das decisões de toda produção.

A ação negociadora pressupõe instrumentos. Não se trata de passar o discurso competente¹ para o público beneficiário, mas de discutir com ele, em igualdade, sobre a produção e o aproveitamento dos saberes acolhidos nas ciências afins da administração, para produção de alternativas na solução dos problemas que o aflige.

Agências de Cooperação Internacionais, ONGs, Bancos Internacionais de Desenvolvimento, experiências de governos municipais e estaduais e a sociedade civil organizada de um modo geral, têm ressaltado as vantagens de gestões que contam com a participação e o envolvimento das populações locais, principalmente para saberem o que elas efetivamente desejam e podem contar com a colaboração necessária para o alcance de melhores resultados. Na *Agenda 21*, por exemplo, se destaca a necessidade da ação de autoridades locais² como base para a solução de problemas. A revista *Desarrollo y Cooperación*, dedicou um número à participação, como algo sempre exigido, mal interpretado e raramente executado³.

Estas são as discussões que vêm ocorrendo no campo chamado de gestão social, ou seja, o conjunto de processos sociais em que a ação gerencial se desenvolve através de uma interação negociada entre os atores sociais, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo de gestão e a participação, o que possibilita utilizar esquemas organizacionais diferenciados e múltiplos centros de participação social e política.

O presente Projeto está estreitamente ligado a linha de pesquisa Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), que vem sendo desenvolvida desde 1991 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que gerou, entre outros produtos, o Banco de Dados *Realidade Urbana no Brasil - Dossiê Cidadania e Poder Local* para o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS).

O PEGS vêm trabalhando no sentido de enriquecer a produção acadêmica e prática no campo da Gestão Social através de artigos, livros, participação em eventos e trabalhos comunitários. Outrossim, outras instituições, pesquisadores e cidadãos também tem inovado nesta área. Porém, a produção de um saber não garante o aproveitamento social do mesmo. Canais apropriados de sistematização e divulgação servem como mecanismos para ampliação do aproveitamento de estudos, pesquisas e experiências em casos semelhantes.

¹ ver: CHAUÍ, Marilena de Souza. *O Discurso Competente e outras falas*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

² " Because so many of the problems and solutions being addressed by Agenda 21 have their roots in local activities, the participation and cooperation of local authorities will be a determining factor in fulfilling its objectives. Local authorities construct, operate and maintain economic, social and environmental infrastructure, oversee planning processes, establish national and subnational environmental policies. As the level of governance closest to the people, they play a vital role in educating, mobilizing and responding to the public to promote sustainable development. " (chapter 28: Local authorities initiatives in support of Agenda 21)

³ Destacamos do editorial do D-C nº 3, 1993:3

"Ya en los años 60, cuando la cooperación para el desarrollo apenas habia comenzado, anotaba con razón Gunnar Myrdall en su libro "Drama Asiático": nunca preguntamos a los campesinos hindúes si querian ser desarrollados, y enmos les preguntamos cómo. Simplemente dispusimos sobre ellos."

Quando se trata do objetivo de fornecer subsídios teóricos e técnicos, assim como interagir com pessoas e instituições com vistas à ampliação da participação e co-responsabilidade cidadã nas relações Estado-Sociedade e Capital-Trabalho, a necessidade do diálogo e da correspondência permanente se faz presente.

Para viabilizar a comunicação entre interessados na gestão social do trabalho, estamos trabalhando no PEGS a confecção de uma rede de informações que busca sistematizar e difundir a produção existente, servindo de subsídio para os compromissados com a prática, e de material de referência para pesquisadores interessados no tema.

Existem no PEGS duas linhas básicas de pesquisa: a relação Sociedade-Estado e a relação Trabalho-Capital. A inversão proposital da ordem usual dos termos das relações tem como objetivo acentuar a perspectiva adotada nos textos, ou seja, uma leitura das questões gerenciais que enfatiza a cidadania e o cidadão como agentes de seus interesses e direitos no tocante a temas públicos ou das relações de produção.

Assim cabe identificar referenciais teóricos e práticos a partir da negociação na solução do conflito entre trabalhadores e empresários e de novos instrumentos e canais que permitam a participação popular na gestão pública, possibilitando maior fundamentação teórica na busca pela redefinição da cidadania, fenômeno que no Brasil contemporâneo vem assumindo novas dimensões.

1. OBJETIVO GERAL

Criar Banco de Dados que identifique experiências nacionais, a partir da década de 80, relacionadas à temas ligados a Gestão Social, enfocando dois aspectos: a busca de soluções do conflito Capital-Trabalho sob o paradigma da flexibilização organizacional e nas mudanças na relação entre a Sociedade e o Estado.

1.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Levantar as experiências de negociação coletiva nos setores secundário e terciário da economia e de gestão participativa na administração pública.
- ✓ Levantar bibliografia que identifique conceitos, experiências e análises de negociação na solução do conflito Capital-Trabalho, assim como experiências que demonstrem o envolvimento da população no processo de gestão pública, identificando mecanismos e instrumentos que possibilitem a participação, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania.
- ✓ Levantar, através de endereçamento eletrônico, instituições e atores sociais que desenvolvam estudos similares.

2. JUSTIFICATIVA

O material existente sobre gestão social é ainda pouco sistematizado, o que dificulta o acesso dos interessados, seja no campo da investigação científica, seja na prática da gestão social, o que pressupõe a necessidade de um Banco de Dados. A sistematização, assim como a disponibilidade da produção sobre o tema, é fundamental para democratização do acesso a estas informações, podendo gerar maior avanço na área e graças à ampliação do debate e aplicações a projetos sociais.

Um banco de dados, objeto do presente projeto, faz parte de uma proposta de diálogo e troca de informação sobre gestão social, constituindo em um dos canais de intercâmbio entre os pesquisadores da área temática.

Deste modo, duas são as justificativas que identificam este Anteprojeto:

- Iniciativa da FGV/EBAP/PEGS de criar um Banco de Dados sobre experiências e conceitos de negociação Capital-Trabalho no Brasil, com o advento da flexibilização organizacional, particularmente aquela surgida com a globalização da economia; necessidade de identificar novas experiências que envolvam a participação popular na administração pública;
- O modelo tradicional no estudo da organização societal e do trabalho, sempre foi pautado pela hierarquia das relações entre o capital e o trabalho e o Estado e a sociedade. Sob o enfoque da Gestão Social, busca-se superar estas relações de conflito, passando de uma relação monológica para dialógica.

3. METODOLOGIA

O PEGS está elaborando um Sistema de Referência Bibliográfica que conta com um programa próprio de informática adequado à catalogação das obras e com uma estratégia de consulta. O sistema está sendo testado na rede interna da FGV.

O método de trabalho seria implementado através da coleta de dados nas seguintes fontes:

- Primárias: Justiça do Trabalho, órgãos governamentais, empresariais e dos trabalhadores
- Secundárias: redes de bibliotecas, institutos de pesquisa universitários e outras organizações da sociedade civil que estudem a temática.
- Terciárias: redes nacionais e internacionais, via Internet, que estudem as relações do objeto em questão.

A programação do método obedeceria a seguinte sequência:

Elaboração de palavras-chaves referenciadoras do Banco de Dados;
pesquisa de campo, que compreenderá o preenchimento de um roteiro com características bibliográficas contendo, no mínimo, as seguintes informações:

problema;
atores envolvidos;
data e o período de negociação;
processo e fases da negociação;
resumo dos resultados;
desenvolver entrevistas semi-estruturadas, por amostragem, junto às fontes primárias;
promover painéis com especialistas sobre a temática estudada.

Com a criação deste Banco de Dados, visa-se ajudar atores sociais no mundo do trabalho, entidades de classes (empresários e trabalhadores), associações comunitárias, universidades e centros de pesquisa, instituições de governo dos três poderes, advogados trabalhistas, gerentes de recursos humanos etc., a transformarem suas relações antes conflituosas, em cooperação positiva. O trabalho espera poder ajudar a transformar os atores sociais envolvidos neste processo em cidadãos ativos, conscientes de que as mudanças em sua realidade são possíveis.

O Banco de Dados conta com a seguinte equipe:

Coordenador da Pesquisa

Fernando Guilherme Tenório

Bolsistas de Aperfeiçoamento

Larissa Ishida Coura

Bolsistas de Iniciação Científica

Adriano Coutinho

Aline Marinho Lopes

Eduardo Picanço Cruz

Leriana Del Giudici

Luciano Cerqueira

Ricardo Lima

Periódicos Acadêmicos

1. ABENZA, Carlos.

Olho nos Olhos.

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 47.

Editora FASE

Rio de Janeiro -1990.

Relata a importância dos técnicos ao fazerem um trabalho comunitário, considerarem normas internas que regulam a vida das comunidades, que têm sua cultura, legislação não-formal, suas próprias relações. Acentua que a política habitacional não pode ser elaborada simplesmente por padrões de racionalidade técnica. A interação entre saber técnico e saber popular abre espaço para o desenvolvimento da cidadania.

Palavras-chave: comunidades; cidadania.

2. ABENZA, Carlos.

Produção científica e movimento popular.

Revista Proposta Experiências em Educação Popular – Número 47.

Editora FASE – 1990.

Analisa o processo de ocupação de São João de Meriti marcado pela proliferação de loteamentos clandestinos e irregulares, sem saneamento básico, equipamentos urbanos ou qualquer política social. Analisa a atuação da Federação ABM no processo de reconstrução de casas populares após enchentes de 1988. Acentua a metodologia utilizada pela Federação, já que a direção política da ABM no projeto colocou o movimento popular como mediador entre técnicos e moradores, constituindo-se numa metodologia diferenciada dos trabalhos assistencialistas tradicionais. Apresenta a planta das casas bem como a metodologia de construção. Acentua a importância da interação entre produção científica e saber popular. Ressalta que, no projeto, os técnicos participaram, junto com a direção do movimento, das decisões políticas, criando uma integração e possibilitando a todos serem sujeitos da ação.

Palavras-chave: movimento popular; participação.

3. ABRAMO, Laís e MONTERO, Cecília.

A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos.

ANPOCS - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

Editora RELUMÉ DUMARÁ

Rio de Janeiro – 1995.

Relata o surgimento da Sociologia Industrial (Elton Mayo - Western Electric 1927/39) e do Trabalho como disciplinas acadêmicas nos Estados Unidos e na França levantando os problemas que as teorias buscavam responder. Analisa se as mesmas preocupações estiveram presentes no contexto latino-americano, relatando as principais rupturas ocorridas na organização social do trabalho nesta região.

Palavras-chave: sociologia industrial e do trabalho; organização social do trabalho.

4. ABREU, Haroldo Batista.

A Trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular

Editora FASE - 1993.

Analisa as políticas públicas. Desenvolve a trajetória e o significado das políticas públicas, a partir de correntes teóricas diversas: liberalismo, reformadores positivistas, marxismo, social-democracia, fascismo, articulando os movimentos históricos e sua relação com as políticas públicas. Discute e define esfera pública que segundo o autor, não deve ser entendido como espaço restrito ao

Estado, mas deve transcendê-lo, incorporando a sociedade civil, publicizando os espaços privados e politizando as relações sociais em suas dimensões. Portanto, a ampliação da esfera pública coincide com a democratização da sociedade. Descreve a crise do estado-de-Bem-Estar-Social e o processo de globalização. Analisa que o Estado sempre foi o protagonista das rupturas históricas brasileiras, pois, na realidade, todas as transformações foram uma forma de garantir os privilégios dos grupos dominantes. A tradição de "revolução pelo alto" e de modernização conservadora foi a "via Brasileira" para o moderno capitalismo industrial e financeiro. O Estado foi instrumentalizado para garantir e subsidiar a acumulação privada de capital e reproduzir o "coronelismo" como relação sócio-política. Analisa como se desenvolveram as políticas públicas no contexto de modernização do Brasil, considerando o modelo agro-exportador e o desenvolvimentismo. Faz uma análise das políticas públicas nos dias de hoje.

Palavras-chave: democratização; políticas públicas.

5. ABREU, Haroldo Batista.

Gestão municipal e democratização.

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular

Editora FASE

Rio de Janeiro –1990.

Faz um estudo teórico analisando democracia, Estado Socialista, Estado Liberal. Faz um contexto histórico dos movimentos sociais que se organizaram e obtiveram grandes conquistas trabalhistas. Aponta alguns critérios para que as agências de governo possam ser concebidas como parte da esfera pública. Analisa o papel da participação popular na gestão pública. Afirma que a publicização do privado significa submeter a vontade soberana da sociedade civil às diversas relações dos seres sociais entre si e com a natureza. Afirma que o processo de democratização amplo supõe o fim do poder de gestão capitalista e/ou burocrático sobre o trabalho social. Conclui que a estratégia de socialização democrática da sociedade tem por premissa conceber o público como esfera de politização da sociedade e não como média dos interesses privados. Analisa o papel do Conselho popular no processo de democratização. Considera que muitos governos de esquerda, com proposta de participação popular, por não formularem um projeto de gestão municipal com medidas concretas a serem pactuadas com os diferentes interesses sociais e partidos políticos conformadores de opinião pública, perderam bases sociais e políticas de sustentação, ficando limitados à negociação com os militantes que atuam nos movimentos sociais isolados da cidadania que os elegeram. A democratização de gestão não pode se limitar às formas de "participação popular", isto é, ao movimento organizado da sociedade no processo político decisório deve se aproximar das massas.

Palavras-chave: esfera pública; democracia.

6. ABREU, Haroldo Batista de e LEITE, Márcia da Silva.

Democracia e participação.

Revista Proposta - Experiência em Educação Popular.

Editora FASE

Rio de Janeiro -1992.

Fala sobre o processo de redemocratização brasileiro, analisando o papel dos movimentos sociais e dos partidos socialistas no processo de ampliação da cidadania na formação da opinião pública democrática. Considera que os direitos de cidadania, conquistados na Constituição de 1988, representaram um avanço no plano institucional-legal, incorporando bandeiras históricas da sociedade civil e dos trabalhadores. Afirma que apesar das dificuldades enfrentadas para a vigência real dos novos direitos, a sua importância deve ser considerada tanto no plano institucional, quanto simbólico, ao produzir uma nova consciência dos direitos. Critica o neoliberalismo.

Palavras-chave: redemocratização; cidadania; sociedade civil.

7. ABREU, Haroldo e LEITE, Márcia da Silva.

Participação popular e hegemonia: desafios da política municipal.

Revista Proposta. Experiências em educação popular.
Editora FASE
Rio de Janeiro – 1993.

Afirma que a noção de participação popular encontra-se fortemente associada à possibilidade de reversão, por caminhos institucionais, da exclusão social e política. Aponta os problemas de governabilidade nas administrações de esquerda: falta de maioria na Câmara, oposição dos meios de comunicação de massa. Analisa que a concepção originária das administrações de esquerda tinha como parceria os movimentos populares e não valorizava a negociação com a representação política, nem com os cidadãos (demandas individuais). Com isto, passaram a se deparar com perda de legitimidade entre seus eleitores e a desgastar-se com a Câmara. Demonstra que o governo de esquerda, pela necessidade de administrar a cidade para um todo e não somente para parcela da população, não pôde operar com a racionalidade dominante nos movimentos sociais. Desse modo, foram compelidos a operar com a lógica da administração pública. Consta a impossibilidade do poder local romper com a reprodução do capital. Afirma que o governo municipal pode implementar políticas públicas que efetivamente provoquem "inversão de prioridades", mas sua esfera de ação não têm incidência direta sobre as relações sociais de produção. Faz uma reflexão sobre a formação e desenvolvimento do ideário socialista, relacionando-o com o papel do Estado contemporâneo.

Palavras-chave: participação popular; movimentos populares; cidadania, sociedade civil, inversão de prioridades, transparência, esfera pública.

8. ACORSI, Darcy.

Experiências democráticas de participação popular nas prefeituras.

Organizador: Vera Telles e Renata Villas-Bôas

Revista Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania.

Rio de Janeiro - 1995.

Relata a experiência de participação popular na administração municipal de Goiânia. Acentua a importância da participação dos vários Conselhos Municipais na discussão e formulação das políticas públicas a serem desenvolvidas pela administração municipal. Descreve o Projeto "Viva Goiânia", que a partir da divisão da cidade em nove regiões, permite à prefeitura se instalar-se numa dessas regiões, levando serviços e abrindo-se para ouvir as reivindicações da população local. Descreve o Projeto "Organização Cidadão 2.000", que tem o objetivo de impedir que a criança vá para as ruas. Descreve o Projeto "Vila Tecnológica", um programa do governo federal na área de habitação, que busca descobrir formas menos onerosas na construção de moradias, e que a prefeitura tentou implantar em Goiânia. Afirma que a fim do executivo estabelecer uma relação harmoniosa com o legislativo eram realizadas reuniões semanais com os vereadores.

Palavras-chave: participação popular.

9. AFONSO, Mariza Rezende e FERRAZ, Ana Targina Rodrigues.

Poder local, democratização e participação popular: a experiência de Vitória.

Editora ANPOCS

Caxambu – 1994.

Centra sua análise na proposta do Partido dos Trabalhadores na participação popular, na moralização, descentralização e democratização da relação de poder público/sociedade civil em Vitória. Houve um aumento dos temas sujeitos à discussão popular e uma maior proximidade das instâncias governamentais, conseguindo com isso, efetivamente, uma democratização do município. Permeada por problemas (ausência de diretrizes operacionais norteadoras da ação das Secretarias e Órgãos da Prefeitura; questionamento da validade do projeto por lideranças de comunidades carentes em infra – estrutura mais utilizadas pelos políticos; não envolvimento de funcionários de carreira da prefeitura; limitação de recursos financeiros; não discussão de todas as despesas orçamentárias etc.), não invalidaram entretanto o sucesso efetivo de transmissão de informações (transparência) e democratização do processo decisório. Verifica (entretanto) que a

ausência, na prática, de participação incisiva na política municipal não permitiu atingir o município como um todo.

Palavras-chave: participação popular; descentralização.

10. AGUIRRE, Basília Maria Baptista

A trajetória das negociações coletivas de trabalho.

IBRAT- Série Pesquisa

São Paulo – 1985.

Aponta a direção tomada pelos sindicatos entre 1982 e 1984, quando a crise econômica era uma das maiores já vistas na história do país. As negociações eram feitas visando garantir os empregos. Os dados colhidos pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica) mostra o crescimento do desemprego e perda real de compra dos trabalhadores. Demonstra que em momentos de crise econômica o entendimento direto entre patrões e empregados fica mais difícil. Ressalta que a proximidade geográfica entre os três estados observados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não aproxima as idéias de seus sindicatos. Demonstra que os sindicatos diminuem suas exigências nas negociações, mas utilizam a greve como instrumento de pressão contra os patrões. Mostra que São Paulo já surge como o grande foco dos sindicatos no Brasil, difundindo as principais idéias relacionadas com o processo de negociação coletiva. Observa que a crise econômica faz aumentar o número de dissídios, pois devido as condições desfavoráveis evidenciadas naquele momento fazia-se necessária a presença do governo como mediador.

Palavras-chave: sindicatos; negociação coletiva.

11. AIRES, Ildimar cruz ; VENUTO, Adriana e BATISTA, Cláudia de Cássia B.

Programa de implantação do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais: modalidade de atenção, participação dos usuários, acesso aos serviços de saúde e grau de satisfação.

Revista de Administração Pública – Número 6, Volume 30.

Rio de Janeiro – 1996.

Analisa o processo de municipalização da saúde a partir da pesquisa realizada nos municípios de Pedra Azul, Varginha, Teófilo Otoni e Uberlândia;. Discute, em profundidade, a questão da participação dos usuários no sistema. Distingue descentralização e democratização. Mostra que a descentralização dá ao município um grau maior de autonomia na gestão de serviços de saúde, enquanto a proposta participativa amplia as possibilidades do exercício dos direitos de cidadania, nem sempre assegurada com a descentralização.

Palavras-chave: municipalização da saúde; participação; descentralização; democratização.

12. ALENCAR, Edgar; SANTO, Luciana S. E. ; INOUE, Marcelo Y. e ANDRADE, Márcia.

Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais na perspectiva de profissionais de ciências agrárias.

ENANPAD - Anais de Administração Rural e Agroindustrial

Identifica fatores detectados por lideranças de produtores rurais e órgãos ligados à pesquisa (favoráveis e desfavoráveis) ao desenvolvimento da agropecuária da região sul de Minas Gerais. Trabalha junto com os atores sociais do processo no sentido de identificar os fatores positivos, entre eles o sistema de cooperativa.

Palavras-chave: cooperativa; participação; liderança

13. ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de e ESTERCI, Neide.

Trabalho e subordinação no sertão cearense.

Revista de Ciências Sociais - IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DA UFCE

Fortaleza – 1979.

Trata da ação dos trabalhadores da região conhecida como Quixeramobim. Relaciona os trabalhadores rurais (sejam pequenos proprietários, parceiros, moradores, rendeiros, etc.), um por um, aos grupos sociais com que se defrontam. discute a questão da autonomia e subordinação

deste tipo de trabalhador, considerando a relação de posse e uso da terra, as formas de controle de força de trabalho familiar e do produto do trabalho.

Palavras-chave: trabalhador rural do sertão; autonomia; subordinação.

14. ALMEIDA, Ana Nunes de.

A fábrica e a família - Tópicos para uma reflexão.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Análise Social - Número 22, Volume 91.

Lisboa – 1986.

Tem como ponto de partida o estudo da bibliografia europeia sobre as famílias de classes populares. Percorre as mais significativas abordagens teóricas sobre o tema. Procura esboçar um perfil de família-operária. Indica um conjunto de hipóteses de análises e pistas exploratórias relevantes para captar a realidade das famílias-operárias de Portugal na atualidade do texto.

Palavras-chave: produção familiar.

15. ALMEIDA, Márcio José de; MORAES, Vania Maria; HELENE, Vera Cristina; ITO, Ana Misako e SOARES, Darli.

Município e as AIS no Paraná.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Saúde em debate.

Editora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Curitiba.

Analisa as repercussões a nível municipal da implantação das AIS no Paraná. Observa a ampliação da capacidade instalada dos serviços municipais de saúde e dos recursos destinados ao setor, reconhecendo a necessidade de uma reforma tributária. Examina o desenvolvimento dos recursos humanos em saúde registrando um aumento do número de profissionais do setor, apesar da dificuldade de contratação de pessoal qualificado. Nota a criação de estruturas de gerenciamento e de representação política dos serviços de saúde municipais. Analisa o desenvolvimento das CIMS e CRIS e a reação do setor privado nos municípios frente às AIS. Aponta alguns obstáculos que dificultaram a implantação das AIS. Mostra as perspectivas das AIS na percepção de lideranças políticas e dirigentes municipais da área de saúde municipais. Examina o controle social nas AIS e observa que sua consolidação depende da correlação de forças políticas.

Palavras-chave: município; serviços de saúde; participação.

16. ALMEIDA, Marco Antônio de.

Estudos de gestão: Icapuí e Janduís.

Revista Pólis – Número 7.

Rio de Janeiro.

Trata do estudo dos impactos das mudanças drásticas e suas repercussões sobre o mundo social, profissional, familiar e individual e o indivíduo. Enfoca também as mudanças organizacionais para tentar adequar-se e atender as exigências de ambos os lados.

Palavras-chave: trabalho; participação; comunidade.

17. ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de

Federalismo e políticas sociais.

Revista Brasileira de Ciências Sociais

Editora ANPOCS

Rio de Janeiro – 1995.

Discute as competências e atribuições entre esferas de governo na área social, esclarecendo os conceitos de federalismo e descentralização. Propõe a descentralização como condição para o aumento da participação e o desenvolvimento da democracia. Caracteriza as mudanças que estão ocorrendo nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação. Conclui que as

mudanças em andamento implicam a reordenação das capacidades e recursos disponíveis, compatibilizando as diferentes instâncias de governo.

Palavras-chave: descentralização, participação.

18. ALMEIDA, Paulo Roberto e CARVALHO, Maria do Carmo A.

Pequena história dos movimentos populares.

Por uma central de movimentos populares

Revista de Cultura Vozes

Rio de Janeiro – 1991.

Analisa o desenvolvimento histórico dos movimentos populares, estabelecendo sua dinâmica e as características básicas da sua historiografia oficial. Descreve o surgimento desses movimentos e suas motivações. Destaca a importância do período de ditadura e o momento de resistência e confronto onde os movimentos atuam, na perspectiva de transformação da sociedade. Caracteriza a potencialidade e os desafios que se colocam para o movimento popular no final do século XX.

Palavras-chave: movimentos populares; sociedade.

19. AMADEU, Edward. J., SCANDIUZZI, J. C., PEDRO, V.

Ajuste empresarial, emprego e terceirização.

Revista de Economia e Política – Volume 16.

São Paulo – 1998.

Analisa o impacto da terceirização sobre o mercado de trabalho e as possíveis influências na relação entre empresas contratantes e terceirizadas.

Palavras-chave: terceirização; divisão do trabalho.

20. AMORIM, Maria Cristina Sanches.

Uma proposta para gestão flexível e descentralizada

Resumos dos Trabalhos da ENANPAD 97

Editora da ENANPAD

Rio das Pedras – Rio de Janeiro – 1997.

Apresenta uma proposta de gestão voltada para implementar a descentralização e a flexibilidade das estruturas organizacionais. Reúne instrumentos que, combinando ciência e ética, compõem um conteúdo operacional coerente. Entende gerir como o desenho de condutas flexíveis, incluindo instrumentos voltados para as particularidades das pessoas.

Palavras-chave: descentralização; flexibilidade; ciência; ética.

21. ANANIAS, Patrus.

Experiências democráticas de participação popular nas prefeituras.

Organizado por Vera Telles e Renata Villas-Bôas

Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania

Rio de Janeiro – 1995.

Descreve a experiência de participação popular, em 1993, na prefeitura de Belo Horizonte. Descreve, em linhas gerais, as condições políticas, econômicas, culturais, sociais e demográficas de Belo Horizonte. Destaca a parceria que a prefeitura desenvolveu com o setor privado e com os setores populares. Acentua a atuação da prefeitura no desenvolvimento dos Conselho de Saúde, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Abastecimento e Conselho de Educação e Transportes Coletivos. Descreve o processo do orçamento participativo. Ressalta que a cidade possui nove regiões administrativas (Ras) que constituem o principal veículo para o processo do orçamento participativo. Acentua que o governo petista descentralizou para as Ras uma série de licitações destinadas à contratação de serviços públicos, tais como manutenção de praças e jardins. Registra as dificuldades enfrentadas pela administração pública no processo do orçamento participativo.

Palavras-chave: participação popular; parceria; regiões administrativas; descentralização.

22. ANDRADE, Emmanuel Paiva.

Geração de Emprego e Renda na Gestão Popular na Prefeitura de Volta Redonda.

Revista Proposta: Experiências em Educação Popular – Número 59.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1993.

Fala o autor em sobre a dependência do município em relação à Companhia Siderúrgica Nacional e o forte impacto que a privatização desta empresa teve sobre a economia da cidade. Deste modo, relata a proposta de programa de geração de emprego e renda desenvolvido pela prefeitura para dar alternativa aos milhares de desempregados. Também descreve, brevemente, a experiência de orçamento participativo que o poder público tentou implementar.

Palavras-chave: geração de emprego e renda; orçamento participativo.

23. ANDRADE, Manoel Correia de.

Globalização e modernidade.

Organizado pela UNESP

Revista Perspectivas – Volume 17.

São Paulo.

Contesta a crença de formação de uma "Aldeia Global" , onde o Mercado (autoridade única reguladora) uniria os povos sob uma situação econômica, social e política tidas como ideais. Abandono de culturas locais, tradições e crenças para a integração total. Contrapõe com explanação das situações peculiares inerentes a cada nação onde esta "união" realmente não aconteceria de maneira tão fácil. Estuda as origens deste processo, seus agentes e movimentos elucidando as contradições deste movimento.

Palavras-chave: aldeia global; contradições.

24. ANDRADE, Rogério.

Formas de organização do processo de trabalho: da cooperação à robotização

Revista Análise e Conjuntura – Número 1, Volume 8.

Belo Horizonte – 1993.

Avalia as transformações ocorridas nas formas de organização do processo de trabalho através dos tempos - desde a cooperação, introduzida pela manufatura e a divisão social do trabalho, até a automação, nos dias de hoje. Analisa as especificidades do taylorismo, fordismo e pós-fordismo: toyotismo/just in time, flexibilização do trabalho e robotização. Concluindo que, atualmente, diversas questões envolvem outros conceitos ou mesmo paradigmas de desenvolvimento, entre elas, a substituição do paradigma produtivista pelo paradigma existencial, pois constata que, na atualidade, a categoria trabalho tem sido alvo de análises polêmicas e questionamentos sobre sua permanência como categoria fundamental do sistema capitalista.

Palavras-chave: relações de trabalho; eficiência industrial; automação; indústria.

25. ANTUNES, Ricardo.

Algumas questões preliminares sobre consciência de classe do operariado brasileiro.

TEMAS de Ciências Humanas

Editora Ciências Humanas

São Paulo – 1980.

Estuda a questão da consciência de classe operária no Brasil, procurando entender sua atuação concreta. Considera o proletariado como resultado do modo de produção capitalista. Entende que o proletariado não nasce com uma consciência de classe verdadeira, mas com uma consciência de classe que é produto de seu momento de emergência, isto é, permeada pela ideologia burguesa dominante. Compreende que o proletariado atinge a consciência de classe plena, quando toma conhecimento da totalidade que o cerca. Define classe em si e classe para si. Situa classe para si como a organização da classe operária frente ao capital, formulando projeto alternativo ao projeto hegemônico de sociedade de classes.

Palavras-chave: Consciência de classe, participação.

26. ARAGÃO, Cecília Vescoti e SANGO, Maria da Conceição de Almeida.

Método do caso no ensino de administração pública: um exercício prático.

Cadernos EBAP Número 77.

Rio de Janeiro – 1995.

Apresenta uma perspectiva no método de ensino-aprendizagem de Administração e sua utilização na formação de administradores públicos. Baseia-se no problema de política pública na área social e capacitação de gestores para atuação em organizações governamentais e não governamentais. Cria um modelo fictício como referência na percepção da realidade. Enfatiza na demonstração do projeto a importância da participação de órgãos públicos e da sociedade civil, valorizando os projetos comunitários e a gestão participativa.

Palavras-chave: participação; política pública.

27. ARAGÃO, José Wellington Marinho de.

Movimento popular e luta pela terra.

Cadernos do CEAS – Número 149.

Editora CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

Salvador – 1994.

Apresenta a relação entre a população de baixa renda e a prefeitura de Salvador em diversos momentos. Afirma que o poder público acena com formas pseudo participativas de planejamento urbano, enquanto, na prática, sua atuação permanece distante das necessidades desta parcela da população. Assinala que a iniciativa de solução do problema de moradia por parte da população mais pobre passa quase sempre por canais próprios.

Palavras-chave: população de baixa renda; poder público; habitação.

28. ARAÚJO, Angela M. C.; TAPIA, Jorge R. B.

Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias.

ANPOCS - BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais

Editora RELUMÉ DUMARÁ

Rio de Janeiro – 1991.

Examina as diferentes trajetórias dos estudos sobre corporativismo tanto o chamado corporativismo estatal (experiências da América Latina) quanto do societal, ou neocorporativismo, que emergem do pós-guerra. Examina os autores e os textos mais representativos. Destaca alguns pontos importantes levando em conta o exame das duas trajetórias e a agenda futura de pesquisa sobre o corporativismo.

Palavras-chave: corporativismo; neocorporativismo.

29. ARBIX, Glauco.

Trabalho: dois modelos de flexibilização.

Lua Nova - Revista de Cultura e Política – Número 37.

Editora CEDEC

São Paulo – 1996.

Analisa a reforma das relações de trabalho neste final de século e sua relação com a desagregação do poder sindical. Considera que a reorganização do setor automotivo, em que novos conceitos de produção vêm sendo testados, tem provocado grande diferenciação da força de trabalho. Apresenta alguns acordos celebrados durante o ano de 1995 que flexibilizaram principalmente a jornada de trabalho no ABC: Ford, Volkswagen e Scania. Analisa a atuação dos sindicatos frente a estes acordos. Afirma que, no Brasil, apesar das mudanças em curso, a indústria brasileira continua sendo organizada nos moldes fordistas.

Palavras-chave: flexibilização; comissão de fábrica; negociação; conflito; sindicatos

30. ARRETCHE, Marta T. S.

Mitos da descentralização : mais democracia e eficiência nas políticas públicas?

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 31, Volume 11,

Editores ANPOCS

São Paulo – 1996.

Problematiza o consenso criado em torno da noção de descentralização nos anos 80. Procura mostrar que várias associações positivas, foram estabelecidas por este consenso, não se sustentam nem do ponto de vista da construção lógica dos argumentos e nem empiricamente. Desagrega, analiticamente, os argumentos que sustentaram o debate e os problematiza empírica e conceitualmente: de início o argumento que associa positivamente a descentralização à democracia e, simetricamente, centralização a estados e sistemas políticos não-democráticos; depois advoga a tese que a descentralização implicaria na redução do escopo de atuação do governo central; e por último, defende a tese que a descentralização de políticas públicas é capaz de - por si só - reduzir os elevados graus de apropriação dos bens e serviços do Estado nas grandes e pesadas estruturas burocráticas. Afirma que com a redemocratização se reequilibraram as condições de negociação entre elites políticas regionais e federais na barganha federativa: assim, as medidas descentralizadoras, ocorridas no Brasil a partir da década de 80, seriam resultado da disputa de poder por parte de elites políticas de âmbito local.

Palavras-chave: descentralização, democratização

31. AVRITZER, Leonardo.

Cultura política, atores sociais e democratização.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 28.

Editores ANPOCS

Rio de Janeiro – 1995.

Analisa criticamente a transição democrática a partir de dois pressupostos fundamentais: a ausência de veto e a suposição de ser a democracia um fenômeno relacionado exclusivamente com a operação das instituições e sistemas políticos. Sustenta a posição de que democratização deve ser ligada às práticas dos atores sociais e sua luta contra o predomínio de formas sistêmicas no interior da sociedade. Discute os principais pressupostos das teorias da transição democrática, a noção de cultura política e a modernização. Articula a abordagem das transições com ênfase nos atores políticos e a dimensão da renovação social e do conflito que ela produz.

Palavras-chave: democratização; conflito social

32. BAÊTA, Adelaide Maria Coelho.

Administração municipal e descentralização política: notas para uma discussão.

Revista de Administração Pública – Número 23, Volume 4.

Editores Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1989.

Demonstra que os esforços em prol da descentralização política, levarão certamente a uma maior proximidade entre governantes e governados. No entanto não se pode afirmar categoricamente que descentralização gera democracia e liberdade. Mostra que descentralizar é o meio jurídico de criar vários centros de poder, assim introduzindo entidades representativas de vários setores nas futuras decisões. Aponta que desde 1988 os políticos vêm dando uma maior importância à questão da participação, e que hoje vários deles encontram-se no poder, criando assim uma expectativa muito grande nos eleitores. Mas afirma que isto pode não se realizar devido ao pouco conhecimento existente do assunto, por parte do governo e dos governados, sem contar que ainda existe uma grande desconfiança por parte de toda a comunidade e setores conservadores da sociedade quanto à questão da participação popular. Mostra a participação não como uma alternativa para a tomada de decisões e sim como um exercício de colaboração.

Palavras-chave: administração municipal; descentralização administrativa.

33. BAMBIRRA, Vânia.

Favelados e movimentos de favelados no Estado do Rio de Janeiro.

Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.
Editora FESP
São Paulo –1985.

Apresenta o surgimento e a expansão das favelas nas grandes cidades brasileiras como uma característica típica do desenvolvimento do capitalismo. Destaca a criação das Associações de Moradores nas favelas com objetivo de resistir às expulsões. Estimuladas pelo clima democratizante e participativo do país, essas associações desenvolvem instrumentos de organização para auto-defesa da população favelada, concentrando-se em resolução de questões de habitação, segurança e transporte. A mobilização comunitária dessa população eleva o nível de consciência política e social, visando uma nova postura política, com a participação popular.
Palavras-chave: movimentos sociais; participação.

34. BARBOSA, Allan Claudius Queiroz.

Sindicalismo e gestão organizacional: três experiências em Minas Gerais.
RAUSP - Revista de Administração da USP Número 3 , Volume 30.
Editora USP
São Paulo – 1995.

Discute a configuração administrativa de três grandes sindicatos de Minas Gerais (Sindicato do Trabalhadores em Telecomunicações de MG - Sinttel, Sindicato dos Bancários de BH e Sindicatos dos Metalúrgicos de BH) no período de 1982 a 1992, a partir da distribuição de atribuições e atividades e com preceitos burocráticos bem nítidos. Analisa documentos e depoimentos de dirigentes, administradores sindicais e empregados (24 entrevistados, do total de 78 pessoas que exerciam estas funções).
Palavras-chave: sindicatos; atribuições.

35. BARBOSA, Allan Claudius Queiroz; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza; CKGANAZAROFF, Ivan Beck e SILVA, José Wanderley Novato.

Poder local, descentralização e modernização municipal: a saúde em foco. Um estudo de caso em Minas Gerais.
Organizador pelo CEPEAD/UFMG
Ensaio de Administração – Número 6.
Editora Universidade Federal de Minas Gerais.
Belo Horizonte. – 1997.

Analisa os impactos causados pelo processo de descentralização dos serviços de saúde no município de Brumadinho, Minas Gerais. Discute aspectos conceituais referentes à descentralização, municipalização e poder local. Resgata o contexto brasileiro da descentralização à luz da Constituição de 1988 e a inserção da saúde. Descreve e comenta a experiência de municipalização vivida pelo município de Brumadinho, onde a melhoria da rede física e a criação de programas que ocorreram com uma importante participação popular, trazendo resultados bastante positivos. Ressalta alguns aspectos importantes nesse processo e mostra que, se por um lado ele abre a possibilidade de modernização, favorecendo a participação plena do cidadão, por outro pode gerar, com a transferência de conflitos até então restritos às esferas federal e estadual, uma permanente disputa entre as partes envolvidas.
Palavras-chave: descentralização; municipalização; poder local; gestão pública.

36. BARCELOS, Adair e DRESCH, Pio.

Os impasses do Novo Sindicalismo.
Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 40.
Editora FASE
Rio de Janeiro – 1989.

Relata que desde 1978, ano que marcou decisivamente a retomada das lutas operárias no Brasil, a FASE acompanhou este movimento em Porto Alegre. Antes deste período inexistiam no Estado

sindicatos operários combativos ou oposições sindicais consolidadas, as primeiras que surgiram foram as dos metalúrgicos de Porto Alegre e São Leopoldo, fundadas em 1978. Ou seja, inexistia uma defesa da ação sindical também no plano político, que apostasse em conquistas obtidas através da luta e a promessa da abertura do sindicato à participação da base e a intenção de organização dos trabalhadores em seu local de trabalho. Faz um breve relato do sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Revela que em uma pesquisa realizada no IV Congresso Estadual da CUT-RS, em 1987, o maior problema detectado pelos delegados se referia à pouca participação da base. Faz um relato histórico do surgimento do novo sindicalismo no Brasil, enfatizando que as greves no ABC paulista em 1978 marcaram a volta do movimento operário a condição de protagonista da história, acabando com o sindicalismo de tipo populista que reinou no período anterior a 1964. Apresenta dados que mostram a evolução do processo de industrialização brasileiro. Apresenta algumas características que diferenciam o "novo sindicalismo" do sindicalismo "pelego-reformista". Aponta para o problema de que nas greves têm sido mobilizadas grandes demandas internas das fábricas; entretanto, o mesmo não ocorre em mobilizações por categoria. Mostra as debilidades do movimento sindical e aponta para algumas de suas possíveis causas: o empresário brasileiro, com cultura organizacional autoritária, enfraquece a organização dos trabalhadores, pois estes temem perder seus empregos; tem-se também o efeito negativo da manutenção da estrutura sindical corporativista sobre o "novo sindicalismo"; a falta de conexão entre as lutas sindicais e as reivindicações políticas; falta de maior democratização nos sindicatos já que o diálogo com a base muitas vezes só ocorre num momento de disputa das diferentes correntes pelo poder. Analisa também o perfil dos sindicalistas. Acentua a importância da retomada do debate sobre as comissões de fábrica, cujo número ainda é limitado, em virtude da resistência patronal, principalmente com a aprovação da figura dos representantes dos empregados na Constituinte, pois por um lado isto pode significar o risco da burocratização destas comissões, que passam a surgir por força de um contrato ou determinação legal e não pela luta dos trabalhadores. Palavras-chave: sindicalismo; democratização dos sindicatos; participação; comissões de fábrica.

37. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo.

Movimentos sociais no processo de reconstrução democrática.

Editora ANPOCS

Caxambu –1994.

Analisa os movimentos sociais na era da redemocratização dos anos de 70 e 80, como sendo sinalizadores expressivos de um período da sociedade brasileira. Mostra que nestas décadas surgiu o que foi chamado de sociologia dos movimentos sociais, que contribuiu não só para vivificar ações coletivas como também para perceber o social com uma visão que priorizava dimensões no plano de vida cotidiana. Enfatiza que, embora os movimentos sociais sejam expressões de uma conjuntura em crise, isto só explica a complexidade das ações contestadoras configuradas a partir desta crise. Demonstra que o movimento social é uma forma que as pessoas excluídas (social, econômica e politicamente) utilizam para sair da "nulidade existencial" através de igrejas, associações de bairros, associações de vizinhos, centros culturais, comissões de moradores, clubes de mães, etc. Descreve os dois lados dos movimentos sociais: o lado da legalidade (por exemplo, associações de moradores) e o da ilegalidade (movimento dos sem terra), e aponta a importância das ONGS e da igreja como mediadoras destes movimentos ilegais. Acentua a importância dada à participação popular e à democracia, já que estas são formas de luta pela cidadania. Considera a luta veiculada por movimentos sociais uma espécie de porteira de alagamento da cidadania. Acredita que destes movimentos podem surgir lideranças na vida política e que venham a formar um partido, como aconteceu com o Partido dos Trabalhadores que teve seus líderes saídos diretamente do movimento sindical.

Palavras-chave: movimentos sociais; ONGs; cidadania.

38. BARRETO, Vicente.

Democracia, participação e cidadania.

Revista Brasileira de Estudos Políticos – Número 76.

Belo Horizonte – 1996.

Resgata alguns teóricos pioneiros que debateram a questão da democracia e participação. Schumpeter, para o qual a participação se restringia à escolha de representantes; Sartori considerava que a participação popular proporcionaria condições para o surgimento de governos totalitários, amparados na vontade das massas. Apresenta as idéias principais do livro "Participação e Teoria Democrática", de Carole Pateman, cujo argumento central é o de que os principais teóricos da democracia contemporânea encaram a representação política como um "mecanismo protetor" das grandes massas da sociedade contemporânea. Acentua que o livro de Pateman busca construir uma teoria democrática que não se restringia à teoria do governo representativo, defendendo que experiências em autogestão industrial poderiam ser um modelo para correção das limitações da democracia representativa. O autor apresenta os principais argumentos de Maria Vitória Benevides em "A cidadania Ativa", que mostrou a existência de dispositivos legais ao longo da história brasileira. Mas Benevides mostra que apesar da idéia de democracia semi-direta já ser algo discutido há mais de um século no Brasil, a sua prática ainda é algo inusitado. Benevides sustenta que a questão da superação da chamada apatia do eleitor depende da educação política e da democratização do Estado.
Palavras-chave: participação; democratização.

39. BARROS, Afonso de e MENDES, Fernando Ribeiro.

Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa.
Instituto de Ciências Sociais de Lisboa – Número 85, Volume 21.
Análise Social – Número 21
Lisboa.

Descreve as formas de produção patronal (trabalho principal ou exclusivamente assalariado), familiar (principal ou exclusivamente da família do respectivo detentor), mercantil e a agricultura complementar. Indica diferenças como as áreas ocupadas e a participação no produto agrícola bruto PAB. Analisa o problema do trabalho na agricultura, os trabalhos familiar, assalariado e associado.

Palavras-chave: produto agrícola; produção patronal; familiar; mercantil.

40. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt e PEREIRA, Antonio Marcos.

Mudanças organizacionais e comprometimento no trabalho.
Editora da ENANPAD
Rio de Janeiro – 1997.

Identifica padrões de mudança e padrões de gestão do trabalho a partir da análise de questionário aplicado a 904 trabalhadores de 25 organizações, empresas públicas e privadas do setor industrial, avaliando múltiplos comprometimentos e as mudanças em curso na estrutura e processos de organizacionais.

Palavras-chave: padrões de mudança; padrões de mudança no trabalho.

41. BAVA, Silvio Caccia.

Democracia e poder local.
Organizado por Renata Villas-Boas
São Paulo.

Identifica os processos de mudança ocorridos nos últimos anos na história recente do país que imprimiram uma nova configuração ao poder local: a acelerada urbanização pela qual passa o Brasil; a estagnação do crescimento econômico; a centralização política a nível federal e estadual. Destaca o surgimento de novos atores políticos na década de 70 e a conseqüente redefinição das relações de poder e formação de um campo democrático e popular. Assinala que este campo aponta para a necessidade de conformação de articulações que se abram ao plural, ao diverso e às identidades de cada grupo para somar o que têm de comum, o que redefine as relações entre Estado e sociedade civil. Considera que neste cenário político a questão social é central. Define a democracia como processo contínuo de lutas por novas conquistas sociais, por novos direitos de cidadania. Entende ser possível enfrentar os problemas locais e implementar políticas sociais que

visem a melhoria da qualidade de vida através de formas criativas e inovadoras, com a participação da população na gestão municipal, como uma intervenção periódica, refletida e constante nas definições das políticas públicas.

Palavras-chave: novas relações de poder; democracia.

42. BAVA, Sílvia Caccia.

Orçamento municipal e a participação popular.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 45.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1990.

Explica o que é orçamento municipal, mostrando quais são as principais fontes de arrecadação do município. Aponta também dois tipos de despesa do município: custo e investimento. Afirma que a partir da Constituição de 1988 a receita dos municípios aumentou cerca de 30%. Apresenta índices de transferência dos governos federal e estadual que são repassados para os municípios. Compara as prioridades orçamentárias na gestão Jânio Quadros com a gestão de Luiza Erundina., ex-prefeitos de São Paulo. Ressalta que até 1988 o prefeito tinha poderes quase absolutos sobre o orçamento municipal. As mudanças na legislação, a partir da Constituição de 1988, não deixou claro o quanto a Câmara Municipal ou os movimentos populares podem influir ou alterar a proposta de orçamento apresentada pela prefeitura. Aponta vários modos da prefeitura manipular o orçamento municipal. Apresenta algumas medidas que podem democratizar o orçamento, permitindo abrir a elaboração e o controle do orçamento municipal à participação popular. Relata a experiência de Diadema, na qual a discussão do orçamento se deu a partir da formação dos Conselhos populares nas regiões e de um Conselho de representantes (cinco por região) municipal. Da mesma forma, descreve experiências semelhantes desenvolvidas em Osasco e Santo André.

Palavras-chave: orçamento municipal, movimentos sociais.

43. BAVA, Sílvia Caccia.

Trocando a riqueza de mãos: distribuição de renda e poder nas pequenas cidades.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1993.

Acentua que os municípios de pequeno porte são controlados politicamente por quem detém o poder econômico. Este controle político das prefeituras pelas oligarquias locais permite, através de mecanismos de clientelismo, que a máquina administrativa seja usada como instrumento de perpetuação de famílias " tradicionais" no poder. Apresenta resultado de pesquisa realizada pelo Instituto Pólis em 1988, junto à prefeituras de pequeno porte. O estudo apresenta experiências municipais: São João do Triunfo (PR), Icapuí (CE); Janduís (RGN), Ilhéus (MG) , Jaboticabal e Ronda Alta (RGS). Conclui que a atuação do governo municipal no âmbito econômico é de extrema importância para que as iniciativas dos pequenos produtores possa ser potencializada de modo a fortalecer sua autonomia e melhorar a distribuição da riqueza gerada pelos trabalhadores dos municípios.

Palavras-chave: municipalidade, poder local; democratização; cooperação; controle

44. BECKER, Grace V. e RUAS, Roberto.

Estratégias de comprometimento e planos de participação nos lucros: tendências recentes.

Editora da ENANPAD

Rio de Janeiro – 1997.

Apresenta resultados de uma investigação em 4 indústrias do Rio Grande do Sul para confirmar que os planos de Participação nos Lucros e Resultados no Brasil vêm conquistando cada vez mais espaço dada a crescente valorização de incentivos monetários como forma de reduzir as tensões entre empresas e trabalhadores.

Palavras-chave: participação; trabalho, gestão participativa.

45. BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita.

A Cidadania ativa - Referendo, plebiscito e iniciativa popular.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 19.

Editora da ANPOCS

Rio de Janeiro – 1992.

Examina a questão dos mecanismos de participação política direta como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Discute o impacto da democracia semi-direta para o processo social brasileiro. Analisa o alargamento do conceito de formação política e examina historicamente experiências políticas que geraram crise institucional ao serem adotados mecanismos de democracia direta. Rebate o argumento de que os procedimentos de participação popular conspiram contra a “saúde” das instituições. Demonstra, ainda, a vantagem desses mecanismos em facilitar a convocação da sociedade para opinar eleitoralmente. Apresenta sugestões de necessidade de participação popular no campo dos direitos humanos e sobre políticas públicas. Busca uma conscientização social e indica que esta só é possível com uma participação permanente e ativa de todos os cidadãos.

Palavras-chave: participação; democracia.

46. BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita.

Democracia e cidadania.

Organizador por Renata Villas-Boas

São Paulo.

Procura esclarecer a noção de cidadania e sua relação com a democracia. Situa a possibilidade de se aperfeiçoarem os direitos políticos do cidadão no contexto da soberania popular, através da implementação de mecanismos de democracia direta acolhidos na Constituição Brasileira de 1988. Define democracia como regime político baseado na soberania popular, com respeito à regra da maioria, porém com pleno reconhecimento dos direitos das minorias e, portanto, respeito integral aos direitos humanos. Considera a definição de cidadão como portador de direitos e deveres, numa sociedade profundamente marcada pela desigualdade e pelos equilíbrios de ordem sócio-econômico-político-cultural, muito discriminatória, porque tais direitos e deveres não são distribuídos de forma igualitária. Defende a cidadania ativa no contexto da democratização do Estado e da sociedade para alcançar a democracia radical. Propõe a educação para participação que tem como escola de cidadania, a participação popular. Faz uma ligação entre democracia, sociedade pluralista, educação política e democratização dos meios de comunicação de massa.

Palavras-chave: cidadania; participação popular.

47. BERGER, Peter I.

Algumas observações gerais sobre o problema do trabalho.

Revista de Administração de Empresas – Número 1, Volume 23.

São Paulo – 1983.

Observa o trabalho como uma das categorias humanas fundamentais, lembrando dos primórdios em que era ligado à religião. Denomina como crucial para os problemas do trabalho a intensificação da divisão do trabalho na Revolução Industrial pois afastou o operário das características do produto final e da secularização da vocação que transformou o conceito de trabalho secular como ação que requer comprometimento religioso e ético. Leva ainda em conta os desdobramentos destes, enunciando as principais questões do trabalho, como efeitos psicossociais do trabalho, segregação da família no mundo do trabalho, distorções etc. Citações de Marx, Weber, Elton Mayo e demais.

Palavras-chave: trabalho; divisão do trabalho.

48. BERTERO, José Flavo.

O embate entre o capital e trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980.

Revista Perspectivas – Volume 7.

Editora UNESP
São Paulo.

Estuda uma década de greves agrárias em que a constatação de mudança do caráter trabalhista das reivindicações, intensificaram as disputas de capital e trabalho. Nestas ficou claro que o objeto responsável pelas condições irreais de trabalho e existência não é mais a terra e sim o CAPITAL ou mais TERRA – CAPITAL. Enfatiza a mudança dos trabalhadores, que não mais centram suas reivindicações sindicais em propriedades terra e capital comercial, mas sim em conclames trabalhistas como salários, empregos, 13º etc.; assimilando – se aos trabalhadores urbanos. A industrialização do campo impôs seu modo de organizar a vida social agropecuária alterando – a sobremaneira como ocorreu nos centros urbanos.

Palavras-chave: trabalhadores do campo; sindicalismo rural;

49. BEZERRA, Maria Lúcia.

Os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento urbano da cidade do Recife: aplicabilidade e eficácia.

Cadernos de Estudos Sociais – Número 1, Volume 11.

Fundação Joaquim Nabuco

Recife – 1995.

Analisa os instrumentos utilizados pela questão urbana no ordenamento do espaço e no atendimento dos serviços urbanos. Afirma que esses instrumentos, por si só, não garantem um novo padrão de gestão urbana. Para garantir essa nova gestão, a cidade deve ser pensada como um espaço onde se estabelecem relações entre o estado e a sociedade civil; e deve-se buscar um novo padrão de política pública capaz de ampliar a eficácia e a eficiência das intervenções do governo municipal.

Palavras-chave: gestão urbana; gestão municipal; sociedade civil organizada.

50. BIELLAUS, Susan.

Negociação e acordo sobre a redução da jornada de trabalho: um estudo comparativo

Revista ARCHE' Interdisciplinar – Número 11.

Editora Galpão Estúdios

Rio de Janeiro –1995.

Estuda o caso dos sindicatos de trabalhadores de três empresas, duas da Alemanha Ocidental (IG METALL e IG DRUCK UND PAPIER) e uma dos EUA (PATCO - Organização dos Controladores Profissionais de Tráfego Aéreo), que fizeram greve para reduzir a jornada de trabalho e diminuir o desemprego. Passa uma teoria sobre a redução da jornada. Lembra que a institucionalização das negociações e os acordos são fundamentais para que as reivindicações dos sindicatos sejam levadas em consideração e implementadas.

Palavras-chave: sindicatos estrangeiros; redução da jornada; negociações.

51. BLASS, Leila Maria da Silva.

Jornada de trabalho uma regulamentação em múltipla escolha.

Revista de Ciências Sociais – Número 36, Volume 13.

Editora ANPOCS

São Paulo – 1998.

Acompanha a modificação (positiva para os trabalhadores) nas estruturas contratuais e regulamentação das jornadas de trabalho, baseando-se nas negociações das lutas operárias e sindicais do ABC paulista (Ford/Volks). Os avanços e reações de ambas as partes e como o Sindicato vem alterando sobremaneira sua forma de atuação e seu papel na mesa de negociações.

Palavras-chave: negociação; acordo coletivo; sindicato; trabalho.

52. BOCAYUVA, Pedro Cláudio.

A nova desordem econômica.

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 57.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1993.

Analisa a Constituição brasileira e sua relação com o processo de globalização e neoliberalismo . Acentua que os trabalhadores, através dos sindicatos, ainda não emergiram como atores na construção de um novo bloco de forças capaz de redefinir os padrões de industrialização e suas formas institucionais. Prega aliança entre operários, técnicos, administradores e segmento empresarial visando construir um novo bloco industrial capaz de disputar a reestruturação produtiva em conexão com a luta pela democratização da sociedade. Analisa o setor siderúrgico, cuja reestruturação selvagem, desempregou milhares, resultado da privatização de grandes siderúrgicas. Comenta, brevemente, o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Partindo de alguns pontos constitucionais, analisa o papel do Estado Brasileiro no processo de globalização. Defende a necessidade de que sejam desenvolvidas estratégias de formação de cooperativas, micro e pequenas empresas que possam fortalecer o tecido industrial brasileiro.

Palavras-chave: sindicatos; reestruturação produtiva; democratização.

53. BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel.

As cidades como atores políticos.

Novos Estudos – Número 45.

São Paulo – 1996.

Analisa a importância que as cidades vêm assumindo tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos quanto no que diz respeito às relações internacionais - atraindo investimentos, promovendo turismo. Analisa a cidade contemporânea como ator político, que promove a articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias do estado. Descreve o papel das cidades dos Estados Unidos, bem como as do Leste Europeu e da América Latina. Apresenta uma série de questões que devem ser promovidas pelo governo local. Defende que a inovação democrática deve ser assumida pelos governos locais, destacando que esta inovação responde a três propósitos diferentes: a participação dos cidadãos, a cooperação social e a integração das políticas urbanas. Defende que as cidades, por serem diferentes, também devem ser diferentes em suas competências e funções do governo. Defende que as estruturas políticas locais sejam reformadas, já que seus esquemas organizativos e meios de gestão não estão mais adequados para construir uma nova liderança local capaz de assumir as novas funções e competências atribuídas às cidades. Apresenta cinco linhas de referências: governo metropolitano do território e descentralização da grande cidade; organização política; financiamento dos governos locais; gestão empresarial dos serviços e atividades públicas; relações com os administrados; comunicação e participação; internacionalização dos governos locais.

Palavras-chave: municipalidade; democratização.

54. BRASIL, Haroldo Guimarães.

A empresa e a estratégia de terceirização.

Revista de Administração de Empresas – Número 2, Volume 33.

Editora Fundação Getúlio Vargas

São Paulo – 1993.

Admite a terceirização como uma postura estratégica. Define-a como um processo de transferência, dentro da firma (empresa-origem), de funções que podem ser executadas por outras empresas (empresa-destino). Relaciona algumas vantagens como forçar a empresa-destino a trabalhar dentro de um padrão satisfatório de utilização da capacidade de produção; e desvantagens como a formação de grandes empresas-destino, com forte poder de barganha frente às empresas-origem. Oferece ainda instruções para a Terceirização, como 'Terceirize atividades sazonais' e 'Terceirize atividades que não agregam valor ao produto'. Por fim, conclui lembrando a importância de analisar todo o processo de terceirização, sempre sob a ótica do empregador.

Palavras-chave: terceirização; divisão do trabalho; gestão.

55. BURITY, Joanildo.

Religião e democratização no Brasil: reflexões sobre os anos 80.
Cadernos de Estudos Sociais – Número 2, Volume 10.
Editora Massangana / Fundação Joaquim Nabuco
Recife – 1994.

Discute o ativismo religioso nos anos 80, dentro de um contexto de luta pela hegemonização da "democracia" existente no período. Destaca o papel articulatório desempenhado pelo discurso religioso no surgimento da fronteira representada pelos movimentos sociais, organizações não-governamentais, novo sindicalismo, PT, etc. Investiga a natureza da articulação religiosa e de refiguração do discurso religioso em discurso político. Acompanha os deslocamentos experimentados pelas identidades envolvidas no processo: católicos, protestantes, clérigos, leigos, religiosos e não-religiosos.

Palavras-chave: democracia; discurso religioso; movimentos sociais.

56. CABRAL, Bernado.

Participação da população no Governo Municipal.
Município e a cidadania: seleção de textos para o administrador público e o cidadão – Número 3.
Editora do Senado Federal
Rio de Janeiro – 1996.

Focaliza a cultura organizacional, analisando desde sua formação, desenvolvimento e manutenção; os detentores do poder e as tomadas de decisão onde a influência dos fundadores ainda é forte.

Palavras-chave: participação; cooperativa.

57. CAMPOS, José Nilson Beserra.

Participação do público no processo decisório: açude Castanhão, um estudo de caso.
Revista de administração Pública – Número 3, Volume 29.
Editora Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro – 1995.

Discute o exercício da cidadania, no Brasil, a partir do processo de participação recente do público no planejamento de obras hídricas. Analisa, em profundidade, o caso do açude Castanhão no estado do Ceará.

Palavras-chave: cidadania; participação; planejamento de obras hídricas

58. CARPINTÉRO, José Newton Cabral.

A experiência de auto - administração das universidades públicas.
A empresa sem patrão
Organizado por Cândido Giraldez Viertz
Editora UNESP
São Paulo – 1997.

Analisa a autonomia financeira das universidades paulistas como ponto-chave para a auto - administração da Universidade.

Palavras-chave: autogestão; participação.

59. CARRION, Rosinha Machado.

Reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho na indústria petroquímica; estudo do complexo petroquímico do Rio Grande do Sul.

Livro Produção Industrial e Serviços

Organizado pela ENANPAD

Baseia seu trabalho no estudo do trabalho fabril, da indústria petroquímica (RS) e sua tentativa de tentar se adequar aos padrões internacionais. Acompanha as alterações no modo de produção no

que se refere à organização do trabalho (substituição do sistema de atribuição individualizada de tarefas, pela forma time sustentada por operadores polivalentes e multifuncionais). Avalia também, as políticas que regulam as relações sociais de produção, o plano de carreiras, a valorização do treinamento, autonomia e comprometimento dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho; re- treinamento; treinamento; parcerias.

60. CARVALHO, Denise; KRUEGER, Guilherme Gomes; NUNES, Jussara Luzia de Figueiredo; RIBAS, Monica Godinho e SOUZA, Tânia Maria de

Uma experiência de integração Ensino/Pesquisa.

Cadernos EBAP Número 70

Rio de Janeiro – 1994.

Descreve as técnicas de pesquisa utilizadas para a coordenação de políticas sociais e a sistematização destes dados na construção do caso. Utiliza informações concedidas pela Prefeitura Municipal de Itanhandu- MG, além da realização da pesquisa de campo. Faz uma leitura dos dados para verificar a hipótese do caso e aponta a não-existência de coordenação das políticas sociais à partir da Administração Municipal.

Palavras-chave: políticas sociais; municipalidade.

61. CASTILHO, Carlos e GUIMARÃES, Sônia.

A democracia de baixo para cima.

Livro Políticas Governamentais – Número 75, Volume 7.

Editora do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas

Rio de Janeiro.

Aborda o caso do Município de Faro(PA) onde em 1988, seus cinco mil habitantes assumiram a administração da cidade depois de uma rebelião contra o Prefeito eleito com os votos de uma localidade vizinha e rival. Acentua que a construção da democracia passando pelos municípios seria a única alternativa para estabelecer o princípio da participação popular num mundo em processo de globalização.

Palavras-chave: democracia; participação popular.

62. CASTILLO, Juan José.

Para um desenho conjunto das novas transformações produtivas: condições de trabalho e novas tecnologias.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Número 105, Volume 25.

Análise Social

Lisboa –1990.

Analisa as transformações produtivas, as condições de trabalho, a flexibilidade da tecnologia e a diversidade das opções organizacionais. Levanta uma estratégia que leva em conta aspectos humanos envolvidos na tecnologia. Conclui lembrando que não existe mais 'o trabalho' e sim 'trabalhos' com formas novas que mudam gradualmente, e que "as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador no futuro próximo serão o resultado do desenho atual dos sistemas produtivos, condicionados por culturas industriais, que darão lugar a opções decisivas sobre tecnologias, organização do trabalho e ritmo, sob a forma e a participação dos atores sociais na mudança desejada".

Palavras-chave: transformações produtivas; flexibilidade.

63. CASTRO, Edna.

Noção de trabalho, reestruturação de empresas e crise de desemprego.

Editora da ANPOCS

Caxambú – 1997.

Analisa o avanço da sociedade assalariada e da persistência de formas tradicionais de trabalho. A busca de soluções individuais que tem provocado dispersão e segmentação dos trabalhadores, redefinindo os espaços do trabalho. Reflete sobre como a reestruturação das empresas participa

dessas mudanças e as estratégias de defesa adotada pelos trabalhadores, diante das tensões / pressões do mercado de trabalho.

Palavras-chave: espaços de trabalho; reestruturação das empresas.

64. CASTRO, Manoel Cabral de.

Participação e controle: o dilema da organização e representação operária nos locais de trabalho.

Instituto de Pesquisas Econômicas Universidade de São Paulo

São Paulo – 1987.

Estuda a organização e representação dos trabalhadores nos locais de produção. Discute o significado da fábrica que se apresenta para o movimento operário como nova arena do conflito industrial, a partir dos anos 80. Aponta os fatores que, no Brasil, segundo ele, dificultam a organização e representação dos trabalhadores nos locais de produção. Destaca, nesta análise, as influências do corporativismo, o estilo "cupulista" e "heterônomo" do sindicalismo dominante e o esquema prevalecente de organização do processo de trabalho.

Palavras-chave: relações trabalhistas; movimento operário; sindicalismo.

65. CASTRO, Mary Garcia.

Mulher e crise no Brasil - A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos oitenta.

Cadernos do CEAS – Número 129.

Editora Publigrati

Salvador – 1990.

Analisa a condição inferior da mulher no mercado de trabalho brasileiro mostrando alguma distribuição setorial. Trata de questões como a desigualdade de salários (quando comparadas com homens que façam as mesmas tarefas) e o caso de esposas (mães) dentro do mercado de trabalho. Ressalta as formas específicas de reação das mulheres às imposições sociais.

Palavras-chave: condição da mulher; desigualdade salarial.

66. CASTRO, Nadia Araújo e LEITE, Marcia de Paula.

A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações.

Editora da ANPOCS

Caxambu.

Discute a reestruturação industrial dos anos 90 e a tentativa de segmentos do movimento sindical brasileiro em fazer face a essa nova realidade "de modo a negociar proativamente as estratégias de modernização assumidas pelas empresas". Levanta novos questionamentos para a Sociologia do trabalho dos anos 90 talhados nas relações entre o autoritarismo fabril e os apelos sociais de democratização, na extensão da cidadania aos chãos de fábrica e de como esta extensão tem temperado a reestruturação tecnológica e organizacional da indústria brasileira. Observa que só na década de 90 se inicia um movimento do empresariado no sentido de renovar as suas estratégias organizacionais, substituindo as políticas autoritárias de relacionamento com os operários por formas menos conflituosas de gestão do trabalho, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho. Revela o paradoxo entre a postura patronal em relação aos sindicatos, que ainda é de exclusão e desmobilização, e a dos sindicatos cada vez mais abertos à negociações e a introdução de inovações.

Palavras-chave: reestruturação industrial; autoritarismo fabril; sindicatos.

67. CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo.

Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 17.

Rio de Janeiro – 1991.

Editora Relume Dumara

Apresenta a teoria de Braverman, segundo seu livro 'Trabalho e capital monopolista' (1977), em que a lógica do processo de trabalho capitalista seria dirigida para garantir a conversão da força de trabalho em trabalho real. Assim se teria uma separação entre trabalho mental e manual, e

uma conseqüente desqualificação do trabalhador. Mostra que Burawoy também partiu da teoria marxiana do valor para fundamentar sua formulação sobre o processo de trabalho; porém procurou construí-la a partir da concepção gramsciana de hegemonia. Indica os pontos da teoria de Burawoy.

Palavras-chave: processo de trabalho capitalista; hegemonia.

68. CATALÁ, Joan Pratis i.

Direito e gerencial nas administrações públicas: notas sobre a Crise e renovação dos respectivos paradigmas.

Revista do Serviço Público – Número 2, Volume 120

Editora da ENAP

Brasília –1996.

Discute a legitimidade dos tipos de gerenciamento das Administrações Públicas pelos valores sociais e de participação democrática e a eficiência dos recursos públicos, evidenciando que dada a pluralidade de enfoques, a invasão súbita do gerenciamento traz confusões entre empresas e as Administrações Públicas. Analisa a coincidência paradigmática do Direito e Gerenciamento Administrativo e a tendência na renovação desses paradigmas tradicionais. Discute, finalmente, as bases para a interação dessas duas esferas para a renovação das Ciências da Administração.

Palavras-chave: administração pública; participação democrática.

69. CATANI, Afrânio Mendes.

Universidades estaduais paulistas: a autonomia de gestão financeira e a efetiva possibilidade de autogestão.

A Empresa sem patrão.

Organizado por Cândido Giraldez Vieitz

Editora da UNESP

São Paulo –1997.

Apresenta a realidade de três universidades públicas de São Paulo: Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; e Universidade Estadual Paulista - UNESP. Trabalham com regimes mais democráticos de gestão.

Palavras-chave: autogestão; participação.

70. CAVALCANTE, Cláudio.

Resistência operária e alianças de classe.

Organizador pela Fundação Joaquim Nabuco

Cadernos de Estudos Sociais – Número 11.

Recife – 1990.

Levanta alguns pontos de importância que a revolução de 1930 trouxe para o movimento operário brasileiro como a política de alianças. Define a classe trabalhadora daquela época como 'um conjunto desordenado e heterogêneo de assalariados urbanos'. Mostra as tentativas de aproximação entre o movimento operário e os grupos de esquerda entre os tenentistas. Encaminha alguns dilemas da época e analisa criticamente as políticas seguidas por anarquistas e comunistas.

Palavras-chave: revolução de 1930; classe trabalhadora.

71. CAVEDON, Neusa R.

As culturas das organizações brasileiras na era da globalização.

Resumos dos trabalhos – Número 16.

Editora da ENANPAD

Rio de Janeiro – 1997.

Centra seus estudos em empresas localizadas no Rio Grande do Sul, para confirmação de novas processo e novas formas de gerenciamento. Aponta a presença marcante de formas de estruturas

tradicionais, concluindo que estruturas de gestões mais participativas ainda estão longe do que apregoam como tendência futura.

Palavras-chave: gestão participativa; trabalho; participação.

72. CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de saúde.

Controle social dos serviços de saúde.

Saúde em debate.

Editora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Curitiba.

Analisa o conceito de controle social nos serviços de saúde, mostrando a importância do amplo acesso às informações por parte da população. Observa que o controle social não se reduz aos aspectos da fiscalização ou execução dos serviços e deve ser exercido em todos os níveis. Reconhece o risco de manipulação política do controle social e mostra que o baixo nível da organização e conscientização da sociedade impede que esta exerça uma maior participação. Identifica as forças restritivas ao controle social e aquelas que atuam a seu favor. Ressalta que o exercício efetivo do controle social depende da correlação de forças e apresenta as estratégias a serem institucionalmente utilizadas neste sentido.

Palavras-chave: controle social; serviços de saúde; participação popular; organização.

73. CEDAC.

Participação institucional de empregados em empresas estatais – a experiência paulista

Tecnologia, produtividade e participação.

Organizado por José Augusto Guilhon Albuquerque

Editora do IPEA

Brasília.

Analisa a participação dos empregados em áreas específicas de decisão das empresas e como reagem seus protagonistas: empregados, empresas e sindicatos, tomando como base entrevistas feitas com Diretores, empregados e lideranças associativas e sindicais,. Centra suas pesquisas em 8 empresas paulistas: FEPASA, BANESPA, COESP, PRODESP, METRÔ, SABESP, ELETROPAULO, E CDH .

Palavras-chave: trabalho; sindicato; gestão participativa; negociação coletiva; representantes dos trabalhadores.

74. CERQUEIRA, Paulo César Lisboa.

Rotações dos tempos: emprego e relações de trabalho em Santa Maria da Vitória, Bahia.

Cadernos do CEAS – Número 157

Editora Publigrati

Salvador – 1995.

Relata a história de Santa Maria da Vitória e de seus trabalhadores. Apresenta as novas alternativas de trabalho que se abrem ao mesmo tempo em que antigas profissões se readaptam às novas realidades e muitas perdem a razão de existir. Indica as transformações por que passaram o emprego rural e o urbano apresentando as perspectivas para o futuro do trabalho e do trabalhador.

Palavras-chave: novas alternativas; readaptação.

75. CHAGAS, Eraldy Kennedy de Sousa.

Impacto da implantação da automação na força de trabalho de uma indústria de processo contínuo.

Resumos dos Trabalhos - Número 4.

Editora da ENANPAD

Rio de Janeiro – 1997.

Faz uma análise do impacto na força de trabalho de uma unidade produtiva de processamento contínuo após a implantação de uma automação industrial. Constrói uma investigação minuciosa

nos temas problemáticos de toda automação : capacitação dos funcionários, competência do corpo gerencial para condução do processo, participação do sindicato, postura dos recursos humanos no chão de fábrica, etc.

Palavras-chave: trabalho; sindicalismo; participação; interação; cooperação.

76. CKAGNAZAROFF, Ivan.

A nova constituição - Uma administração municipal?

Revista de Administração Pública – Volume 23.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro –1989.

Mostra a importância do município para os cidadãos, sendo este o órgão do Estado mais próximo e que serve como espaço primordial para o aprendizado, o exercício e o desenvolvimento da cidadania. Aponta vários canais de participação que podem ser usados pelos cidadãos para se fazerem representados. No entanto esta intervenção nas decisões pode ficar prejudicada caso o cidadão não tenha tido uma boa educação escolar. Demonstra que estas modificações só poderão ser feitas graças às mudanças que ocorreram na Constituição de 1988, que deu mais poderes aos municípios e vereadores, abrindo assim um canal da participação não só com o voto mas também através de plebiscitos, referendos, vetos populares e iniciativa popular. Analisa estas medidas como insuficientes para garantir uma administração mais democrática. Demonstra que é preciso também uma maior ação/reflexão do cidadão, para poder fazer valer seus direitos.

Palavras-chave: municípios; participação popular; ação/reflexão.

77. COELHO, Franklin.

Poder local, gestão democrática e publicização dos serviços urbanos.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora da FASE

Rio de Janeiro – 1993.

Fala sobre a proposta de descentralização no interior do projeto neoliberal, que alarga o espaço para os interesses privados e reduz a esfera pública. O projeto de neoliberalismo é a desregulação da esfera pública através da privatização dos serviços urbanos que historicamente, eram considerados funções do Estado. Crítica a proposta de descentralização político-administrativa sem repassar para os municípios recursos financeiros para que o governo local possa enfrentar questões sociais. Acentua que a proposta de um governo democrático e popular significa um processo de descentralização do poder, e isto acontece através dos conselhos populares. Ressalta a importância de que seja criada uma nova cultura política, que resgate lutas e formas de existência no âmbito local, realçando os valores do direito e da cidadania em oposição à cultura política na qual a identidade municipal se encontra vinculada à história das elites dominantes e à relação fisiológica e clientelista com os donos do poder e a ideologia privatista. Ressalta a importância da reforma tributária. Afirma que existe um esgotamento do padrão de gerência e governabilidade nos municípios brasileiros desde a década de 50.

Palavras-chave: poder local; descentralização; democratização; cultura, conselho popular; movimento popular; participação; cidadania

78. COELHO, João Gilberto.

Revisão constitucional e participação popular.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 57

Editora FASE

Rio de Janeiro –1993.

Considera a Constituição um avanço no marco da cidadania, sendo um grande problema o fato da maioria dos dispositivos necessitarem de regulamentação. Acentua que o processo da Constituinte teve formas institucionalizadas de participação com 11.989 sugestões da sociedade. Aponta as normas para as emendas populares, que deveriam ter no mínimo 30 mil assinaturas de eleitores e a responsabilidade de três entidades, regularmente constituídas, para a coleta de

assinaturas. Apresenta algumas emendas cujas temáticas obtiveram maior número de assinaturas. Afirma que a Constituição brasileira de 1988 inspirou outros países, que regulamentaram formas participativas e avançaram em muitos outros pontos.
Palavras-chave: cidadania; participação; Constituição de 1988.

79. COHN, Amélia.

Descentralização, saúde e cidadania.
Revista Lua Nova de Cultura e Política – Número 32.
Editora da CEDEC
São Paulo –1994.

Examina as relações entre descentralização, racionalidade e democracia tendo como referência o sistema de saúde. Expõe as ambigüidades do processo de descentralização da gestão da saúde, instituída pela Constituição de 1988. Discute uma experiência de gestão municipal em São Paulo no período 1989-1992. Destaca o papel das comissões de gestão, no processo de incentivo à participação popular na administração municipal de saúde. Conclui que as relações entre descentralização e democracia, no caso brasileiro, impõem a redefinição do padrão de relações entre Estado e sociedade.
Palavras-chave: sistema de saúde; descentralização; racionalidade; democracia.

80. COMPARATO, Fábio Konder.

A nova cidadania.
Lua Nova Revista de Cultura e Política
Editora da CEDEC
São Paulo.

Análise do conceito de cidadania através da compreensão histórica, destacando três etapas do seu desenvolvimento: fase exclusivamente política das origens, a reação individualista e a fase atual. Analisa a participação do cidadão greco-romano e dos atenienses. Ressalta que a participação na esfera pública do cidadão greco-romano consistia na votação de leis, enquanto que o ateniense tinha liberdade de palavra nas assembléias do povo. Faz distinção entre a cidadania civil e cidadania política. Afirma que a ciência política contemporânea distinguiu com clareza o mecanismo eleitoral do sistema representativo, comparando-o com a Revolução Francesa, que separou o mandato civil do mandato político. Conclui que a idéia-mestra da nova cidadania consiste na participação direta da pessoa humana e do povo no processo histórico e de seu desenvolvimento e promoção social.
Palavras-chave: cidadania; participação direta.

81. Coordenação Nacional da Pró-Central de Movimentos Populares.

Por uma central dos movimentos populares.
Revista de Cultura Vozes.
Tese à II Plenária Nacional dos Movimentos Populares 1991.
Editora Vozes
Rio de Janeiro – 1991.

Descreve como a Pró-Central entende os movimentos populares, pela sua prática de questionamento, sob a forma de organização social da estrutura capitalista. Define movimentos populares, grupos e organizações que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias, de bens de uso coletivo, reprodução social e ideológica, buscando suprimir a exploração e a dominação de classes. Considera as dimensões políticas dos movimentos e os aspectos da modernidade nas transformações desse processo. Demonstra o desafio de estabelecer eixos de luta de acordo com uma conjuntura estratégica. Destaca como principais desafios a clareza dos objetivos de uma central de movimentos populares: estimular o trabalho de base na organização dos movimentos, estreitar os laços de solidariedade entre eles, reforçar propostas políticas com ações concretas, elaborar políticas públicas alternativas, incrementar a formação de militantes e preparar adequadamente estrutura da Central.

Palavras-chave: movimentos populares; participação.

82. CORRÊA, Rossi Augusta Alves.

Qualidade de vida , qualidade do trabalho, qualidade do atendimento público e competitividade.
Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 27.
Editora da Fundação Getulio Vargas.
Rio de Janeiro – 1993.

Analisa a questão da qualidade de vida na sociedade e das relações de trabalho, chamando a atenção para a necessidade de definição de verdadeiras políticas públicas a serem debatidas, defendidas e adotadas. Aborda o problema do atendimento público, examinando os fatores que influenciam na qualidade da interação público-cliente e nas organizações públicas : a maneira como se processa a interação, o sistema de atendimento técnico-administrativo e a promoção de mecanismos de avaliação nos sistemas internos e externos das organizações públicas que contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços ao cliente.

Palavras-chave: qualidade; sociedade; trabalho; público-cliente.

83. CORREA, Sônia.

Cooperativismo no Brasil e no Nordeste.
Cadernos do CEAS – Número 81.
Editora Publigrati
Salvador – 1982.

Destaca o cooperativismo como uma empresa de pessoas e não de Capital. Mostra como se formou na Europa Ocidental (Inglaterra - 1844) e sua vinda para o Brasil em meados de 1891 e 1892. Lembra a importância do cooperativismo em manter: livre adesão, gestão democrática, e etc. etc. Descreve as cooperativas do Nordeste no período de 1960/1980.

Palavras-chave: cooperativismo.

84. CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida.

Descentralização do ensino municipal : a experiência das escolas cooperativas em Maringá (PR).
Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 28.
Editora da Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro – 1994.

Descreve o sistema implantado, no qual os professores se constituíram em pessoas jurídicas de direito privado, sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos, com vistas a concorrer em licitações realizadas pela prefeitura, que tinha como objetivo a contratação da administração das unidades escolares. Explica a metodologia usada na avaliação, caracterizada pelo envolvimento dos vários segmentos interessados no programa, com ênfase especial na comunidade. Destaca as principais conclusões da avaliação comparativa entre o novo sistema e as escolas não-cooperativas. Conclui observando que o Programa de Escolas Cooperativas mostrou-se uma alternativa viável de descentralização na área educacional, reforçando a qualidade do ensino, sem se caracterizar como um processo de privatização.

Palavras-chave: descentralização; municipalização; escolas cooperativas.

85. CORTES, Soraya Maria Vargas.

Fóruns participatórios na área de saúde : teorias do Estado, participantes e modalidades de participação.
Saúde em Debate – Número 50.
Editora do CEBES
Rio de Janeiro.

Sistematiza a discussão da nova literatura especializada internacional sobre o conceito de participação. Visa contribuir para a classificação e a construção de um referencial de análise dos casos concretos de participação que ocorrem nos conselhos de saúde brasileiros, não apenas em

seus aspectos singulares e substantivos, mas também para o estabelecimento de comparações. Examina as teorias do Estado. Ressalta aquelas que criticavam o modo tradicional de funcionamento das instituições políticas nas democracias liberais e que propunham mudanças para torná-las mais democráticas, entre as quais a proposta de criação de mecanismos institucionais participatórios. Discute os conceitos de "participante" mais usados nesta literatura. Expõe as classificações de tipos de envolvimento de participantes no processo de decisão política, de atitudes ou propósitos das instituições em envolvê-los em um processo participatório e dos diversos graus de envolvimento de participantes.

Palavras-chave: participação; conselhos de saúde.

86. COSTA, Beatriz.

Avaliação de trabalhos populares : uma proposta.

Cadernos do CEAS – Número 149.

Editora Publigrati

Salvador – 1994.

Questiona se é possível socializar as pessoas no sentido de que elas reforcem a sua capacidade de interferência crítica e autônoma na própria sociedade que as socializa. A partir desta questão constrói um roteiro de reflexão crítica sobre os trabalhos populares.

Palavras-chave: participação; autonomia.

87. COSTA, Iraneidson Santos.

A arqueologia da oposição sindical bancária.

Cadernos do CEAS – Número 156.

Editora Publigrati

Salvador – 1995.

Levanta a origem da O.S.B. (Oposição Sindical Bancária) entre os anos de 1976 e 1981, mediante análise de dois documentos da época. O primeiro é um misto de livro de Atas com Livro Caixa e o segundo é um Caderno de Contabilidade. Conta como a O.S.B. conseguiu se opor ao Sindicato oficial e as principais divergências entre a própria O.S.B.

Palavras-chave: oposição sindical.

88. COSTA, Nelson do Rosário.

Políticas públicas, direitos e interesses: reforma sanitária e organização sindical no Brasil.

Revista Administração Pública – Número 4, Volume 28.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Analisa as políticas públicas e o processo de democratização. Problematisa a hipótese sobre o tema das organizações de interesses e os impasses dos projetos de inovação política formulados no setor de saúde da década de 80. Destaca a importância dos atores sociais no acesso ao benefício para assegurar o desenvolvimento da idéia do SUS. Apresenta os mecanismos colegiados de participação como dispositivo para articulação entre organizações de interesses. Demonstra o papel do sindicalismo nas negociações entre capital e trabalho.

Palavras-chave: participação; descentralização.

89. COSTA, Sérgio.

Atores da sociedade civil e participação política: algumas restrições.

Caderno do CEAS – Número 155.

Editora Publigrati

Salvador – 1995.

Desenvolve reflexão sobre os limites da ação dos atores da sociedade civil para atuarem como intermediários de interesses sociais, baseado no estudo das tentativas de envolvimento das organizações locais da população na gestão de três cidades de Minas Gerais;

Palavras-chave: sociedade civil; participação.

90. COSTA, Sérgio.

Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem de tentativa.

CEBRAP – 41.

Rio de Janeiro –1995.

Focaliza os movimentos sociais como centro do debate contemporâneo em torno das idéias de sociedade civil. Eles aparecem vinculados à tematização pública de "situação problema" emergentes nas esferas privadas, assegurando que estas sejam reconhecidas e assimiladas pelo sistema político-administrativo. Constituem, dessa forma, alternativas aos processos opacos e particularistas de produção de decisões políticas. Discute as contribuições destas postulações para o estudo dos movimentos sociais no Brasil.

Palavras-chave: movimentos sociais.

91. COSTA, Sérgio.

Movimentos sociais democratização e a construção de esferas públicas locais.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 35, Volume 12.

Editoar da ANPOCS

Rio de Janeiro – 1997.

Discute a construção, ao longo do processo de democratização do país, de esferas públicas locais, com base em estudo de caso comparativo desenvolvido em três cidades de Minas Gerais. Destaca o papel desempenhado pelos movimentos sociais em suas conexões, com os demais atores locais. Examina o processo de construção de esferas públicas locais, a partir de quatro campos constitutivos de tais esferas: a mídia, a esfera estatal-parlamentar, os grupos organizados e os espaços comunicativos primários. Aponta determinadas insuficiências nas chamadas teorias da transição democrática, e também na bibliografia específica sobre os movimentos sociais.

Palavras-chave: democratização; sociedade civil; participação política; movimentos sociais;

92. COSTA, Suely Gomes.

Assistência social como política social.

SESI - Serviço Social da Indústria - As políticas sociais no Brasil –Número 18.

Brasília.

Relata as condições que presidiram a instituição do protecionismo nas economias liberais, a partir do século XIX, e no Brasil, onde a escravidão constrói uma via de outro tipo. Examina, a partir das condições de sua negação no início dos anos 80 e de seus impasses, neste fim de século, os limites em que se move a assistência social como política social.

Palavras-chave: assistência social; política social; protecionismo.

93. COTA, Maria das Dores.

Movimento social e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil.

Revista de Administração pública – Número 2, Volume.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1988.

Analisa o papel dos movimentos sociais na transformação da sociedade brasileira. Examina os movimentos sociais como espaço político para a conquista da cidadania no país. Mostra que durante os Estado autoritário (1930-1945), o Brasil experimentou dois tipos de cidadania. Discute cidadania "regulada" do Brasil e as possibilidades de alcançar a cidadania plena.

Palavras-chave: movimentos sociais.

94. CRIVELLARI, Helena Maria e TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz.

Impactos da tecnologia de base microeletrônica na indústria de processo contínuo: um estudo de caso na petroquímica.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 24.
Editora da Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro – 1990.

Elabora um estudo de caso sobre a introdução de tecnologia microeletrônica em uma empresa que opera um sistema de processo contínuo, enfatiza as mudanças no âmbito da organização, qualificação e treinamento do trabalhador. Analisa as relações entre a política gerencial e seus efeitos sobre a organização do trabalhador.

Palavras-chave: trabalho; controle do trabalho.

95. CROZIER, Michel.

O problema da participação.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 27.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1990.

Observa que a participação é um dos problemas-chave das sociedades pós-industriais, procurando derrubar-lhe os mitos. Examina a participação fundada na idéia de um presente paternalista ou de uma luta política, ressaltando que uma participação consciente e racional, sobre a base de uma negociação livre supõe o progresso das concepções sobre a racionalidade e sobre as técnicas organizacionais, mas é condicionada sobretudo pelo desenvolvimento dos próprios indivíduos. Nota que o princípio fundamental da participação não é a comunicação, mas a negociação sobre os elementos mais práticos da vida de todos os dias.

Palavras-chave: participação; negociação; modernização do setor público; reestruturação organizacional

96. CRUZ, Rafael de la.

Federalismo e descentralização : um novo pacto entre o Estado e a sociedade na Venezuela.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Mostra o agravamento da distância entre a sociedade e o Estado na Venezuela durante a década de 80 e o começo dos anos 90, gerando uma situação de desconfiança de alguns grupos sociais quanto à utilidade do diálogo e do debate. Observa que as dificuldades de legitimação do sistema político exigem um aprofundamento da democracia através da descentralização, da eleição de governadores e prefeitos, inaugurando um novo pacto da sociedade para se autogovernar. Relata o desenvolvimento político e econômico da sociedade venezuelana nos últimos anos, caracterizado pela emergência de projetos sociais com alto grau de autonomia em relação ao Estado, destacando os principais aspectos dessa nova sociedade venezuelana. Analisa diversos aspectos do legado antiestatal deixado pelo desmoronamento das formas centralizadas e autoritárias de governo, ressaltando que a "maior causa da debilidade da reação do governo em face da complexidade de seu próprio aparelho e da sociedade está relacionada a um fator social e político, mais do que a um administrativo e organizacional". Examina a descentralização como um processo combinando a negociação entre os agentes políticos e a delimitação de serviços, permitindo à sociedade um exercício crescente de controle sobre o Estado.

Palavras-chave: descentralização; pacto social; federalismo.

97. CRUZ, Sebastião C. Velasco E.

Notas provisórias sobre empresários e trabalhadores em tempo de reestruturação produtiva, realinhamento político e reorganização internacional.

Resumo dos trabalhos - XXI Encontro Anual da ANPOCS

Caxambú.

Relato sobre um ensaio exploratório que tem por objetivo refletir sobre as mudanças nas relações entre empresários industriais e trabalhadores a partir da crise instalada no Brasil desde a década

passada. Considera que as relações entre a força de trabalho e capital no Brasil perpassam pelo passado escravocrata que pode responder ao caráter autoritário do empresariado, a estrutura agrária caracterizada pela concentração de poder. A partir de 1978, essas relações históricas de poder e dominação do empresariado na gestão começam a ser duramente criticadas pelo novo Sindicalismo, movimento que propõe a intervenção do operário como sujeito ativo do processo produtivo. Analisa como em um ambiente de pressão competitiva sobre as empresas, onde se redobra a intensificação do trabalho, se posicionam as relações entre trabalhadores e empresários. Considera que essas relações no Brasil são afetadas, em todos os níveis, pela ação estatal, seja através de política econômica, ou Câmaras setoriais.

Palavras-chave: gestão, participação; sindicatos.

98. CRÚZIO, Helnon de Oliveira.

Organizações cooperativas: problemas e alternativas.

Resumos dos Trabalhos da ENANPAD 97

Editora da ENANPAD

Rio de Janeiro – 1997.

Evidencia as contradições do modelo cooperativista brasileiro ao modelo original e a partir desses desacertos mostra as restrições para o exercício da "autogestão". Sugere mudanças nas "Leis" cooperativas vigentes, propícias para o exercício da participação dos associados no processo decisório.

Palavras-chave: modelo cooperativista; processo decisório.

99. CUNHA, Flávio Saliba.

Movimentos sociais urbanos e a redemocratização.

Novos Estudos – Número 35

Editora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

São Paulo –1993.

Analisa as relações entre o movimento favelado e o poder público a partir da experiência de urbanização de favelas em Belo Horizonte no início dos anos 80 : PRODECOM - Programa de desenvolvimento de comunidades. Discute as limitações da matriz teórica que inspira a maior parte da produção acadêmica sobre os movimentos sociais urbanos.

Palavras-chave: movimento social urbano; movimento favelado; Belo Horizonte.

100. DA SILVA, Paulo R. Guimarães e RIVIERE d'ARC, Hélène.

Participação social: instrumento de gestão pública? Elementos para um debate sobre a gestão de cidades brasileiras: quais as perspectivas nos anos 90?

Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 30.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1996.

Analisa, a partir de uma perspectiva histórica, o desenvolvimento recente dos movimentos sociais urbanos no Brasil em geral, e em particular nas cidades de Salvador, Recife e Curitiba. Observa os avanços, contradições, possibilidades e complexidade das relações entre: democracia, descentralização, municípios e a sociedade civil organizada. Afirma a necessidade de reflexão e revisão permanente da conceituação de Participação popular.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; democracia, municípios; sociedade civil organizada

101. DALRI, Neusa Maria

Movimento de democratização e o autogoverno na Universidade Estadual Paulista.

A empresa sem patrão

Organizado por Cândido Giraldez Vieitz

Editora da UNESP

São Paulo - 1997.

Demonstra que o amplo movimento de democratização da UNESP e de suas estruturas de poder associado à autonomia de gestão financeira consolidaram-se na instituição como aspecto do autogoverno ou da gestão democrática.

Palavras-chave: autogestão; participação; democratização.

102. DANIEL, Celso.

Gestão local e participação da sociedade.

Organizado por Renata Villas-Boas

São Paulo.

Constata que a partir da forte presença do valor neoliberal, da crise da social-democracia e da derrocada do socialismo, a democracia passa a ser o valor estratégico de parcela da esquerda, que retoma as idéias de direito e cidadania e promove experiências e reflexões sobre participação popular. Considera que a idéia de democracia não pode se restringir ao plano do regime político ou às regras do jogo, mas está ligada à conquista do direito à participação da sociedade na gestão pública, além da mera democracia representativa, significando uma real partilha do poder. Situa o tema da participação como construtivo de uma proposta de gestão pública no âmbito de um novo modelo de desenvolvimento, como uma das referências para o alargamento do espaço público e busca de nitidez entre público e privado. Estabelece como pressuposto da participação real a garantia de direitos iguais para todos. Define como canais de participação na gestão local, espaços institucionalizados ou não, criados pelo Estado no nível local, com vistas a serviços de ponte entre Estado e sociedade. Defende a substituição da cultura organizacional e formas de organização do trabalho herdadas do Estado nacional desenvolvimentista, por outras calcadas nos valores da Democracia e da Eficiência.

Palavras-chave: democracia; participação; gestão local.

103. DAVIDOVICH, Fany.

Poder local e município, algumas considerações.

Revista de Administração Pública – Número 27, Volume.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1993.

Discute a relação entre poder local e município, a partir do ideário da descentralização definido pela nova Constituição, que considera o município como locus privilegiado do contato mais direto e estreito com a população. Mostra que é importante levar em conta nesse processo a diversidade de condições dos municípios brasileiros. Faz algumas considerações de natureza teórica e ideológica acerca da temática enunciada. Assinala o papel de certos elementos na estruturação de um poder local, através de alguns exemplos empíricos, destacando, por um lado, a influência de determinado grau de autonomia ou de iniciativas orientadas para o desenvolvimento de condições inovadoras de poder, baseadas no compromisso popular e na transparência na administração e, por outro, do papel exercido pelas condições de conflito existentes, que implicam, necessariamente, o desenvolvimento de um contexto democrático. Aborda a territorialidade desenvolvida por diferentes práticas de poder que extrapola os limites legais do município onde se centralizam.

Palavras-chave: município; poder local; autonomia; conflito; territorialidade.

104. DELGADO, Lucília de Almeida Neves e VEN, Michel Marie Le.

Marzagânia: fábrica, vila operária e movimento sindical.

Revista Brasileira de Estudos Políticos – Número 73.

Editora Imprensa Universitária da UFMG

Belo Horizonte – 1991.

Analisa o cotidiano da vila operária da Marzagânia no final da década de 50, reconstituindo as condições sociais e políticas. Propõe recompor a conjuntura na qual se processou a ação operária reivindicatória. Descreve o ambiente fabril bem como o complexo habitacional e empresarial.

Baseia-se nos depoimentos de um antigo operário da fábrica e do ex-presidente do Sindicato dos Tecelões de Belo Horizonte.

Palavras-chave: vila operária de Marzagânia; ação operária.

105. DEMO, Pedro.

Participação e planejamento - Arranjo preliminar.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 25.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro –1991.

Distingue planejamento técnico, planejamento estratégico e planejamento participativo. Estabelece os horizontes fundamentais da política social participativa: desenvolvimento da sociedade civil organizada e a instrumentação atribuída constitucionalmente ao Estado. Faz distinção entre Estado e Governo. Define participação como processo emancipatório, cabendo à sociedade civil organizada a implementação de um controle democrático do Estado.

Palavras-chave: planejamento; política social participativa; participação; sociedade civil organizada.

106. DIAS, Antônio e ROLEMBERG, Eliana.

Opressão e luta no campo.

Cadernos do CEAS – Número 68.

Editora Publigrati

Salvador – 1980.

Analisa as conseqüências da penetração do 'grande capital' no campo. Identifica os chamados DOMINANTES, e os DOMINADOS (posseiros, pequenos produtores, rendeiros, etc) priorizando os assalariados rurais. Define o papel do Estado que "guarda" os interesses da classe dominante. Apresenta bandeiras de luta que vão sendo levantadas pelos trabalhadores em meados de 1980.

Palavras-chave: assalariados rurais; proprietários de terras.

107. DIEESE.

Experiência e avaliação dos canais de relacionamento entre trabalhadores e empresas estatais.

Tecnologia, produtividade e participação.

Organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Avançadas

Brasília.

Mapeia, descreve e avalia, através de entrevistas as diferentes formas de relacionamento entre trabalhador e empresa constituídas nas estatais e o levantamento da visão das centrais sindicais sobre a participação na gestão dessas empresas.

Palavras-chave: trabalho; sindicato; gestão participativa; negociação coletiva.

108. DIEESE.

Representação e participação: reivindicações dos trabalhadores nas empresas estatais.

Tecnologia, produtividade e participação.

Organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Avançadas

Brasília.

Objetiva primordialmente conhecer as tendências do movimento reivindicatório dos trabalhadores em empresas estatais, no que se refere à representação e participação nessas empresas sendo o mesmo composto de dois itens: Os Encontros Nacionais de Trabalhadores das Estatais e a questão da Participação e Pautas para Negociação Coletiva e as Reivindicações Relativas aos Canais de Relacionamento Trabalhador/Empresa.

Palavras-chave: trabalho; sindicato; gestão participativa; negociação coletiva.

109. DINIZ, Eli.

Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma.

Revista do Serviço Público – Número 2, Volume 120.

Organizado pelo ENAP
Brasília –1996.

Analisa a crise e o desgaste do Estado e a necessidade de redefinição das prioridades da agenda pública a partir dos anos 80. Adota a perspectiva a partir do acirramento da defasagem Estado-sociedade e a ineficácia do poder público na gestão dos problemas. Aponta a presença da democratização como uma das causas da ingovernabilidade do país, com a exacerbação das expectativas por políticas sociais. Discute outros fatores responsáveis pela crise da governabilidade, focalizando os poderes Executivo e Legislativo. Observa a proliferação de decisões fora do controle político, citando a promulgação de Decretos-Leis como exemplo. Chama atenção para as especificidades do processo de constituição do Estado brasileiro e as tensões internas historicamente consolidadas. Trabalha com o conceito de governabilidade e governança como categorias auxiliares para repensar a reforma do Estado, que exige um novo padrão de articulação com a sociedade. Sugere um novo paradigma para pensar o Estado compatibilizando sua eficiência e reduzindo o duplo divórcio Executivo-Legislativo e Estado-Sociedade.
Palavras-chave: governabilidade; poder público.

110. DINIZ, Eli.

Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90: as câmaras setoriais como fórum de negociação.

Revista DADOS – Número 2, Volume 37.

Instituto Universitário do Pesquisas do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – 1994.

Analisa o processo de formação e o padrão de funcionamento das Câmaras Setoriais, criadas entre 1988 e 1989, e reativadas em 1991. Discute questões teóricas subjacentes à polêmica entre argumentos liberais e neocorporativos, suscitada pelos Acordos da Indústria Automobilística. Ressalta que o debate implica uma discussão mais profunda sobre a natureza do sistema político brasileiro. Refuta as duas visões polares, mostrando o alcance e os limites do modelo tripartite de negociação introduzido pelas Câmaras. Utiliza documentos, relatórios, avaliações internas dos órgãos envolvidos, entrevistas com 'atores' estratégicos e material publicado pela imprensa.

Palavras-chave: Câmaras setoriais; liberalismo; neocorporativismo.

111. DORNELLES, João Ricardo.

Direitos humanos e cidade: a cidadania violada.

Revista Proposta Experiências em Educação Popular – 47.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1990.

Analisa a relação existente entre o desenvolvimento urbano e os direitos humanos. Analisa a lógica do modelo de desenvolvimento brasileiro com a segregação populacional por áreas de residência. Define cidade como um espaço reprodutor das relações de subordinação, autoritarismo, elitismo, exclusão e concentração da riqueza e das decisões políticas, resultando em condições de desigualdade social e segregação habitacional. Analisa dois referenciais teóricos para cidade: um modelo que privilegia a teoria da modernização, partindo da noção de integração social e outro que trabalha a partir da análise histórico-estrutural que enfatiza as diferentes contradições operadas no processo de formação e expansão da cidade e da forma como se desenvolverá a ocupação do espaço urbano. Afirma que o contexto vivido em sociedades como a brasileira tem a característica de produzir cidadania diferenciada, já que os investimentos urbanos reproduzem uma lógica autoritária e elitista, privilegiadora das áreas onde as classes econômica e politicamente mais poderosas vivem. Acentua que o movimento popular organizado é um dos elementos fundamentais para criar novos espaços democráticos de participação e decisão política, ampliando direitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: cidadania, movimento popular

112. DORNELLES, João Ricardo.

Movimento popular e esfera pública.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular Número 47.

Editores FASE

Rio de Janeiro –1990.

Descreve o processo de urbanização, pautado no modelo de desenvolvimento brasileiro, que criou cidades marcadas pela mercantilização do solo, da moradia e do transporte, uma cidade excludente e segregada. Neste contexto, enfatiza que os movimentos populares urbanos precisam se organizar mais, buscando qualificação técnica e política que os habilitem na formulação de propostas alternativas para os inúmeros problemas existentes, aumentando sua prática reivindicatória. Define esfera pública, acentuando que esta não se restringe ao espaço do Estado, mas a um espaço de atuação coletiva, ganhando dimensão geral para toda sociedade. Portanto, é neste contexto que surge a importância dos movimentos sociais que com sua capacitação técnica tem possibilitado ultrapassar os limites da simples reivindicação assistencial de um serviço, abrindo espaço à participação popular politizada enquanto fonte geradora de políticas de caráter público. Descreve a experiência de São João de Meriti, onde o movimento popular foi essencial no projeto de reconstrução de casas destruídas pelas chuvas.

Palavras-chave: movimento popular; esfera pública.

113. DRAIBE, Sônia Miriam.

Redirecionamento das políticas sociais segundo a perspectiva neoliberal.

As políticas sociais no Brasil – Número 18.

Analisa o redirecionamento das políticas sociais, segundo a doutrina neoliberal contemporânea. Apresenta as teses liberais "clássicas", tais como expostas por Milton Friedman. Mostra as proposições do neoliberalismo no campo social no primeiro momento da crise, centradas nas teses da descentralização, da focalização e da privatização. Discute, a partir da experiência latino-americana de crise social, os problemas e dilemas de cada um desses princípios orientadores. Examina a nova agenda de reformas de programas sociais, que tende hoje a assimilar muitos dos aspectos progressistas de corte social-democrata, com o objetivo de educar a força de trabalho e erradicar a pobreza, desafios da modernização e do progresso.

Palavras-chave: políticas sociais; neoliberalismo; descentralização; focalização; privatização.

114. DUARTE, L. F. D. ; BARSTED, L. L. ; TAULOIS, M. R. e GARCIA, M. H.

Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 22, Volume 8.

Organizado pela ANPOCS

São Paulo –1993.

Apresenta um sumário da problemática da cidadania popular tal como se pôde visualizá-la no confronto entre a tradição teórica e uma experiência concreta tão específica quanto modelar: escritório modelo de assistência judiciária montado pela OAB/RJ no morro da Coroa.

Palavras-chave: cidadania. classes populares.

115. DURMING, Dan.

Participatory Policy : analysis in a social service agency : a case study.

Journal of policy analysis and management – Número 2, Volume 12.

Examina a análise participativa da política (PPA) como uma alternativa da análise tradicional da política, identificando quatro tipos de análise participatória que são propostas para substituir a análise tradicional. Apresenta um estudo de caso de um tipo de PPA - a análise da política organização - stakeholder e examina os pontos fortes e fracos . Conclui com uma discussão dos usos dessa análise e os problemas que possam advir da sua implementação.

Palavras-chave: análise participativa da política; análise tradicional da política, estudo de caso

116. EGLER, Tamara Tania Cohen.

Gestão do lugar e da cidade.
Organizado pela ANPOCS
Caxambu –1994.

Apresenta um contraponto entre cidade e modernidade, onde as relações de crises urbanas, a ação planejadora e os agentes sociais são reformulados. As proposições modernistas propunham ser "construídas sobre instituições estatais, políticas públicas, projetos e legislações". Mas na análise da realidade da crise econômica, social e territorial brasileira provocou uma reavaliação das diretrizes modernistas principalmente de alguns agentes (Estado, capital e sociedade). Faz um breve relato da história do planejamento urbano no Brasil, para centrar proposições recentes em que se distingue claramente uma Estado repensando seu papel (falência como modelo de bem estar social) abrindo espaços à participação de agentes econômicos e sociais. Cita o PEU (Proj. de Estrut. Urbana) da cidade do Rio de Janeiro/91 estabelecendo um contraponto diferencial do plano Diretor (totalidade) e o Projeto de Estrut. Urbana (localidade)
Palavras-chave: modernidade; crise urbana; papel do Estado.

117. ENAP.

Políticas de ajuste e desenvolvimento social: o caso brasileiro.
Cadernos da Escola Nacional de Administração Pública.
Brasília –1994.

Analisa historicamente as políticas econômicas e seus efeitos do ponto de vista social à partir dos anos 70. Discorre sobre o modelo de intervenção social brasileiro nos setores de educação, saúde e previdência social. Destaca o Plano de Combate à Fome e à Miséria como medida adotada pelo governo e sociedade no enfrentamento dos problemas sócio-econômicos e das políticas de ajuste estrutural.

Palavras-chave: política social; programas sociais.

118. EVELIAN, Dagino.

Cultura democrática e cidadania
Organizado pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UNICAMP.
São Paulo – 1994.

Enfatiza que a partir da crise de anos 80, poucas necessidades foram supridas e as grandes obras foram trocadas por milhares de pequenos projetos que tiveram a participação de movimentos populares(como mutirões e parcerias). Afirma que como o número de obras era imenso e o orçamento deficiente, os representantes destes movimentos nada puderam fazer, perdendo assim a confiança no Governo. Mostra que a Igreja Católica foi muito mais importante no cenário político brasileiro, mas que perdeu influência para novas seitas conservadoras no modo político de pensar, porém, mais inovadores no modo de lidar com as massas. Sienta que no início dos anos 90 os movimentos sociais começaram a tomar um novo rumo político.

Palavras-chave: movimentos populares; Igreja Católica; seitas religiosas.

119. Experiências Inovadoras.

Pólo agroflorestal Geraldo Mesquita.
Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Número 1.
Rio de Janeiro – 1997.

Relata a criação de pólos agroflorestais pela prefeitura do Rio Branco – Acre que têm por objetivo integrar as atividades agrícolas e florestais e a pecuária de pequenos animais através da estimulação de uma alternativa econômica e social auto – sustentável. Centra sua análise no pólo Geraldo Mesquita, em que foram cedidas terras às famílias de baixíssima renda; treinamento, Kits de ferramentas moradias; em seu quarto ano de existência é um sucesso total. Além de promover a emancipação social e econômica de seus associados, participa ativamente na recuperação do equilíbrio ecológico da região.

Palavras-chave: cooperativa; gestão participativa; mutirão; participação; autogestão; associação, assembléia; trabalho.

120. Experiências Inovadoras.

Assentamento conquista da fronteira.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Número 1.

Rio de Janeiro –1997.

Apresenta o assentamento Dionísio Cerqueira em Santa Catarina, como o mais um modelo de autogestão bem sucedida, onde o trabalho coletivo é sem dúvida o fator primordial da melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural da região. Esclarece a distribuição da terra e do trabalho, o regimento interno, a designação das equipes de trabalho e planejamento da produção que são medidas e decisões tomadas em grupo com representação dos assentados.

Palavras-chave: cooperativa; gestão participativa; mutirão; participação; autogestão; associação, assembléia; trabalho.

121. Experiências Inovadoras

Cooperativas regionais para o desenvolvimento da pequena produção agropecuária.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Número 1.

Rio de Janeiro -1997

Explora a experiência do Paraná e suas cooperativas de sucesso COARA (Coop. De Com. E Reforma Agrária do Oeste do PR e a COAGRI (Cooperativa de Trab. Rurais de reforma Agrária do Centro – Oeste do PR), que orienta as famílias assentadas na comercialização de seus produtos e na adoção de novas tecnologias; esclarece suas formas de planejamento de atividades através de representantes do assentamento, buscando também através dessa gestão participativa, diversificar e intensificar a pequena produção agropecuária. Trata também de outras cooperativas igualmente de sucesso no Rio Grande do Sul como a COCERARGS E COOPERAL, COANOL(no município de Sarandi).

Palavras-chave: cooperativa; gestão participativa; mutirão; participação; autogestão; associação.

122. EZCURRA, Ana Maria.

Globalización, neoliberalismo e sociedade civil: Algunos desafios para los movimientos sociales y populares latinoamericanos

Revista de Educación en América Latina y el Caribe – Número 46, Volume 11.

Contexto e educação.

Identifica algumas características e debilidades do programa neoliberal de alcance mundial, e em especial na América Latina e no Caribe, com a finalidade de delimitar os desafios que o neoliberalismo coloca aos movimentos sociais e populares do Sul e sobretudo do nosso subcontinente.

Palavras-chave: globalização; neoliberalismo; sociedade civil; movimentos sociais; política; autogestão.

123. FALEIROS, Vicente de Paula.

Estado e massas na atual conjuntura.

Sociedade e Estado – Número 1, Volume 1.

Organizado pela Universidade de Brasília

Brasília –1986.

Analisa as relações entre Estado e sociedade hoje no Brasil no que diz respeito à formulação de políticas sociais. Detém-se na dinâmica entre os movimentos populares e o Estado e nas relações de poder entre organizações populares e instituições estatais, no quadro da conjuntura capitalista.

Palavras-chave: movimentos populares; políticas sociais.

124. FELICISSIMO, José Roberto.

América Latina : movimentos sociais frente à descentralização do Estado.
Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro – 1994.

Examina o surgimento de movimentos sociais relativos à deterioração das condições de vida nas aglomerações urbanas da América Latina. Mostra que essas manifestações têm gerado um conjunto de novas propostas favoráveis à descentralização do Estado, ao fortalecimento do papel dos governos municipais e da participação em escala local. Faz uma análise crítica sobre a produção das ciências sociais a respeito dos movimentos sociais, mostrando a necessidade, para ampliar o impacto de sua atuação na região, de formular propostas relativas ao espaço público. Apresenta as contradições existentes no processo de descentralização, relacionado com a proposta de "administração pelo público".

Palavras-chave: movimentos sociais; participação; cidadania; descentralização democratizante.

125. FERNANDES, Rubem César.

Elos de uma cidadania planetária.
Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 28.
Organizado pela ANPOCS
Rio de Janeiro –1995.

Apresenta um comentário sobre o material preparatório para a Assembléia Geral da Aliança Mundial para a Participação de Cidadãos – "Civicus". A idéia central é um tipo de "participação" que implica "cidadania" e pode ser uma universalização de valores. Demonstra como as mudanças políticas têm se inclinado na direção de formas democráticas de governo. Analisa o surgimento das associações voluntárias e destaca o fenômeno das ONGs, que demonstra uma relativa autonomia da cidadania em relação aos regimes de Estado. Outra expressão em destaque é "movimentos sociais", que demonstra uma categoria diferente das estruturas organizadas, pois se movem em ondas de entusiasmo participativo, contribuindo para a autonomia dos mais diversos contextos. Caracteriza as Fundações nas suas diversas características, como a busca de recursos para projetos de utilidade pública, entremeando os valores da cidadania nos círculos empresariais. Descreve as Associações, ONGs e Fundações como estruturas modernas que organizam iniciativas independentes de indivíduos, grupos ou instituições. Refere-se à expressão "sociedade civil", superando sua tradição, como uma maneira de pensar a sociedade. Aborda o terceiro setor como um mercado de trabalho específico que se apoia em valores que transcendem a utilidade.

Palavras-chave: participação; democracia; movimentos populares; sociedade civil.

126. FERRO, José Roberto e GRANDE, Márcia Mazzeo.

Círculos de controle de qualidade (CCQs) no Brasil: sobrevivendo ao "modismo".
Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 37.
São Paulo –1997.

Faz uma análise da atual situação dos CCQs no Brasil. Os CCQs foram introduzidos no país nas décadas de 70 e 80 com uma filosofia participativa que prometia melhorar o desempenho das empresas e reduzir os conflitos trabalhistas. Define conceitualmente a estrutura e funcionamento dos CCQs. Considera os CCQs como reação ao momento de crise e à revigoração do movimento sindical no cenário brasileiro da época. Os sindicatos naquele momento tiveram resistência por considerar o CCQ como uma estratégia de desmobilização de sua base de atuação. Considera os CCQs como auxílio à compreensão dos trabalhos em grupo e à participação dos trabalhadores.

Palavras-chave: CCQ, participação; movimento sindical; trabalho em grupo.

127. FGV/Mesa Redonda.

Participação e representação.
Revista de Ciência Política – Número 4, Volume 29.
Editora Vozes

Rio de Janeiro –1986.

Debate os princípios gerais da participação e representação no sistema democrático. Focaliza alguns itens básicos para enfocar a questão, comentados pelo então Prefeito Sr. Saturnino Braga. A crescente participação popular nos movimentos reivindicatórios devido à ascensão do nível de consciência da população, a diversificação da sociedade, um instrumento de ação política num momento de repressão e a deficiência dos partidos. Os mecanismos que permitem à sociedade participar da ação do Estado, citando algumas experiências nas regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro. A questão do conflito entre essa representação clássica por vereadores eleitos. Trata o conceito de movimento social como forma de protesto e mobilização que atinge os interesses de ordem social. Põe em questão os fundamentos da ordem social e as dificuldades constitucionais.

Palavras-chave: movimento social; participação; representação.

128. FIGUEIREDO, Paulo César Negreiros de.

Vencendo na "aldeia global": nação tecnologicamente capacitada, empresas mundialmente competitivas.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 28.

Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro –1994.

Aborda a questão de um novo padrão de competitividade econômica que se alastra pelo mundo e que enaltece um recurso: o conhecimento. Criticiza a questão de obtenção de maior competitividade da economia brasileira e suas empresas no mercado mundial, a partir da construção de um sistema nacional de capacitação tecnológica.

Palavras-chave: competitividade; conhecimento.

129. FILHO, Américo da Costa Ramos.

A evolução tecnológica e a gestão do trabalho na indústria de processo: O caso da Petrobrás.

Organizado pela ENANPAD

Rio de Janeiro.

A pesquisa apresenta entrevistas, instrumentos quantitativos e revisão bibliográfica e documental. Foi aplicada junto a área corporativa, e constou ainda de visitas a 16 unidades operacionais. Seus resultados convergiram para a suposição proposta, de que uma intervenção tecnológica na produção deve ser favorecida por elementos que reforcem o potencial das pessoas, resgatando para elas o significado e a qualidade de seu trabalho. Mostra como uma das causas da gestão do trabalho à evolução tecnológica nos sistemas produtivos e que estas evoluções aplicadas nos processos industriais, envolvem automação e sistemas de instrumentação, supervisão e controle.

Palavras-chave: evolução tecnológica; potencial humano; gestão do trabalho.

130. FILHO, David Capistrano e PIMENTA, Aparecida Linhares.

Bauru: a experiência que deu certo.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

Saúde em debate – Número 21

NESCO-Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Curitiba.

Apresenta as características do município de Bauru e relata sua história e sua vida política mais recente. Mostra o perfil epidemiológico observado na cidade. Analisa a experiência desenvolvida pelo governo de Tuga Angerani no setor saúde, baseada numa administração democrática e socialmente avançada. Avalia as conquistas realizadas.

Palavras-chave: serviços de saúde; área social; participação popular; qualidade.

131. FILHO, José Rodrigues.

Participação comunitária e descentralização dos serviços de saúde.

Revista de Administração Pública Número 3, Volume 26.
Editora da Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro – 1992.

Analisa os princípios de descentralização e participação comunitária dos serviços de saúde. Aprofunda a discussão interpretando as formas de operacionalização na estrutura do SUS. Apresenta o conceito de descentralização e de participação comunitária para uma melhor compreensão dos termos. Destaca a importância da implementação da descentralização dos serviços de saúde e participação comunitária e as dificuldades nesse processo na sua relação com as condições sociais, econômicas e políticas de cada região.
Palavras-chave: participação comunitária; descentralização.

132. FILHO, Luciano Mendes de Faria.

Educação e exclusão social: para uma crítica à reestruturação conservadora na educação.
Cadernos do CEAS – Número 162.
Centro de Estudos e Ação Social
Salvador – 1996.

Aborda um dos dramas vividos pelos segmentos empobrecidos da sociedade brasileira, quando submetidos às políticas sociais determinadas e comandadas pelos aparelhos tecno-burocráticos estatais.

Palavras-chave: classes populares; políticas sociais; educação.

133. FILHO, Paulo Paleret.

Autogestão: promessas e desafios.
Revista do BNDES – Volume 3.
Rio de Janeiro - 1996.

Define autogestão, destacando que a democratização da propriedade precisa estar associada à efetiva participação dos trabalhadores no processo decisório da empresa para garantir um conteúdo substantivo à autogestão. Distingue participação substantiva (atribui poder decisório ao trabalhador) e consultiva (participação voluntária em esquemas consultivos). Lembra que a participação diminui as disparidades e aumenta a educação além de obrigar que o trabalhador tenha uma visão do todo empresarial. Afirma que no Brasil existe uma política oficial de apoio à autogestão. Enumera e analisa as promessas oferecidas pela autogestão apontando problemas.

Palavras-chave: autogestão; trabalho; cidadania; classe.

134. FISCHER, Rosa Maria.

A gestão do trabalho - Dimensões institucionais e organizacionais.
Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 31.
São Paulo – 1991.

Enfoca o trabalho como fator estratégico para o processo de modernização das organizações complexas. Ressalta a necessidade de integração entre os aspectos institucionais e organizacionais na elaboração das políticas de gestão de Recursos Humanos.

Palavras-chave: modernização; integração.

135. FLEURY, Afonso.

Análise a nível de empresa dos impactos da automação sobre a organização da produção e do trabalho.

Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas.
Gestão da empresa – Automação e Competitividade
Brasília.

Analisa os impactos da automação, sua importância no novo modelo de empresa produtiva, as estratégias de modernização e pesquisa de campo e os impactos sobre o trabalho.

Palavras-chave: trabalho; automação; gestão participativa.

136. FLEURY, Afonso.

Capacitação tecnológica e processo de trabalho.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 30

São Paulo –1990.

Aponta o desenvolvimento tecnológico como uma das características fundamentais para a retomada do crescimento econômico no País. Focaliza a questão da capacitação tecnológica nas empresas industriais e afirma a gestão da aprendizagem tecnológica como fator chave para o sucesso. Explica a relação entre aprendizagem tecnológica e processo de trabalho, que leva a exigências específicas com relação às novas atividades a serem absorvidas pelos trabalhadores e a necessidade de se repensar o modelo de remuneração. Coloca as dificuldades do setor industrial em atrair e reter os melhores talentos, em função da maior atratividade do setor de serviços, e ainda compara as realidades brasileira e japonesa, onde se tem o fator do emprego vitalício e uma maior adaptabilidade à mudança como pontos fortes em relação ao Brasil. Diz que nas empresas brasileiras novos sistemas de produção e novas tecnologias sofrem forte resistência para serem aceitas e implantadas dificultando muito a alavancagem da indústria a padrões de excelência capazes de competir internacionalmente.

Palavras-chave: tecnologia; indústria e processo de trabalho.

137. FLEURY, Maria Tereza Leme.

Gestão e participação na organização do trabalho rural.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Rio de Janeiro –1984.

Analisa a experiência de mudança na organização do processo de trabalho e nas relações de trabalho em algumas empresas agroindustriais canavieiras, tido como um setor extremamente tradicional. Traça o perfil da mão-de-obra empregada e analisa as possíveis transformações ocorridas no processo produtivo a partir da reestruturação gerencial.

Palavras-chave: mudança; reestruturação gerencial; empresa canavieira.

138. FONSECA, João Luiz.

Círculo de controle de qualidade: um esforço de modelo participativo.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Rio de Janeiro –1984.

Realiza um estudo que identifica a mimetização do processo industrial japonês que passou a ser iniciada como alvo a ser atingido. Apresenta os CCQs como reveladores da elevação da produtividade e diminuição do absenteísmo. Os sindicatos posicionam-se contrários pois defendem que a elevação da produtividade tem sido via redução de custos através da redução de pessoal. Para o Brasil deve ser proposto um modelo de CCQ diferente do japonês, pois a cultura e a economia dos países são diferentes.

Palavras-chave: CCQs; modelo próprio.

139. FONTES, Breno Augusto Souto-Maior.

A Estrutura organizacional das associações políticas voluntárias.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 32.

Organizado pela ANPOCS

Rio de Janeiro –1996.

Discute os mecanismos de funcionamento de associações políticas voluntárias, caracterizada por uma tradição de luta e ampla mobilização popular, tomando como referência duas associações de moradores em Recife. Pretende analisar os fenômenos organizacionais e seus reflexos no processo de mobilização comunitária. Trabalha questões como: formação de lideranças, relações entre representante e comunidade, estrutura e mobilização dos movimentos sociais.

Palavras-chave: mobilização popular; associações públicas.

140. FONTES, Breno Augusto Souto-Maior.

Movimentos reivindicativos urbanos e poder local.
Cadernos de Estudos Sociais – Número 2, Volume 6.
Massangana / Fundação Joaquim Nabuco
Recife –1990.

Define movimento social. Analisa o fenômeno do movimento reivindicativo urbano e sua relação com a problemática do poder local. Procura mostrar as possíveis influências destes movimentos na arena política local e na relação entre os atores sociais presentes: aparelho burocrático-administrativo local, elite política e lideranças populares.

Palavras-chave: movimento social; mudança social; poder local.

141. FORTES, Paulo Antônio de Carvalho.

Ética, cidadania e busca da qualidade na administração dos serviços de saúde
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Saúde em debate.
Curitiba.

Fundamenta suas idéias partindo do pressuposto da necessidade de modificação dos comportamentos públicos para que ocorra a efetivação da cidadania. Busca refletir sobre a responsabilidade ética dos administradores de saúde, na implementação de medidas que objetivem garantir os direitos fundamentais do cidadão, enquanto usuário dos serviços de saúde. Considera que tal garantia deva ser visualizada como indicadora de qualidade dos serviços de saúde. Aborda questões referentes à autonomia, informação, reclamação, liberdade de locomoção e privacidade, tentando estabelecer correlações entre normas jurídicas e princípios éticos.

Palavras-chave: serviços de saúde; cidadania.

142. FREY, Klaus.

Crise do Estado e estilos de gestão municipal.
Revista de Cultura Política Lua Nova – Número 37.
CEDEC
São Paulo 1996.

Faz a análise comparativa entre duas gestões municipais (Santos e Curitiba). Mostra que em Curitiba deu-se maior ênfase à modernização da máquina pública e ao planejamento técnico eficiente. Já em Santos, a preocupação central foi com o fortalecimento da sociedade civil nos processos políticos. A partir destas duas experiências, distingue dois modelos diferentes de gestão municipal: a gestão técnico-pragmática em Curitiba e a gestão político-ideológico em Santos. Com base no exame destes dois estilos de administração municipal, discute-se o papel da dimensão emotiva (em contraste com a racional) no processo de participação política.

Palavras-chave: inversão de prioridades, democratização; políticas públicas; participação.; comunidade; cidadania; sociedade civil.

143. FREYSSINET, Michel.

Automação e qualificação da força de trabalho.
Gestão da empresa – Automação e competitividade
Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas.
Brasília.

Constata a mudança pela opção técnica e a lógica da relação salarial. Examina novas formas de organização do trabalho advindas da automatização da produção. Mostra as contradições que estão transformando a requalificação do trabalho, transformando-a numa divisão acrescida de trabalho.

Palavras-chave: descentralização; flexibilização; gestão participativa; divisão do trabalho.

144. GAETANI, Francisco.

Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão.
Escola Nacional de Administração Pública
Brasília.

Discute a gestão e avaliação de políticas sociais da realidade brasileira referenciada por diversas formas de administração pública. Aponta questões sobre a descentralização das políticas sociais nos processos de gestão e avaliação e sobre a problemática do posicionamento institucional e a forma de organização da máquina administrativa. Destaca a desarticulação entre as áreas de políticas sociais no desenvolvimento de ações complementares e aponta para a necessidade de uma nova forma de politização dessas políticas. Demonstra a importância da utilização dos recursos humanos e estratégicos na discussão sobre a descentralização das políticas e como mobilizar esses recursos.

Palavras-chave: políticas sociais; descentralização.

145. GAIGER, Luiz Inácio.

Subordinação ou cidadania ?
Centro de Estudos e Ação Social – Número 157.
Salvador –1996.

Questiona-se em que medida essas experiências geram disposições culturais novas, na direção de uma consciência e de uma prática cidadã. Com base em pesquisa abrangendo 439 projetos de organização popular comunitária, apoiados pela Cáritas/ RS entre 1986-1993.

Palavras-chave: projetos comunitários; cidadania.

146. GARRETÓN, Manoel Antônio.

Do Autoritarismo à Democracia Política: uma Transição a Reivindicar?
Tempo Brasileiro – Volume 106.
Rio de Janeiro –1991.

Pensa as tarefas de democratização e modernização partindo das relações entre Estado e Sociedade, isto é, "atores-sujeitos" que intervêm no político em nome de projetos sociais. Analisa o conceito de democracia como um tipo de regime político que conduz à distinção entre Estado, sociedade civil e regime político. Discute os processos de transição democrática e sua consolidação ligada aos aspectos de redefinição de um modelo de desenvolvimento, estabelecimento de um novo modelo de relações entre Estado e sociedade civil e constituição de um sistema forte de partidos e dos movimentos sociais para construir uma maioria política.

Palavras-chave: democracia; sociedade civil.

147. GARRISON, John W. e LANDIN, Leilah.

Colhendo os frutos da cidadania : a luta contra a fome e a pobreza
Revista de Fundação Interamericana – Número 2, Volume 19.
Desenvolvimento de base
Editora Rita Funaro
Estados Unidos da América

Analisa os movimentos sociais durante os anos '90 - '94, começando pelo Movimento pela Ética na Política que deu continuação à Ação da Cidadania contra a Fome. Destaca nessa última duas fases: a primeira caracterizada pelo envolvimento dos mais diversos grupos da sociedade; a segunda, com objetivos mais profundos, ligados ao emprego. Enfatiza a importância e a liderança dos ONG-s nesse processo e o papel que a ação cívica possa ter na mudança das paradigmas existentes.

Palavras-chave: cidadania; ONGs; campanha de ação da cidadania; movimento pela ética na política; descentralização

148. GAULT, David Arellano e MENDOZA, Enrique Cabrero.

Reforma do Estado no México: novas relações Estado-sociedade: alcances e limites do programa nacional de solidariedade.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.

Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro – 1994.

Analisa o caso mexicano a partir de uma reflexão teórica sobre a reforma do Estado. Nota, na raiz desse processo, a transição de um Estado de bem-estar para um Estado seletivo, em que as ações de governo pretendem conseguir ao mesmo tempo eficiência e eficácia, procurando modificar as relações entre o Estado e a sociedade através de esquemas de co-participação e co-responsabilidade. Examina o Pronasol, que, recuperando a ação organizada da sociedade, representou um marco de ação para alocar recursos às áreas mais necessitadas de infra-estrutura e desenvolvimento de condições de vida digna. Observa certas contradições dessa nova relação Estado-sociedade, apontando para a dificuldade de inovar a gestão em locais tradicionais.

Palavras-chave: reforma estatal; gestão participativa; relações Estado-sociedade; Pronasol

149. GEBARA, José Jorge.

A migração forçada e sazonal da Bahia para o trabalho na indústria sucroalcooleira paulista.

Cadernos CEAS – Número 147.

Editora Publigrati

Salvador –1993.

Estuda alguns aspectos da realidade de migratória que se considera sazonal (ida e vinda dos trabalhadores), mostrando as condições de vida e os motivos para tais migrações como a seca, poucas oportunidades de emprego, baixos salários, etc. Descreve o processo migratório, indicando novas relações do trabalhador como, por exemplo, o "responsável" que leva os trabalhadores ou empresta dinheiro (a altos juros) para os mesmos comprarem passagens. Demonstra relações do empregado com o industrial, como a carta que lhe garante a volta no ano seguinte. Apresenta as perspectivas para o futuro próximo.

Palavras-chave: migração; trabalhador-industrial.

150. GENRO, Tarso.

Esfera Pública e iniciativa popular.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora da FASE –1993.

Descreve a sucintamente a gestão do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre. Fala sobre os riscos dos partidos de esquerda ao assumirem o poder do Estado e submeterem-se a racionalidade administrativa e jurídica do Estado capitalista, acabam perdendo a energia utópica e transformadora, caindo no que Habermans denominou de "grande resignação". Analisa os conselhos populares. Discute a questão da hegemonia e reforma urbana.

Palavras-chave: reforma urbana; partidos.

151. GIACOMONI, James.

A comunidade como instância executora do planejamento : o caso do orçamento participativo de Porto Alegre.

Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 28.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Faz uma rápida revisão da literatura sobre o processo decisório governamental, em particular sobre as limitações do planejamento e do orçamento. Descreve o método através do qual são geralmente feitas opções orçamentárias no âmbito municipal. Apresenta o modelo de orçamento participativo posto em prática pela prefeitura de Porto Alegre.

Palavras-chave: orçamento público; orçamento municipal; planejamento municipal; processo decisório; participação popular.

152. GIANNOT, José Arthur.

Estado versus sociedade civil.

Revista de Administração Pública - Número 3, Volume 118.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Examina as variadas concepções de Estado, apresentando as diferentes formas de reinventar o governo. Afirma que os movimentos sociais e políticos vistos no país poderão criar um novo Brasil. Propõe o abandono do maniqueísmo na discussão sobre o Estado. Propõe uma democracia real, na qual os cidadãos não devam ser obrigados a participar, pois uma boa política não requer a participação da sociedade implantada pela força, o que constituiria um Estado autoritário.

Palavras-chave: democracia; sociedade civil.

153. GODINHO, Mauricio.

As mudanças no sindicalismo brasileiro e o problema do assistencialismo.

Cadernos do CEAS – Número 71.

Editora Publigrati

Salvador –1981.

Discute alguns problemas do sindicalismo brasileiro tomando como foco principal a questão do assistencialismo. Parte do regime instaurado em 1964 e compara com outras épocas e passagens da história.

Palavras-chave: assistencialismo; sindicalismo.

154. GOMES, Angela Maria de Castro.

República, trabalho e cidadania: representação e participação política no Brasil.

Cadernos CPDOC

Rio de Janeiro – 1991.

Apresenta artigos independentes cujo tema central é a preocupação com a definição de cidadania no Brasil e sua relação com a questão do trabalho. Desenvolve uma linha de reflexão que privilegia questões da representação e participação política nas suas dimensões históricas.

Palavras-chave: cidadania; participação; representação.

155. GONÇALVES, Ernesto Lima.

Responsabilidade social da empresa.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Rio de Janeiro – 1984.

Realiza um estudo que analisa a dívida social interna do Brasil representada pelas situações de exclusão social. A justificativa da responsabilidade social se baseia no fato da empresa moderna atuar como mediadora na relação homem-comunidade. A busca da qualidade de vida enquanto desafio social. As mudanças no ambiente organizacional é que permitem a percepção das mudanças externas e seus reflexos no contexto organizacional.

Palavras-chave: responsabilidade social; qualidade de vida.

156. GONÇALVES, José Ernesto Lima e GOMES, Cecília de Almeida.

A tecnologia e a realização do trabalho.

Revista de Administração de Empresas – Número 1, Volume 23.

São Paulo –1993.

Discute a incorporação de novas tecnologias e seus impactos sobre o processo produtivo. Considera que as novas tecnologias introduzem a redução do esforço do trabalho, aumentam a

produtividade e melhoram a qualidade dos produtos. Define nova tecnologia. Delineia algumas medidas para atenuar os impactos negativos da introdução de novas tecnologias. Aponta o posicionamento do sindicato no envolvimento junto à empresa para acessar as vantagens da nova tecnologia.

Palavras-chave: novas tecnologias; processo produtivo; sindicato.

157. GONÇALVES, Renato.

Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (PLR).

Revista do BNDES – Volume 5.

Rio de Janeiro –1996.

Faz uma apresentação sobre o tema, informando seu conceito e objetivos. Traça um panorama das modalidades existentes de programas de PLR, adotados no Brasil e no exterior, bem como evidências empíricas sobre suas relações com a produtividade dos trabalhadores. Descreve o quadro jurídico que trata da temática. Analisa os objetivos da implantação do PLR a partir das perspectivas do governo, dos empresários e dos trabalhadores. Discorre sobre as principais questões: se o foco será baseado numa simples distribuição dos lucros ou algo que privilegie o alcance das metas ou resultados. Apresenta fórmulas para definir a soma que deve ser distribuída. Descreve a abrangência da PLR e discute a distribuição em dinheiro ou ações. Apresenta resultados de pesquisa e divulga estudos realizados no Brasil.

Palavras-chave: participação nos lucros; trabalho; divisão do trabalho.

158. GONDIM, Linda Maria de Pontes.

Os movimentos sociais urbanos, a questão da organização e da democracia interna.

Revista de Ciências Sociais – Número 12, Volume 20.

Rio de Janeiro -1989.

Analisa os limites e possibilidades concretas relacionadas a práticas alternativas, que geralmente são adotadas pelas organizações que emergem dos movimentos sociais. Discute no plano teórico a burocratização dos movimentos sociais urbanos e apresenta características do modelo alternativo de organização "democrático-coletivista" baseada na informalidade, no consenso e numa divisão do trabalho ad hoc e mínima. Apresenta um modelo (fundamentado nas idéias de Habermas e Lehner, que vão além do reconhecimento dos processos da prática organizacional) que preconiza a busca por um consenso baseado num processo onde todos os participantes se reconhecem como sujeitos da vida coletiva, não havendo lugar para manipulação e autoritarismo.

Palavras-chave: participação, movimentos sociais urbanos, gestão de movimentos

159. GONDIM, Linda Maria de Pontes.

Quando "outros" novos personagens entram em cena: o modelo de gestão da social-democracia cearense.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Busca identificar os traços fundamentais do novo modelo de gestão da política cearense, a partir de 1986. Faz uma breve análise do processo de ascensão política do grupo dos "jovens empresários", que constituiu o chamado governo das mudanças. Aborda o padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, introduzido pelo governo social-democrata no Ceará e caracterizado por uma proposta de modernização política calcada no discurso empresarial da eficiência. Descreve as reformas fiscal, financeira e administrativa realizadas por esse governo. Mostra que a atuação desses governos na área de saúde apresenta resultados significativos que podem ser atribuídos ao Programa Viva Criança, implementado pela própria comunidade. Observa que as ações da social-democracia no setor de educação não obtiveram o mesmo êxito, o que pode ser explicado, por um lado, pela política de cortes nos gastos com pessoal, gerando um quadro geral de desmotivação do magistério, e por outro, por seu estilo autoritário de gestão que exclui a participação efetiva dos servidores públicos nas decisões. Procura situar tal modelo num

quadro político mais amplo, destacando seus elementos populistas e suas limitações como proposta de universalizar os direitos de cidadania.

Palavras-chave: mudança política; social-democracia cearense; participação; cidadania.

160. GONH, Maria da Glória.

Movimentos, organizações populares e cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90.

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo –1993.

Analisa o grande avanço que aconteceu no que diz respeito aos movimentos populares nos anos 80, encontrando continuidade nos anos 90. Aponta para a importância de um ideal social, para que os objetivos dos movimentos sociais possam alcançar patamares universais, genéricos, saindo de seu limite circunscrito e delimitado. Alerta para a importância de se alcançar objetivos mínimos pois caso contrário os participantes do movimento poderão perder o entusiasmo e desistirem da participação. Aponta para a possibilidade de um participante destes movimentos vir a se tornar representante político, tendo assim acesso a um mundo novo: o mundo político.

Palavras-chave: movimentos populares; ideal social.

161. GONZAGA, Adriana e RANGEL, Ronaldo.

Cidadania, município e movimentos sociais

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 30.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1996.

Assinala o desenvolvimento, no Brasil, de um novo paradigma em relação tanto às formas de governo quanto à configuração do Estado. Afirma que a constituição de 1988 abre a possibilidade de autonomia à administração municipal e permite, portanto, a participação dos cidadãos na gestão da vida urbana. Supõe que a participação direta dos cidadãos na gestão pública é condição para se chegar a uma sociedade verdadeiramente democrática. A democracia participativa é apresentada, discutida e comparada com a chamada democracia representativa. Toma o município de Vitória (ES) como exemplo de aplicação prática das gestões participativas de governo. Discute a metodologia utilizada nesse novo modelo de gestão pública urbana. Apresenta os principais fundamentos dessa metodologia de gestão, adotada pela prefeitura de Vitória.

Palavras-chave: governo; Estado; participação; município; gestão pública.

162. GOZZI, Sérgio.

Dos fundamentos da organização da segurança do trabalho à gestão ambiental: evolução dos conceitos, suas implicações na empresa e nas estratégias operacionais.

Anais do IV Encontro sobre gestão empresarial e meio ambiente.

Inicia com uma breve histórico da preocupação com condições ambientais e acidentes de trabalho que preocupam trabalhadores e homens públicos. O surgimento das leis de Seguridade Social e a modificações empresariais realizadas tanto estrategicamente como operacionalmente para atendê-las.

Palavras-chave: trabalho; gestão ; participação; sindicato; coletivo.

163. GRAZIA, de Grazia.

Em busca da participação popular.

Revista Proposta – Número 45.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1992.

Faz uma análise das demandas por participação popular a partir da concepção encaminhada pelos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, em fins de 1970 e início dos 80. Lista uma série de associações de moradores do Rio de Janeiro que pressionaram o Estado para atender os

problemas urbanos de suas áreas. Demonstra que a unificação do movimento da associação dos moradores implementou-se através da FAMERJ, em 1981. Afirma que a FAMERJ foi pioneira quanto à reivindicação de participação popular, pois as experiências anteriores de administrações municipais participativas (Lajes (PR), Piracicaba (SP) Boa Esperança(MT) haviam sido iniciativa do Poder Executivo. Relata a experiência do movimento dos moradores pela FAMERJ com o governo Brizola. Cita a importância da articulação da FAMERJ com as demais entidades, como sindicato dos engenheiros e arquitetos para articular propostas junto ao executivo e legislativo. Fala sobre a gestão do prefeito Saturnino Braga, em 1986, e analisa a criação dos conselhos governo-comunidade (CGC) composto por representantes dos setores administrativos das regiões, da associação dos moradores e outras entidades coordenadas pelos administradores regionais (indicados pela prefeitura). Apresenta vários problemas desta experiência. Relata a experiência de luta de moradores dos loteamentos, com o objetivo de reunir lideranças da associação de moradores e técnicos da prefeitura e do judiciário.

Palavras-chave: participação; movimentos sociais.

164. GUIMARÃES, Débora Messenberg.

As políticas sociais no Brasil : uma análise histórica.

As políticas sociais no Brasil – Número 18.

Organizado pelo Serviço Social da Indústria

Brasília – 1993.

Analisa, numa perspectiva histórica, o conteúdo das políticas sociais desenvolvidas no Brasil, enfocando o processo de afirmação da cidadania, diretamente relacionado com a consolidação do Welfare State. Mostra que ao longo da história a política social prevaleceu no Brasil como um instrumento político de controle da classe trabalhadora, gerando uma "cidadania regulada". Observa que a década de 80 foi marcada por uma intensa mobilização na sociedade civil e por um conjunto de transformações no campo das políticas sociais, expressos na nova Constituição. Ressalta que os anos 90 estão sendo marcados pela hegemonia da proposta neo-liberal, dando origem a um grande debate sobre a compatibilização de se modelo com a universalidade, prevista na Constituição.

Palavras-chave: políticas sociais; cidadania.

165. GUIMARÃES, Heloísa Werneck Mendes.

Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica e sua problemática.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1984.

Identifica o processo de Responsabilidade Social da empresa como resultado das pressões para torná-las as empresas mais sintonizadas com os problemas sociais. Em geral as empresas limitadas ao papel econômico apresentam dificuldades em lidar com as metas sociais, sendo uma postura tradicional que defende como função única da empresa a geração de lucro. O grupo de progressistas acredita que o lucro seja legítimo, no entanto, exige-se uma postura social.

Palavras-chave: responsabilidade social; novo papel da empresa.

166. GUIRELLI, João M.

Automação e desemprego.

Cadernos Escola Nacional de Administração Pública.

Dá ênfase ao aumento do desemprego devido ao grande impacto do processo de automação sobre o mercado de trabalho de forma crescente, à medida que vão sendo incorporados novos computadores e robôs ao processo produtivo.

Palavras-chave: trabalho; qualificação; treinamento.

167. GUTIERREZ, Gustavo Luiz.

Autogestão de empresas: considerações a respeito de um modelo possível.

Conceitua autogestão aplicando-a à empresa, autogerida aquela onde as decisões são tomadas de forma coletiva. Analisa o papel da autogestão no contexto de relações sociais antagônicas no interior das empresas que é a correlação de forças entre trabalho e capital. Considera que algumas práticas participativas adotadas pelas empresas cumprem a função de diminuição de tensões sociais. Considera ainda que para a constituição de uma empresa autogerida é necessário a anulação da alienação intelectual do trabalhador, procurando-se diminuir a distância entre trabalho manual e trabalho intelectual, considerando-se o homem em suas potencialidades como um ser completo.

Palavras-chave: autogestão, práticas participativas.

168. GUTIERREZ, Gustavo Luiz.

Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas.

A empresa sem patrão

Organizado por Cândido Giraldez Vieitz

Editora da UNESP

São Paulo – 1988.

Faz um breve histórico das empresas autogeridas e apresenta antigos problemas como a propriedade da empresa, a questão salarial, a participação, etc. Explica que uma empresa autogerida é antes de tudo uma empresa, o que significa que não deve se afastar do objetivo do lucro.

Palavras-chave: autogestão; participação.

169. GUTIERREZ, Luiz Homero Silva.

Enfoque estratégico da Função Recursos Humanos.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 31.

São Paulo –1991.

Analisa em âmbito geral, os papéis desempenhados pela função Recursos Humanos, através da releitura de teorias que privilegiam a ação estratégica dos diferentes atores organizacionais. Critica diversos fatores contingentes que, normalmente, são tomados como determinantes do poder de RH, como a tecnologia, o meio-ambiente e parte da organização. Desenvolve um referencial de análise que busca reintroduzir o ator organizacional como alguém movido em relação a seus próprios valores, objetivos e estratégias. Conclui que, a partir de uma proposição, baseada na análise estratégica e suas diversas fontes de influência, consegue-se auxiliar a compreensão do comportamento dos atores e a dinâmica do jogo organizacional.

Palavras-chave: recursos humanos; ator organizacional.

170. HAMBLIM, Heather.

Employees' perspectives on one dimension of labour flexibility: working at a distance.

Work, Employment e Society – Número 3, Volume 9.

Durham.

Apresenta o trabalho à distância, realizado em casa, como realidade para um futuro próximo e crescente para o século XXI. Apresenta pesquisa sobre a flexibilidade no trabalho.

Palavras-chave: trabalho; flexibilização.

171. HELOANI, José Roberto e POLIZELLI, Demerval Luiz.

Meio ambiente, trabalho e administração.

Anais do IV encontro sobre gestão empresarial e meio ambiente

Organizador pela FGV/USP/FAESP.

Centra sua análise no setor fabril para acompanhar o desenvolvimento das relações capital – trabalho (em duas empresas do ABC Paulista) com ênfase nas formas de poder (hierarquia, regulamentos, punições e os informais – gestão inconsciente, processos de comunicação, estórias e mitos). Retrata as influências destas formas de poder como modelização da percepção do trabalhador.

Palavras-chave: trabalho; gestão; participação; automatização.

172. HORTALE, Virginia Alonso.

O conceito de descentralização aplicado aos serviços de saúde: dimensões, padrões e regularidades.

Revista de Administração Publica – Número 3, Volume 31.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro –1997.

Discute as características da descentralização estabelecendo um estudo sobre o desenvolvimento do SUS. Define descentralização como característica de desconcentração e transferência de poder. Introduce essa noção em diferentes dimensões como um processo de transformação com alguns padrões de regularidade. Considera esse processo viável no plano operacional, podendo ser confundido com participação e privatização.

Palavras-chave: participação; descentralização

173. JACOBI, Pedro.

Alcances e limites de governos locais progressistas no Brasil - as prefeituras petistas.

Cadernos do CEAS – Volume 152.

Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1994.

Analisa as experiências de gestão municipal do PT nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Santos. Destaca a dramática relação entre as formulações programáticas e as contradições, desafios e necessidades encontradas na prática administrativa.

Palavras-chave: governo local; gestão municipal.

174. JACOBI, Pedro.

Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate.

Revista Lua Nova – Número 20.

Rio de Janeiro – 1990.

Analisa a descentralização do Estado e o novo papel dos governos municipais na sua relação com os cidadãos. Apresenta as dificuldades de funcionalidade que um Estado centralizado representa. Conceitua descentralização. Ressalta que o termo descentralização é ambíguo; por isso é um processo que pode servir a objetivos contrapostos, servindo para orientar desenvolvimentos opostos conduzidos tanto pela visão privatista neoliberal como também pela concepção de esquerda. Descreve, em linhas gerais, as experiências de descentralização dos municípios franceses, espanhóis e brasileiros. Afirma que um dos aspectos ressaltados por diversos estudos sobre experiências descentralizadoras está relacionado às contradições decorrentes da escassez de competências decisórias dos municípios. Ressalta que as demandas participativas têm sido respondidas basicamente por mecanismos que detêm apenas funções de caráter consultivo, sendo poucos os exemplos de delegação de funções deliberativas e executivas. Conceitua e explicita alguns objetivos da participação.

Palavras-chave: descentralização;

175. JACOBI, Pedro.

Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo.

Cadernos CEDEC – Número 43.

Editora Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

São Paulo –1995.

Apresenta resultados de pesquisa que aborda a questão ambiental na cidade de São Paulo, a partir da ótica dos moradores urbanos. Busca interpretar através de elementos qualitativos o entendimento dos moradores sobre as práticas sociais vinculadas à questão ambiental. Assinala a existência de um perfil dualizado deste entendimento na cidade, que provém da dinâmica de urbanização excludente que caracteriza as áreas periféricas. Destaca que, apesar deste entendimento enfatizar a relevância da ação governamental enquanto controladora, gestora-indutora e agente direcionador responsável pela prevenção da degradação ambiental, a ação comunitária adquire uma certa importância, principalmente, naqueles aspectos onde os moradores percebem seu papel de ator efetivo e responsável enquanto agente co-responsável pela proteção do meio ambiente urbano.

Palavras-chave: meio ambiente; ação comunitária; co-responsabilidade

176. JACOBI, Pedro.

Movimentos sociais urbanos e a crise: da exploração social a participação popular autônoma.

Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.

Editora da FESP

São Paulo – 1985.

Descreve o Brasil da década de oitenta com o acirramento da crise econômica e do desemprego como marco de referência dos movimentos sociais urbanos. Apresenta o contexto dos movimentos urbanos ocorridos em São Paulo e concentra suas análises principalmente em torno das questões de desemprego e da habitação, além das demandas por melhorias nas condições de vida.

Palavras-chave: movimento social; democracia.

177. JACOBI, Pedro.

Movimentos sociais urbanos: os desafios da construção da cidadania.

Cadernos do CEAS - Volume 129.

Centro de Estudos e Ação Social

Salvador .

Elabora um estudo sobre os movimentos sociais urbanos e seus principais atores. Relaciona a ascensão dos movimentos sociais e das organizações políticas de oposição, numa luta pelo direito à cidadania, à conjuntura da crise do autoritarismo. Ressalta que tais movimentos constituíram-se em catalisadores de um discurso anti-Estado. Descreve como se deu o processo de politização da problemática urbana, a partir do agravamento do quadro de carências de serviços urbanos básicos. Examina a ação dos movimentos reivindicatórios, destacando sua atuação como grupos de pressão sobre o Estado no sentido do atendimento às suas demandas pontuais e não no da transformação da sociedade. Destaca o papel da Igreja, a partir do trabalho das Pastorais Operárias e das Comunidades Eclesiais de base-CEBS, embrião dos movimentos urbanos de reivindicação e única alternativa de participação das classes populares na década de 70. Descreve o trabalho das CEBs para aglutinação de pessoas com o objetivo de pensarem coletivamente sobre a solução de seus problemas, estimulando a solidariedade. Mostra como se deu a exploração dos movimentos reivindicatórios em São Paulo na década de 70. Ressalta que a modificação da ordem política não é um requisito de sobrevivência de tais movimentos. Apresenta como se deu a atuação das Sociedades de Amigos de Bairro e dos Clubes de Mães, intensificadores da participação das mulheres, dos agentes pastorais ligados à Igreja e dos articuladores sociais ou assessores, como médicos e advogados, num trabalho de desenvolvimento de uma consciência crítica na população. Contesta a interpretação predominante de que a transformação social se dá através de ações autônomas, exemplificando seu ponto-de-vista.

Palavras-chave: movimentos sociais; cidadania.

178. JACOBI, Pedro.

Política educacional e participação.

Anais do Seminário Municipalização das Políticas Públicas

Rio de Janeiro.

Visualiza a participação a partir da descentralização administrativa da capital paulista, desde 1989, quando a população paulista passa a se inserir no processo de gestão da cidade. A descentralização é entendida como capacitadora da sociedade civil organizada para intervir na gestão e controle da administração pública. Ressalta a importância dos Conselhos na democratização da gestão educacional.

Palavras-chave: descentralização; gestão educacional.

179. JACOBI, Pedro e NUNES, Edison.

Ação coletiva na grande São Paulo: do populismo aos dias de hoje

Relatório EAESP – Número 38.

São Paulo –1986.

Descreve as lutas urbanas em São Paulo em um contexto histórico. Procura delimitar a participação em organizações populares no período de redemocratização da sociedade no contexto da expansão da industrialização e urbanização. Configura as informações coletadas na Grande São Paulo examinando anais da Câmara de São Paulo, trabalhos e teses acadêmicas e arquivos de jornais. Focaliza os anos 80 no panorama da recessão econômica e o processo inflacionário como reflexos da história que antecede esse período. Como resposta à crise, as mudanças políticas e a inflexibilidade do poder público e da justiça, se desenvolvem os movimentos na busca de uma integração com o Estado na gestão e no controle de sua execução.

Palavras-chave: movimentos populares, gestão participativa.

180. JACOBI, Pedro e NUNES, Edson.

Movimentos populares urbanos, participação e democracia.

Cadernos CEBRAP – Volume 41.

Rio de Janeiro.

Levanta algumas questões sobre participação de setores populares na vida pública através do que se convencionou chamar de movimentos populares. Faz uma breve análise destes movimentos na Espanha e no Brasil, levantando questões e tentando indicar alguns rumos para respostas. Mostra que esta analogia é possível porque os fatores estruturais que condicionam as emergências dos movimentos sociais urbanos nos dois países são bastante semelhantes. Relata as experiências de Boa Esperança (Espírito Santo) Lages (Santa Catarina) e o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu, tentando elucidar de que forma estes movimentos populares poderão contribuir para a democracia e averiguar as forças democráticas que serão capazes de colocar os recursos urbanos à disposição dos moradores.

Palavras-chave: movimentos populares; democracia.

181. JACOBI, Pedro e TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho.

Conflitos sócio-ambientais : um diagnóstico da cidade de São Paulo.

Cadernos do CEAS – Volume 161.

Editora do Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1996.

Procura compreender os alcances e limites dos conflitos ambientais a partir da análise de três lutas emblemáticas, travadas na região metropolitana de São Paulo. Discute a relação dos movimentos sociais com o poder público e sua referência de qualidade de vida.

Palavras-chave: movimento social; conflito ambiental; políticas públicas.

182. JARDINEIRO, Jorge Luís Carrera.

Geração de emprego e renda na gestão popular na Prefeitura de Angra dos Reis.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 59.

Editora da FASE –1993.

Relata que a partir de 1980, a crise no setor de construção naval se refletiu no município através da demissão de 6.000 funcionários e 600 trabalhadores do estaleiro VEROLME. A partir daí, foi criada a Fundação dos trabalhadores do estaleiro VEROLME, e os trabalhadores passaram a ser parcialmente donos da empresa, na tentativa de reabilitá-la. Entretanto, isto não absorveu toda a mão-de-obra que havia sido dispensada. Portanto, a proposta da prefeitura era de fazer um levantamento da massa de desempregados existente na cidade e depois articular esta mão-de-obra em pequenos grupos e identificar quais as possibilidades para que essas pessoas possam formar as micro-empresas ou cooperativas. Estes grupos seriam autônomos, e a prefeitura faria acordos com diversas entidades: SEBRAE, SENAI, SENAC e ONGS. Apresenta os objetivos do projeto de geração de emprego e renda, bem como o desenvolvimento, atualização do cadastro e a operacionalização. Comenta sobre a relação entre o movimento social e o poder público. Palavras-chave: autogestão; cooperativas

183. JATOBÁ, Jorge.

Reduzindo a jornada de trabalho.

Revista Mercado e Trabalho: Conjuntura e Análise- IPEA

Rio de Janeiro –1996.

Analisa a questão da redução da jornada de trabalho e do advento dos novos paradigmas tecnológicos, organizacionais e gerenciais na era da globalização competitiva. Mostra que, historicamente, sempre que há avanço tecnológico elevado, num primeiro momento cresce o desemprego, depois os trabalhadores se organizam e conseguem gradativamente baixar a jornada média semanal. Entende que a melhor forma de compensar os efeitos da tecnologia sobre o emprego é empregar mais pessoas com jornadas de trabalho menores. Examina as experiências da Volkswagen alemã e da Hewlett Packard, na França, que reduziram a semana de trabalho para 4 dias, diminuindo também os salários de modo a gerar mais emprego. Estuda a situação do Brasil com relação à jornada de trabalho, que depois da Constituição de 88, reduziu de 48 para 44 horas semanais. Estabelece a negociação coletiva entre os sindicatos e o empresariado como movimento importante na tentativa de flexibilizar a jornada de trabalho, tendo como objetivo para o patrão, o aumento da produtividade para compensar um maior custo/hora, e para o empregado mais tempo para o lazer com os rendimentos do trabalho. Aponta que a prioridade é inibir a hora-extra e estimular a abertura de novos postos de trabalho.

Palavras-chave: jornada de trabalho; geração de empregos; negociação coletiva.

184. JELIM, Elizabeth.

Construir a cidadania: uma visão desde baixo.

Revista de Cultura e Política Lua Nova – Número 33

São Paulo –1994.

Trabalha com a inversão de perspectiva da relação Estado-sociedade para sociedade-Estado. Define cidadania como uma prática conflituosa vinculada ao poder. Analisa o processo de construção da cidadania com seus horizontes e dificuldades. Enfatiza seu duplo sentido: direitos e responsabilidades. Toda discussão se dá dentro do período recente de democratização verificado na América-Latina.

Palavras-chave: sociedade; cidadania; estado; democratização.

185. JÚNIOR, Moacir de Miranda Oliveira.

Mudanças organizacionais, inovações tecnológicas e relações de trabalho: um estudo de caso no porto de Santos.

Revista de Administração da USP – Número 3, Volume 30.

Editora da Universidade de São Paulo.

São Paulo –1995.

Analisa as mudanças ocorridas no modelo de gestão e na tecnologia empregada nas operações portuárias. Procura responder algumas questões em relação ao Porto de Santos. Descreve o marco teórico-conceitual, analisando e identificando hipóteses sobre as configurações assumidas

pela relação capital-trabalho, dada a emergência dos novos modelos de gestão. Apresenta a metodologia e o procedimento adotado. Expõe e analisa resultados dos trabalhos de pesquisa documental e de campo realizados no porto.

Palavras-chave: modelo de gestão; modelo capital-trabalho.

186. JUSTUM, Nércia.

Estado e mercado, público e privado.

Revista de Cultura e Política Lua Nova – Número 24.

Editora CEDEC

São Paulo – 1991.

Tradução do original (Giusepe Vacca - Tra Itália e Europa; Poliliche e Cultura Dell' Alternativa. Milão, Franco Angeli, 1991). Descreve as relações entre o Estado e o Capital a partir dos anos 20. O mercado passando a não ser mais o lugar no qual a troca para a produção assume a aparência da troca para equivalentes; e o parlamento não mais funciona como sede da unificação política das classes proprietárias, ou seja, não podendo mais ser a sede fundamental da organização das classes dominantes como classes dos dirigentes.

Palavras-chave: trabalho; classe.

187. KATO, Heitor Takashi; MIYAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi e SUGO, Alberto Issao

Mão-de-obra do Brasil para o Japão: Aspectos econômicos e impacto nas empresas do fenômeno de kassegui.

Revista de Administração de Empresas Número 1, Volume 32.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

São Paulo – 1992.

Mostra que a partir de 1985, com a crise econômica no Brasil e principalmente com a falta de perspectivas de que a situação melhorasse, uma grande quantidade de brasileiros foi para o exterior a procura de trabalhos desqualificados, porém com uma remuneração muito maior do que trabalhos com atividades semelhantes no Brasil. Cita que uma boa parte desses emigrantes, cerca de 100.000, foram para o Japão e mostra que muitos deles eram de kassegui, ou seja descendentes de japoneses, afirmando como maiores causas dessa escolha, o desemprego no Brasil, as melhores condições de vida no Japão e a oportunidade de poupança maior oferecida pelo mercado de trabalho japonês. O estudo ainda mostra que os mais idosos foram e ficaram no Japão pelo maior respeito da sociedade japonesa para com os velhos. Outro fator que motivou a emigração foi a dificuldade que as pequenas e médias empresas japonesas tinham em preencher cargos de mão-de-obra não qualificada. Enfoca também a fase da volta dos de kassegui ao Brasil, no início da década de 90, encontrando dificuldades de se empregarem pela perda de qualificação profissional, destreio pelo período ausente, e desatualização, além do problema da readaptação pessoal.

Palavras-chave: mão-de-obra; qualificação profissional; desemprego.

188. KLIKSBURG, Bernardo.

Redesenhando o Estado para o desenvolvimento sócio-econômico e a mudança : uma agenda estratégica para a discussão.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Situa o contexto mundial em que se discute o redesenho do Estado, onde as rápidas transformações tecnológicas, geopolíticas e econômicas se dão numa situação de inter-relações, em condições de complexidade e incerteza pronunciadas, gerando importantes contradições. Mostra que , em face das mudanças em marcha, se requer um Estado que persiga o desenvolvimento humano como meta final, que fortaleça e aprofunde a democracia, que trabalhe

em equipe com a sociedade civil, que faça eficaz combinação com o mercado, que erradique a corrupção. Apresenta os traços institucionais e gerenciais básicos desse "Estado inteligente", expondo a necessidade de dotar o novo Estado de uma gerência pública modificada em relação à anterior, dando ênfase ao resultado para o cidadão. Propõe uma agenda de questões abertas para chegar a esse desenho.

Palavras-chave: gerência pública; redesenho do Estado; desenvolvimento sócio-econômico; participação; democracia.

189. KON, Anita.

A modernização tecnológica brasileira e o ajustamento dos recursos humanos.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 31.

São Paulo – 1991.

Examina os efeitos da modernização tecnológica sobre o ajustamento da força de trabalho, que é diferenciado para países com vários níveis de desenvolvimento. Enfoca a questão da escolha pelos produtores de técnicas apropriadas às condições específicas de cada nação. Observa criticamente a situação brasileira e as atuais condições para a busca da modernização tecnológica. Enfatiza a necessidade do ajustamento da oferta de empregos à cada espaço regional. Conclui que o ajuste da oferta de trabalho e a de trabalhadores está sendo diferenciada principalmente pelo fato de apresentar estruturas produtivas e distribuição ocupacional distintas.

Palavras-chave: modernização tecnológica; oferta de emprego.

190. KOWARICK, Lúcio e SINGER, André.

A experiência do PT na prefeitura de São Paulo.

Revista Novos Estudos – Número 35.

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamentos

São Paulo – 1993.

Analisa a gestão Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo. Indica que em um primeiro momento de governo foram exaltadas as reivindicações das associações populares. Contudo, esta ênfase nos grupos organizados e, portanto, minoritários, é substituída por um estilo de gestão que passa a privilegiar o poder executivo enquanto instância de negociação dos múltiplos interesses presentes na cidade. Mostra que esta mudança possibilitou a reversão das prioridades públicas. Indaga se a experiência do PT aponta para novos modos de equacionar a relação estado/sociedade no âmbito municipal.

Palavras-chave: PT; São Paulo; participação popular; gestão municipal.

191. KRAYCHETE, Gabriel.

Crise econômica e transformação no processo de trabalho.

Cadernos do CEAS – Número 95.

Editora Publigrati

Salvador – 1985.

Salienta o momento de crise e a tendência das empresas em modificar a organização do trabalho, modificando processos, reorientando a utilização das máquinas e controlando a mão-de-obra. Apresenta questões relativas ao processo de trabalho (elementos que a compõem) e seu significado. Descreve o domínio do processo de trabalho pelo capital. Apresenta depoimentos de trabalhadores de diferentes categorias referentes às modificações nas organizações.

Palavras-chave: crise; organização do trabalho; modificação de processos.

192. KRISCHKE, Paulo J.

Participação social e cultura política.

Editora da ANPOCS

Santa Catarina.

Estuda as relações entre participação sócio-política dos moradores em bairros de baixa renda em três cidades de Santa Catarina. Situa a participação nas mudanças democratizantes da cultura política do país em três tipos básicos: pré-convencional, convencional, pós-convencional. Discute as orientações normativas dos moradores nas suas justificativas da ação participativa. Baseia-se nos estudos do desenvolvimento cognitivo e moral, utilizando Habermas e Kohlberg para compreensão da mudança cultural na conscientização e participação política.

Palavras-chave: participação; conscientização.

193. KÜCHEMAN, Berlindes Astrid.

FLACSO. Programa Brasil. mulheres, participação e saúde: uma experiência. Rio de Janeiro.

Sociedade e Estado – Número 2, Volume 3.

Editora da Universidade de Brasília

Brasília –1988.

Relata uma experiência de planejamento participativo realizada por mulheres na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, entre 1980 e 1985, tendo como tema gerador: a mulher e a questão da sua saúde. A experiência integrava o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Urbanas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMD), o UNICEF e a FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). O trabalho visava abrir espaço para participação de mulheres na definição de suas necessidades e elaboração de propostas para atendê-las nas suas condições sociais de reprodução humana. Descreve a metodologia da pesquisa-ação e relata o desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas.

Palavras-chave: participação; desenvolvimento social.

194. LA ROVERE, Ana Lúcia Nadalutti e XAVIER, Hélia Nacif

A participação das ONGs na gestão ambiental urbana : tendências indicadas pela consulta nacional sobre a gestão do saneamento e meio ambiente.

Revista de Administração Municipal – Número 217, Volume 42.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1995.

Traça um quadro do desenvolvimento histórico recente das ONGs. Analisa as implicações da Constituição de 1988, no que concerne ao embasamento legal da luta por uma gestão ambiental descentralizada e participativa. Neste contexto aparecem com importância os municípios, pois suas administrações poderiam ser articuladoras das normas constitucionais com a mobilização promovida pela ECO 92. Enumera possibilidades, entraves e tendências que se apresentam à tentativa de obtenção de uma efetiva gestão ambiental descentralizada e participativa.

Palavras-chave: ONG; gestão ambiental; descentralização; participação; município.

195. LADEIRA, Marcelo B. e GARCIA, Fernando C.

O novo modelo de desenvolvimento econômico e o mundo do trabalho: desafios e perspectivas para o Brasil.

ENANPAD

Recursos humanos.

Faz um apanhado de transformações institucionais, tecnológicas, econômicas e principalmente sociais para dar ênfase a sua capacidade de criar e destruir entre outras as formas de trabalho e qualificações ocupacionais. Certifica que tais transformações trazem impasses sociais ainda imprecisos, com desdobramentos sobre o trabalhador do futuro ainda imprecisos.

Palavras-chave: trabalho; re-treinamento; treinamento.

196. LANDO, Aldair Marli e MARTINS, Vera Lúcia Alves Batista

Os limites da participação dos trabalhadores rurais no projeto nordeste: a experiência de Minas Gerais.

Revista Análise & Conjuntura –Número 1, Volume 4.

Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte –1989.

Acompanha a trajetória de um programa voltado para pequenos produtores rurais, com uma proposta avançada em termos de democratização das questões da participação e da terra. Identifica os avanços e recuos, analisando, a partir daí, a postura do movimento social e do Estado. Efetua a análise através de três níveis: conceitual, documental e prático. Ressalta os impactos ocasionados pela estratégia de participação tanto no movimento social, quanto na ação governamental.

Palavras-chave: movimento social; participação; projetos sociais.

197. LARANGEIRA, Sonia.

A realidade do trabalho no final do século XX: novos problemas, novas soluções?

Programas e Resumos do XXI Encontro Anual da ANPOCS

Editora da ANPOCS

Caxambu –1997.

Crítica os estudos da sociologia do trabalho pois estes centram a discussão nas transformações no mundo do trabalho, principalmente no interior das empresas. Agora, deve ser levada em conta a nova realidade preocupante que revela fenômenos como a exclusão. Desenvolve questões como: mantém-se o trabalho como fator essencial de definição social, ou as transformações que experimenta apontam para a perda de sua centralidade na vida social? Qual o significado do trabalho para os indivíduos? Em que medida as relações de trabalho são hoje fatores de identidade, de dominação ou de emancipação? Qual o papel do Estado diante dos desafios da nova questão social?

Palavras-chave: sociologia do trabalho; exclusão; relações de trabalho.

198. LAVINAS, Lena.

Desigualdades regionais como limites à descentralização.

Cadernos de Estudos Sociais – Número 1, Volume 10.

Fundação Joaquim Nabuco

Recife –1994.

Aborda o tema dos desequilíbrios regionais. Analisa as disparidades tanto no plano do desenvolvimento econômico quanto social e a concentração espacial da riqueza e da modernidade, que têm contribuído para tornar sempre atualizado o problema regional no país. Discute, com base em alguns indicadores, a questão da descentralização fiscal, implementada pela Constituição de 1988, como uma das formas de amenizar os desequilíbrios. Destaca o comportamento refratário da região nordeste, como um forte impedimento à consecução dos objetivos da política de descentralização

Palavras-chave: políticas públicas; descentralização; nordeste; desequilíbrio; regional.

199. LEIS, Héctor Ricardo.

Globalização e Democracia

Editora da ANPOCS

Caxambu.

Analisa como os processos de globalização descaracterizam a política tradicional. O fenômeno da globalização está sendo impulsionado pelo mercado internacional e se traduz na organização de um espaço público transnacional, que torna viável a democratização das relações internacionais. Aponta o surgimento de uma consciência e de uma rede de ONGs como fator de superação da polarização entre os vários interesses e os valores no contexto da globalização. Cita a Rio-92 como um laboratório que permitiu observar a grande capacidade transformadora da ação comunitária, legitimando padrões de comportamentos participativos e democráticos.

Palavras-chave: globalização; ação comunitária.

200. LEITE, Ana Cristina Teixeira.

Mercado de trabalho no Ceará.

Revista de Ciências Sociais – Volume 25.

Edições Universidade Federal do CEARÁ
Fortaleza –1994.

Analisa, a princípio, a região nordeste como um todo. Lembra a atuação do Estado como sendo basicamente assistencialista, e que uma ação planejada só se deu a partir da criação da SUDENE. Preocupa-se pouco com a relação dos trabalhadores com o capital, dando uma atenção mais específica no modo como se mostra o mercado de trabalho no CEARÁ, principalmente em Fortaleza.

Palavras-chave: SUDENE; mercado de trabalho.

201. LEITE, Márcia.

Que cidadão seremos nós?

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 57.

Editora FASE –1993.

Analisa o conceito de cidadania, ressaltando que admite sentidos múltiplos. Elabora um contexto histórico do desenvolvimento da cidadania. Afirma que uma análise da Constituição de 1988 revela um modelo de cidadania que incorporou tanto a visão liberal da relação entre cidadãos e o Estado, quanto direitos e prerrogativas de outras matrizes políticas. Revela a prevalência de uma matriz liberal na definição dos direitos e deveres individuais, considerando que isto introduz problemas para sua compatibilização com os direitos e deveres coletivos. Mas também aponta vários artigos na Constituição que abrem novas possibilidades para o exercício da cidadania. Em relação aos direitos políticos, considera que a Constituição transcendeu a matriz liberal- democrática baseada na representatividade já que o novo texto afirma a possibilidade do exercício direto do poder pelo povo. Entretanto, na prática, poucos mecanismos para participação direta foram criados. Distingue Referendo e Plebiscito. Considera que o direito à previdência social foi concebido a princípio de diferenciação, já que opera com lógica claramente corporativista.

Palavras-chave: cidadania; participação.

202. LEITE, Marcia de Paula e SILVA, Roque Aparecido.

A Sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica.

Boletim Informativo e Bibliográfico – Número 42.

Editora Relume Dumará

Rio de Janeiro –1996.

Discute as principais tendências teóricas que se vêm difundindo na área da sociologia do trabalho em três países aonde a disciplina mais se desenvolveu, e analisa as transformações por que vem passando o trabalho no atual contexto mundial. Os limites das análises que restringem seu campo de estudo aos aspectos materiais e tecnológicos da questão são sublinhados, ao mesmo tempo em que se destaca sua incapacidade de levar em conta os graves problemas sociais que se vêm colocando para as sociedades atuais. Um dos eixos da discussão é a noção de determinismo tecnológico, tema considerado ainda central para o avanço da disciplina.

Palavras-chave: trabalho; reestruturação; tecnologia.

203. LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília Carlos.

Trabalhadores urbanos no nordeste. Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 30.

Editora Relume Dumará

Rio de Janeiro –1996.

Divide a industrialização nordestina em três partes: final do século passado aos anos 20; entre os anos 30 e 60; e a partir dos anos 60. Estuda os operários fabris (privilegiando os do setor têxtil) do Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) a partir da terceira parte. Reconstrói a trajetória profissional desses trabalhadores e suas estratégias de permanência num mercado de

trabalho restrito, bem como as experiências sindicais, a partir de entrevistas com trabalhadores entre 1990 e 93.

Palavras-chave: industrialização no Nordeste; mercado de trabalho.

204. LIMA, Maria Cláudia Nogueira de.

As políticas sociais na experiência de Icapuí.

As políticas sociais no Brasil – Número 18.

Organizado pelo Serviço Social da Indústria

Brasília.

Analisa, a partir da experiência de Icapuí, as condições mais gerais de concepção e viabilização das propostas de política social em um modelo de gestão democrática. Aponta alguns condicionamentos contra os quais luta a implementação de políticas sociais num espaço de "crise como expressão permanente da ordem social". Relata os mecanismos e canais de viabilização dos princípios expressos na Lei Orgânica de Icapuí. Mostra que o estabelecimento de canais de participação popular em Icapuí permite, com a eleição de prioridades, uma distribuição mais equilibrada de benefícios, e contribui também para a descentralização do poder. Examina a relação público/privado na prestação de serviços e alguns aspectos importantes da articulação entre a Administração Municipal e entidades governamentais e não-governamentais. Nota que um traço significativo na experiência de Icapuí é o estabelecimento de orientação comum na definição e implementação das ações, centradas na educação e na saúde. Relata os caminhos adotados para universalizar a educação e apresenta as conquistas realizadas na área da saúde.

Palavras-chave: política social; gestão democrática; participação; cidadania.

205. LIMA, Marinus Pires de.

Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90).

Análise Social – Número 114, Volume 26.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lisboa – 1991.

Parte da hipótese de que o modelo de relações profissionais que se instala é condicionado pela crise política e econômica e pelas características das organizações sindicais. Analisa alguns aspectos principais da periodização das relações profissionais e da política de emprego em Portugal entre 74 e 90. Articula as mudanças fundamentais na conjuntura política e econômica com a política global de emprego, as estratégias de gestão da mão-de-obra e os comportamentos dos trabalhadores.

Palavras-chave: relações profissionais; crise; sindicatos.

206. LOBO, Thereza Larque.

Descentralização: cenários e perspectivas.

Revista de Administração Pública – Número 32, Volume 118.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Examina o processo de descentralização no Brasil. Defende a descentralização como elemento capaz de consolidar o processo democrático no país, pois pode contribuir para incorporar cada vez mais a sociedade civil organizada às mudanças estruturais e desejáveis ao país, transferindo para mais perto do cidadão a execução das políticas públicas.

Palavras-chave: descentralização; democracia.

207. LOBO, Thereza Larque.

Descentralização : uma alternativa de mudança.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 22.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1988.

Faz uma análise da descentralização: conceitos, princípios e objetivos básicos que envolvem a temática: flexibilização, gradualismo, progressividade, transparência no processo decisório, controle social, limitações, possibilidades e inevitabilidade do processo de descentralização. Aponta para a necessidade de identificar qual vertente da descentralização se pretende: se é entre níveis de governo, administração direta com a indireta, ou na relação Estado/Sociedade - do setor público com o privado. Distingue descentralização de desconcentração. Afirma que a distância histórica entre a sociedade e o Estado pode ser reaproximada levando a prestação de serviços públicos aos níveis de governo que estão mais próximos da população. Discute federalismo e municipalização.

Palavras-chave: descentralização; federalismo; municipalização.

208. Lodi, Lúcia Helena.

Sindicato e organizações autogestionárias.

A empresa sem patrão

Organizado por Cândido Giraldez Vieitz

Editora da UNESP

São Paulo.

Apresenta a reunião do dia 1º de agosto de 1997 entre trabalhadores, dirigentes sindicais, políticos, pesquisadores e consultores de organizações populares para avaliar propostas de formação de empresas autogeridas como alternativas para obtenção de emprego e renda. Relata a questão dos sindicatos em relação ao controle operário, revolução socialista e empresas autogestionárias.

Palavras-chave: autogestão; participação; sindicato; controle operário.

209. LOPEZ, Carlos E. R ; CASTRO, Carmem L. V. e BORBOLETTI, Maria E.

A relação do Estado e dos trabalhadores urbanos no Brasil.

Revista de Administração Pública - Número 19, Volume 3.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1985.

Descreve as relações entre o trabalho urbano e o Estado através da análise de diversos autores acerca das diferentes manifestações que essas relações foram assumindo, segundo as transformações do Estado. Trata o assunto a partir da sua divisão em quatro períodos históricos: pré-1930, 1930-1945, 1945-1964, e pós-1964, destacando as características mais importantes de cada um. Trabalho mais descritivo que analítico, concentrando maior ênfase no papel dos sindicatos nessa relação.

Palavras-chave: organização sindical; sindicalismo; política do trabalho.

210. LOZANO, Antônio Manchado.

Perspectivas das empresas autogeridas.

A empresa sem patrão

Organizado por Cândido Giraldez Vieitz

Editora da UNESP

São Paulo.

Apresenta a realidade espanhola, sua economia social, perfil de suas cooperativas, características das empresas, viabilidade da economia social, criação de emprego e crise. Levanta as possibilidades para o futuro.

Palavras-chave: autogestão; participação; cooperativas.

211. LUCENA, Manuel de e GASPAR, Carlos.

Metamorfoses corporativas? - Associações de interesses econômicos e institucionalização da democracia em Portugal.

Análise Social – Número 114, Volume 26.

Inst. de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lisboa –1991.

Levanta algumas reflexões gerais sobre a história de Portugal, pós salazarista, dando um quadro geral. Mostra como as relações entre associações e uma almejada consolidação do regime democrático português têm se inscrito na complicada história da sua problemática definição. Passa em revista conflitos e consensos, forças e fraquezas, ações e omissões. Descreve realidades mal conhecidas, propiciando comparações com outros países da Europa do Sul.
Palavras-chave: democracia; associações.

212. LUVISON, Idiana Rita e BALDISSEROTO, Júlio.

Trabalho comunitário em vila popular- Vila Tio Zeca.

Saúde em debate – Número 18.

Organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva - NESCO.

Curitiba.

Apresenta o trabalho desenvolvido junto a uma vila periférica de Porto Alegre, onde o processo educativo com vistas à conscientização e à organização é o objetivo central, sendo a saúde tomada como instrumento para sua concretização. Define a razão de ser do trabalho, baseada na vontade de transformação da realidade social. Descreve a estrutura do grupo de trabalho e o seu campo de atuação. Apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho. Descreve a metodologia usada, baseada no conhecimento da realidade onde se vai atuar e na inserção do grupo de trabalho na comunidade. Mostra que a participação comunitária está na base dos processos educativos que se desenvolvem em torno da problemática da saúde e apresenta algumas conclusões do trabalho. Define a forma de atendimento médico utilizado, voltado basicamente para a educação em saúde. Mostra a importância do trabalho em grupos e apresenta as características básicas do grupo, que reúne as pessoas para a prática da psicoterapia. Destaca a avaliação constante como um princípio básico do trabalho.

Palavras-chave: conscientização; organização; saúde; participação comunitária; avaliação.

213. LUZ, Maria das Graças Figueiredo da [et al.]

Setor informal em Natal: espaço de políticas públicas.

Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 25.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1991.

Mostra um estudo de caso sobre as formas de trabalho informal em Natal/RN. Caracteriza o setor informal como próprio dos países de terceiro mundo, inseridos na estrutura do processo de acumulação de capitalismo tardio e dependente. Identifica três categorias de setor informal: contraventores, sonegadores e "legítimos". Indica a elaboração de projetos de apoio ao setor informal, bem como a ênfase nas políticas públicas que abranjam o emprego e a renda no Nordeste.

Palavras-chave: setor informal; políticas públicas; emprego.

214. MADUREIRA, Sevy.

Fatores determinantes de sucesso nas ações implementadas pelas ONGs no espaço rural de Pernambuco.

Cadernos de Estudos Sociais – Número 2, Volume 10.

Editora Massangana / Fundação Joaquim Nabuco

Recife –1994.

Define organização-não-governamental. Constata que nas duas últimas décadas é crescente o número de ONGs que atuam no setor rural de Pernambuco. Analisa detidamente quatro delas ; CAATINGA (centro de assessoria e apoio aos trabalhadores e instituições não-governamentais); SERTA (serviço de tecnologia alternativa); CEDAPP (centro diocesano de apoio ao pequeno produtor); e o C.M.C. (centro de mulheres do Cabo). Afirma que as propostas de

desenvolvimento que atualmente vêm sendo discutidas trazem no seu bojo um novo discurso e um novo modelo de desenvolvimento municipal, onde as ações são compartilhadas em todos os níveis, entre os órgãos da rede municipal, as comunidades e as ONGs.

Palavras-chave: Pernambuco; Ong; desenvolvimento; participação.

215. MADURO, Lídice Aparecida Pontes.

Participação e movimentos sociais.

Revista de Ciência Política - Número 4, Volume 29.

Editora Vozes

Rio de Janeiro –1986.

Analisa a crescente mobilização dos movimentos sociais e as manifestações populares, além de algumas conquistas obtidas por esses movimentos junto aos órgãos do governo. Observa a crescente participação da sociedade para defender os direitos básicos da cidadania e as suas formas de representação. Destaca os movimentos sociais urbanos e cita o caso do Rio de Janeiro como exemplo de alguns projetos que foram desenvolvidos pelas federações e associações de moradores. Apresenta as medidas defendidas pela FAMERJ em todos os setores. Conclui que a mobilização influi na gestão do poder público, apropriando interação com os órgãos governamentais.

Palavras-chave: participação; movimentos sociais.

216. MAGALHÃES, Iliana Maria Michel.

Responsabilidade social das empresas e ação política dos indivíduos e da sociedade.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

São Paulo – 1984.

Fala sobre um estudo que defende categoricamente a responsabilidade social como modismo, uma estratégia do capital para perpetuar a dominação sobre a classe trabalhadora. A responsabilidade social da empresa é colocada como concessão ou benefício do capital e nunca como conquista dos trabalhadores. É também uma postura autoritária, uma vez que é o capital que imprime o saber e o agir referentes à questão social. Define a concepção atual de Responsabilidade Social e situa o que é ser socialmente responsável, que implica na transformação de uma cultura social baseada na ausência de consciência crítica.

Palavras-chave: responsabilidade social; classe trabalhadora.

217. MANCE, Euclides André.

Eixos de luta e a central de movimentos populares.

Revista de Cultura Vozes – Número 85, Volume 85.

Editora Vozes.

Rio de Janeiro –1991.

Discute como os movimentos populares organizam o povo na luta por objetivos vinculados a projetos políticos. Analisa esses movimentos a partir de suas lutas compreendendo a relação entre ação dos movimentos populares e efetivação de projetos políticos e estratégias partidárias de manutenção ou transformação do capitalismo. Atribui um papel tático aos movimentos onde os atores sociais devem, além de propagar uma ideologia, desenvolver práticas de luta e modos organizativos de gestão do poder. Descreve a reprodução do sistema capitalista e seus efeitos de dominação ideológica e cultural no processo de subjetividade. Demonstra o papel do Estado nas diversas formas de sua relação com organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: movimentos populares; projetos políticos.

218. MARINAKIS, André E.

A participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas no Brasil: um instrumento para acelerar a reestruturação necessária

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 37.

Editora da Fundação Getúlio Vargas
São Paulo –1997.

Define este tipo de participação enquanto participação financeira correspondente aos resultados e metas obtidos. Os programas de participação financeira são tidos como expressão de um direito dos trabalhadores ou como um instrumento de gestão. A Constituição Brasileira define a participação dos trabalhadores nos lucros como um direito dos trabalhadores. Distingue a participação nos lucros da participação nos resultados e alerta quanto aos riscos de implementação de programas de participação financeira. Considera os programas de participação nos resultados os preferidos pelas organizações sindicais.

Palavras-chave: participação; sindicato.

219. MARINI, Ruy Mauro.

Movimento operário no Brasil.

Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.

Editora da FESP

São Paulo –1985.

Descreve o desenvolvimento do movimento operário brasileiro desde os marcos institucionais estabelecidos no curso dos anos trinta. Os avanços e retrocessos do movimento operário até o presente, definindo o limite das lutas sociais e políticas e as lutas de classe. Demonstra o processo de formação do movimento operário e a reorganização das forças políticas após a reformulação partidária. Ao longo de seu desenvolvimento, o movimento operário brasileiro determina profundas transformações, principalmente na relação de estrutura de classe e o capitalismo.

Palavras-chave: movimento operário; lutas sociais.

220. MARSIGLIA, Javier.

Sociedad civil y estado: relaciones en tránsito.

Cuadernos del CLAEH – Número 71.

Editora do Centro Latinoamericano de Economía Humana

Montevideu –1994.

Postula a descentralização como marco de uma nova modalidade de desenvolvimento: o desenvolvimento local. Discute este desenvolvimento a partir de três princípios básicos que são a desburocratização, a descentralização e a autonomia. Afirma que para além das "soluções" estatistas e privatistas, outras alternativas vão assinalando os perfis de uma nova relação entre o Estado, o mercado e a sociedade: práticas inovadoras de co-gestão e autogestão.

Palavras-chave: desenvolvimento local; descentralização; sociedade civil; movimento social.

221. MARTIN, Gilberto e OIKAWA, Luzia.

Municipalização da assistência à saúde em Cambé.

Saúde em debate.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Organizado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva - NESCO.

Curitiba.

Analisa o processo de municipalização das ações de saúde em Cambé, onde se priorizou organizar a rede primária de atenção à saúde e estimular a organização da população em torno não só das questões da saúde, mas de questões políticas mais gerais. Mostra alguns dados quantitativos que demonstram o crescimento do serviço. Enumera as diretrizes definidas para o serviço municipal de saúde. Apresenta as medidas de caráter técnico-administrativo e de caráter político tomadas para readequação dos serviços oferecidos à população. Examina a participação popular no planejamento, programação e avaliação dos serviços, destacando algumas experiências produtivas. Aponta as medidas que contribuíram para o fortalecimento dos serviços municipais de saúde demonstrando a viabilidade da municipalização para a construção de um Sistema Único de Saúde e uma melhoria das condições de vida da população.

Palavras-chave: municipalização; assistência à saúde; participação popular.

222. MARTIN, Scott.

As câmaras setoriais e o meso-corporativismo
Revista de Cultura Política Lua Nova – Número 37.
Organizado pelo CEDEC
São Paulo –1996.

Descreve fatores que impulsionaram o surgimento da câmara automotiva mediante uma análise das estratégias dos sindicatos e dos empresários e do relacionamento dinâmico entre esses dois atores. Explica por que capital e trabalho aceitaram abdicar da sua autonomia e de estratégias unilaterais para entrar num processo amplo e institucionalizado de negociação tripartite. Sustenta a utilidade analítica de situar este fenômeno dentro do quadro corporativo "societal" usando o conceito "sub-sistêmico" de meso-corporativismo.

Palavras-chave: câmaras setoriais; trabalho; sindicato.

223. MARTINHO, Francisco Carlos Palomares.

História social e o mundo do trabalho: uma interpretação.
Livro ARCHE' TYOPN – Número 13.
Editora TOP TEXTOS EDIÇÕES GRÁFICAS
Rio de Janeiro –1997.

Discute os caminhos dos operários, buscando compreender o mundo do trabalho para além dos modelos liberais sindicatos/partidos. Levanta um pouco da História do trabalho (Marx), da renovação dos anos 70, e suas reflexões no Brasil. Aborda as contribuições de historiadores como Edward Thompson e Michelle Perrot, e pesquisas de autores como Sidney Chaloub, Jorge Luís ferreira, Edgard De Decca e Bónis Fausto.

Palavras-chave: história do trabalho.

224. MARTINS, Luci Helena Silva.

Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades.
A empresa sem patrão.
Organizado por Cândido Giraldez Vieitz
Editora UNESP
São Paulo.

Busca desde a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos Humanos argumentação para a questão da autogestão como um mito, uma idéia que impulsiona a ação e contribui para a realização de eventos históricos.

Palavras-chave: autogestão; participação

225. MARTINS, Sérgio S.

A remuneração variável como um modelo de incremento da competitividade: uma experiência no setor moveleiro.
Resumos de Trabalhos - Número 17.
Editora da ENENPAD
Rio de Janeiro – 1997.

Analisa a medida provisória que regulamenta a participação nos lucros como uma ferramenta de gestão moderna em muitas empresas que resolveram adotá-la demonstrando acreditar na capacidade de seus funcionários agregarem valor ao negócio, através da participação, criatividade, iniciativa e superação de metas preestabelecidas. Relata o caso de uma empresa em, particular, do sistema moveleiro de Minas Gerais que iniciou com o sistema de remuneração para a evolução do seu campo através da remuneração variável. Participação,

Palavras-chave: trabalho; parceria; autonomia; descentralização; processo decisório.

226. MATOS, Walkiria Gomes de.

Projetos comunitários: uma avaliação das experiências do PAPP e do programa São Vicente.
Cadernos de Estudos Sociais – Número 1, Volume 10.
Organizado pela Fundação Joaquim Nabuco.
Recife –1994.

Avalia a experiência dos programas PAPP (Programa Apoio ao Pequeno Produtor) de Ampar e São Vicente segundo ótica do desenvolvimento sustentável. Conceitualiza projetos comunitários. Distingue projetos produtivos e projetos sociais. Encaminha a avaliação do desempenho e do impacto dos projetos que compõem esses programas, procurando identificar as causas dos sucessos e insucessos dessas políticas públicas, segundo o indicador de participação utilizado para dimensionar a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua ação
Palavras-chave: projetos comunitários; avaliação; participação.

227. MATTOSO, Jorge Eduardo.

Crise, transformações produtivo-tecnológicas e trabalho.
Cadernos do CEAS – Número 144.
Editora Publigrati
Salvador –1993.

Analisa os resultados que as transformações estruturais do mundo do trabalho, e o que isso representou para os trabalhadores. Comenta as alternativas atualmente discutidas para as relações de trabalho, num momento em que a crise entra na segunda década. Apresenta as relações em um modo geral e enfatiza a crise no Brasil.
Palavras-chave: transformações estruturais; alternativas.

228. MEDEIROS, Rui.

A greve dos trabalhadores de café.
Cadernos do CEAS – Número 70.
Editora Publigrati
Salvador - 1980.

Avalia a greve dos trabalhadores de café de Vitória da Conquista (BA), mostrando alguns aspectos destes trabalhadores e seu estado de organização. Relaciona aspectos do proletariado rural, sua heterogeneidade, dispersão dos estabelecimentos rurais, relacionamentos políticos, etc. Comenta o desenrolar da greve, passo a passo, desde sua elaboração até o fim em meados de 1980.
Palavras-chave: greve; proletariado rural.

229. MEDICI, Andre Cezar e SILVA, Pedro Luiz Barros.

A administração flexível: uma introdução às novas filosofias de gestão.
Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 27.
Editora da Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro – 1993.

Contextualiza a Administração Flexível, nova filosofia de gestão do século XX. Apresentação dos seus princípios organizacionais. Apresenta um histórico da relação trabalho-capital, avalia a intervenção sindical. Discute o papel dos CCQs. Enfatiza o Taylorismo e o Fordismo
Palavras-chave; sindicato.

230. MELAME, Clarice e PITZER, Renato Rocha.

Movimento sindical no Rio de Janeiro: A importância da fábrica na esfera de organização política.
Comissões de fábrica - Uma década do novo sindicalismo
Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 40.
Editora FASE – 1989.

Acentua que a organização operária no Rio de Janeiro ,até a metade dos anos 80, tem uma atuação bastante fraca. Aponta como uma das explicações o fato do setor terciário no Rio de Janeiro responder por mais de 70% da renda interna da região, além da existência de grande contingente de trabalhadores estarem ligados a empresas estatais. Ressalta que o movimento mais forte da região pode ser encontrado em Niterói, através do sindicato dos metalúrgicos. Considera que o fortalecimento do movimento sindical no Rio ocorre a partir de 1985, com a vitória da oposição bancária nas eleições no início daquele ano. A partir daí o Rio começa a participar ativamente da deflagração de greves nacionais. Faz um balanço das greves no Rio de Janeiro entre 1987 e 1988, apontando as principais empresas e categorias envolvidas. Apresenta o número de comissões de fábrica existentes no Rio de Janeiro e a data de seu início. Fala sobre a legalização das comissões Explica processo eleitoral. Apresenta os resultados de uma pesquisa sobre comissões de fábrica. Apresenta quadro comparativo e dados sobre os estatutos das Comissões de Fábrica no Rio de Janeiro. Apresenta breve relato sobre a experiência da organização no local de trabalho dos trabalhadores da Fiat. Defende a organização dos trabalhadores no interior do local de trabalho.

Palavras-chave: movimento sindical; comissões de fábrica.

231. MELLO, Diogo Lordello de.

Descentralização, papel dos Governos locais no progresso de desenvolvimento nacional e recursos financeiros necessários para que os governos locais possam cumprir seu papel.

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 25.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1991.

Analisa o processo de descentralização. Inicia fazendo distinção entre descentralização e desconcentração. Aponta razões para a necessidade de expansão da descentralização. Afirma que a participação do cidadão no planejamento e administração do desenvolvimento é fundamental neste processo. Identifica as estratégias básicas para que o processo de descentralização tenha êxito. Analisa a função e papel do governo local no desenvolvimento nacional, segundo os critérios de tradição, proximidade e escala. Aponta o Brasil como o exemplo de país em desenvolvimento que talvez tenha o mais eficaz sistema de receitas para seus governos locais-municipais. Ressalta a importância da liberação de recursos adequados para que os governos locais possam cumprir um papel efetivo no desenvolvimento.

Palavras-chave: descentralização; participação; recursos.

232. MELLO, Marcos André.

Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das política social na nova república.

DADOS - Revista de Ciências Sociais – Volume 36.

Editora do IUPERJ

Rio de Janeiro –1993.

Analisa a forte frustração com a expectativa do aumento da participação e descentralização no processo democrático com uma redefinição das práticas das políticas públicas. Explora as causas do fracasso das reformas sociais, principalmente na saúde, previdência social e habitação. Identifica a diversidade nos setores políticos e remete à questão da compatibilidade entre democracia e desenvolvimento. Contribui para o debate da reforma das políticas públicas nas novas democracias privilegiando o conceito de governabilidade de sistemas políticos democráticos.

Palavras-chave: participação; democratização.

233. MELLO, Marcos André.

Interesses, atores e ação estratégica na formação de políticas sociais: a não política da casa popular.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 15

Editora da ANPOCS

Rio de Janeiro – 1991.

Amplia o processo de formação de políticas públicas, as possibilidades de interação dos atores coletivos e individuais, tomando como objeto a Fundação da Casa Popular. Analisa a formação de uma política de habitação onde a mobilização dos grupos sociais e a construção dos grupos de interesse vão torná-la inativa. Pretende explicar as diferenças na formação de grupos e de interação política na formação de políticas públicas. Examina a formação da política social brasileira como instrumento de participação e aponta as estratégias que exploram o comportamento de atores nesse processo.

Palavras-chave: mobilização; participação; políticas públicas.

234. MELO, Maria Catarina de Oliveira Lopes.

Negociação coletiva: tratamento teórico e prático.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 31.

São Paulo – 1991.

Apresenta uma abordagem teórica do processo de negociação coletiva para uma análise mais completa sobre o assunto. Relata resultados de pesquisa, realizada em Minas Gerais, com representantes patronais, sindicais e do governo. Mostra o processo em evolução, o exercício da aprendizagem e contradições esperadas. Observa que esse processo estimula a reflexão sobre a necessidade de profissionais e acadêmicos na área de Recursos Humanos. Conclui que estes profissionais são capazes de desenvolver modelos e propostas, tomando como referência de ação o contexto das relações de trabalho.

Palavras-chave: negociação coletiva; profissionais de recursos humanos.

235. MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes.

Processos de participação como meios não-institucionalizados de regulação de conflitos.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1984.

Analisa as experiências de participação em algumas organizações e seus significados. Analisa também a participação como instrumento de regulação de conflito nas relações de trabalho. Concebe os conflitos como uma situação onde atores sociais, com fins opostos, aderem a valores antagônicos ou possuem interesses divergentes. Para isto são criados mecanismos de regulação dos conflitos a fim de manter o equilíbrio e assegurar o funcionamento do sistema. Considera que algumas formas de participação como meios não-institucionalizados de regulação de conflitos agem como ações de controle, ocultando, prevendo ou antecipando o conflito nas relações de trabalho.

Palavras-chave: participação; regulação do conflito.

236. MENDES, Eugênio Lima.

Pesquisa cidadania e poder local.

Cadernos EBAP – número 70

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1995.

Apresenta a pesquisa Cidadania e Poder Local como projeto que consiste na investigação da realidade urbana brasileira. Levanta informações que possibilitem a adequação do trabalho social às demandas da sociedade. Resgata a noção de cidadania, e do homem, enquanto sujeito ativo na tarefa de promover transformações sociais e superar as formas de dominação e injustiças existentes. Descreve a metodologia da pesquisa em suas etapas e o esquema de trabalho. Apresenta os resultados analisando as experiências de descentralização e participação popular.

Palavras-chave: cidadania; descentralização; participação.

237. MENDES, Eugênio Lima; ROSENBERG, Jacob Eduardo; PIRES, Marcos Pereira Chagas e QUINHÕES, Trajano Augustos Tavares.

Pesquisa cidadania e poder local.

Organizado por Fernando Guilherme Tenório
Cadernos Ebap - Número 70
Rio de Janeiro –1994.

Apresenta uma das linhas da pesquisa que integram o Projeto Realidade Urbana no Brasil, o qual investiga a problemática urbana brasileira. A pesquisa - realizada em fases bibliográfica, relatório, avaliação, e divulgação - se concentra nas experiências de descentralização e participação popular nos municípios e aponta a existência de uma grande distância entre o que é a realidade atual e o que seria uma situação ideal.

Palavras-chave: poder local; municipalização; participação; descentralização.

238. MENDONÇA, Luís Cavaleira de.

A participação do cidadão nas decisões da administração pública

Revista de Administração Pública - Número 4, Volume 18.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1984.

Estuda a operacionalização da participação dos cidadãos nas decisões da administração pública brasileira. Examina, sob o ponto de vista político-institucional, a participação nos países com tradição de planejamento urbano e também no Brasil. Identifica os obstáculos à sua efetivação no Brasil e apresenta os argumentos para a superação deste problema. Destaca algumas peculiaridades que podem viabilizar a operacionalização da participação no Brasil.

Palavras-chave: participação; poder decisório.

239. MENDONÇA, Luís Carvalheira de.

Participação na empresa: uma introdução às suas formas.

Revista de Administração Pública - Número 4, Volume 19.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1985.

Examina e discute as diversas formas de participação, referenciando seus pressupostos, formato organizacional e benefícios. Discute as causas de demanda de participação, descrição dos tipos e avaliação das formas de participação. Define como tipos de participação indireta, a negociação coletiva, comitê de empresas, co-gestão e autogestão.

Palavras-chave: participação; negociação coletiva; comitê de empresa; co-gestão; autogestão.

240. MENEZES, Alexandrina Queiroz de.

Estado, cooperação internacional e construção da cidadania no Brasil.

Cadernos do CEAS – Número 158.

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1995.

Apresenta aspectos da dinâmica dos movimentos sociais e organizações não governamentais no Brasil, relacionando-os à atuação do Estado e da cooperação internacional não governamental. O tema da cidadania aparece como uma importante referência desta dinâmica. Aponta a consolidação da concepção do Estado enquanto um espaço de disputa, o que implica na redefinição das relações público/privado

Palavras-chave: movimento social; organização não governamental; cidadania; cooperação.

241. MENEZES, Ana Maria Ferreira e MENEZES, Eliane Viana.

Globalização da economia : nova ordem, nova sociedade, novo estado ?

Cadernos do CEAS – Número 167.

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1997.

Analisa o processo de conformação do Estado contemporâneo no contexto da globalização. Toma como ponto de partida o conceito de globalização, a fim de proporcionar um quadro teórico explicativo. Identifica e discute três relações básicas deste processo : relação entre Estado e sociedade; economia e sociedade; e economia e Estado.
Palavras-chave: sociedade; estado; globalização.

242. MICHEL, Renault.

Reforma, revolução e ONGs: O espaço dos trabalhadores no capitalismo ao longo do século XX.
Organizado: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas Cândido Mendes
Livro ARCHE`TYPON – Número 1.
Rio de Janeiro –1992.

Mostra o processo de construção e consolidação da Social-Democracia evolucionista como alternativa para a classe trabalhadora. Levanta a questão do emprego após a 3a Revolução Industrial como relação riqueza gerada/renda recebida. Destaca a proliferação das ONGs como manifestação de uma nova forma de movimento social não mais baseado em amplos movimentos de massas.

Palavras-chave: classe; trabalho; ONGs; movimentos populares.

243. MINERIO, Adhemar S.

Reestruturação produtiva e emprego: comentários breves sobre um problema profundo.
Centro João XXIII - Ibrades
Atualidade em debate – Número 44.
Editora do Ibrades
Rio de Janeiro – 1996.

Discute a questão do emprego deflagrada pelo processo de reestruturação produtiva e defende que novas formas de regulação não só devem ser criadas como precisam transpor os limites nacionais. Define o que é reestruturação produtiva, destaca cinco entre as alterações que ocorrem no processo produtivo e articula a relação entre reestruturação produtiva e novo papel atribuído ao setor público.

Palavras-chave: processo produtivo; reestruturação produtiva; emprego.

244. MONTEIRO, Marcelo Affonso.

Estado brasileiro e os excluídos.
Cadernos ENAP – Número 1, Volume 2.
Brasília –1990.

Analisa o processo de exclusão social no Brasil, compreendendo os fatores econômicos, culturais e sociais. Aponta a necessidade de reformas comandadas pelo Estado para evitar uma ruptura no tecido social. Questiona a representatividade da sociedade civil organizada. Considera a maioria da população à margem de qualquer tipo de organização em consequência do modelo econômico e do sistema educacional excludentes. Preocupa-se com o desafio brasileiro de incorporar a maioria da população na relação capital/trabalho, promovendo a transformação dos desempregados e subempregados em trabalhadores.

Palavras-chave: exclusão social; representatividade.

245. MONTEIRO, Paula.

Cultura e democracia no processo de globalização.
Novos Estudos – Número 44.
Editora do CEBRAP
Rio de Janeiro –1996.

Analisa o processo de identidades étnicas associado ao processo de democratização. Conceitua democracia como um governo do povo para o povo, onde o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos. Discute o sistema democrático fundado na representação. Utiliza o exemplo do PT para examinar as tentativas de construção de mecanismos

de representação na sociedade brasileira, por ser um dos partidos que mais se empenharam em organizar a sociedade em movimentos sociais. E pelo modo como esse partido procura equacionar seu projeto de democracia com respeito as diferenças culturais.

Palavras-chave: democracia; representação.

246. MORAES NETO, Benedito Rodrigues de.

Automação de base microeletrônica e organização do trabalho na indústria metal-mecânica

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 26.

Rio de Janeiro –1986.

Analisa o processo de automação e suas conseqüências na organização do trabalho. Enfoca a flexibilização do trabalho como determinante para explicar as contradições que a implementação de novos equipamentos coloca. Explica que automação é de natureza rígida e, por isso, é o homem que sofre os efeitos das modificações da organização do trabalho, por ele ser o mais perfeitamente flexível de todos os elementos da produção.

Palavras-chave: automação; flexibilização.

247. MORAES, Jorge Solano Garciade e TRINDADE, Auta Fernandes.

Participação popular no orçamento da prefeitura de Vitória.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1993.

Relata a primeira experiência de orçamento participativo em Vitória, em 1989. Apresenta a metodologia e os procedimentos adotados para que o orçamento participativo pudesse acontecer. Descreve as principais dificuldades enfrentadas: fragilidade do movimento popular urbano e a tradicional prática de clientelismo e paternalismo que pautava as relações do município. Também relata a dificuldade entre executivo e legislativo, já que este último era contrário à participação popular na discussão do orçamento. A oposição da Câmara indicou as dificuldades tanto do movimento popular quanto da administração em convencer outros setores sociais sobre a importância da proposta. Faz um balanço crítico da experiência, analisando a proposta metodológica e apontando seus principais problemas. Apresenta os pontos positivos da experiência de Vitória.

Palavras-chave: participação; democratização; municipalidade; orçamento participativo.

248. MORAIS, Jorge Ventura de.

Trabalhadores, sindicatos e democracia: um ensaio bibliográfico sobre democracia sindical.

Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – Número 41.

Organizado pela ANPOCS

Editora RELUMÉ DUMARÁ

Rio de Janeiro –1996.

Discute as principais teorias sociológicas referentes ao problema da democracia sindical. Contribuições como as de Robert Michels (obra clássica), Lipset (fundamental para o estudo da dinâmica da política interna dos sindicatos), Roderick Martin (facções político-sindicais como indicador de democracia sindical) e Edelstein e Warner (eleições sindicais como foco central). Analisa o modelo do conflito de democracia sindical com ênfase na contribuição de John Hemingway, e a contribuição marxista.

Palavras-chave: democracia sindical.

249. MOTTA, Athayde.

Os dilemas da participação popular.

Políticas Governamentais – Número 83, Volume 8.

Organizado pelo IBASE

Rio de Janeiro – 1992.

Mostra que em seus anos de maior mobilização, importantes conquistas e efetivas melhorias nas condições de qualidade de vida foram alcançadas pelos diversos movimentos sociais urbanos em várias cidades do Brasil, apontando para uma mudança na relação Estado-sociedade civil. Apresenta alguns instrumentos garantidos na Constituição Federal de 1988 que possibilitam a participação popular nos diversos processos políticos. Examina a percepção e a expectativa do Executivo e Legislativos e dos próprios movimentos sociais acerca das possibilidades da participação, mostrando a existência de conflitos entre estes três setores. Observa que há muito a ser aprofundado sobre cada setor acerca de seu próprio papel e de como cada um pode atuar, no seu espaço, com uma perspectiva de democratização mais efetiva
Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; participação popular.

250. MOTTA, Fernando Carlos Prestes.

A co-gestão Alemã: as conciliações do inconciliável.

Revista de Administração de Empresas – Número 1, Volume 23.

Editora da Fundação Getulio Vargas

São Paulo – 1983.

Expressa a participação como forma de estar próximo ao poder. Mostra que as idéias participativas coincidem com o desenvolvimento do capitalismo burocrático, onde a alienação do trabalho vem em contrapartida com a alienação do consumo. Apresenta a evolução da participação: primeiro através da barganha coletiva, depois, a participação funcional e a co-gestão, que no caso alemão foi a mais ambiciosa, pois surge como compatível com seu sindicalismo. Descreve toda a evolução das idéias de participação na Alemanha, começando pela lei de 1920.

Palavras-chave: participação; trabalho; co-gestão; autogestão.

251. MOTTA, Fernando Carlos Prestes.

Organização, automação e alienação.

Revista de Administração de Empresas – Número 3, Volume 24.

Editora da Fundação Getulio Vargas

São Paulo – 1983.

Levanta a questão da alienação no estudo das organizações enquanto estrutura de dominação que gera um tipo de imposição de poder na organização dos dominados. Apresenta pesquisa sobre alienação X tecnologia nas empresas.

Palavras-chave: automação; gestão

252. MOTTA, Paulo Roberto.

A proposta de participação na teoria gerencial: a participação indireta.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 15.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1981.

Trata da democratização das relações sociais e enfoca as novas formas de organização do trabalho que priorizam a participação dos trabalhadores na gerência das empresas. Considera que a participação dos trabalhadores tem sido enfatizada em vários estudos, e é resultado da evolução social, econômica e política do país. Essa mudança é decorrente de várias circunstâncias como a democratização das relações sociais em instituições como a família e a escola; a consciência de classe e a união em torno de interesses comuns; o investimento na educação.

Palavras-chave: democratização; trabalho; participação.

253. MOTTA, Paulo Roberto.

Autogestão: a experiência empresarial iugoslava.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 24.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1980.

Trata e divulga o modelo empresarial de autogestão iugoslavo com o objetivo de servir de estímulo ao surgimento de experiências semelhantes no país. Conceitua autogestão e aponta as especificidades da autogestão iugoslava.

Palavra-chave: autogestão.

254. MOTTA, Paulo Roberto.

Participação e descentralização administrativa: lições de experiências brasileiras.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 28.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Mostra que no Brasil a expansão do Estado serviu menos ao propósito de alcançar maior equidade e eficácia na administração pública do que ao agravamento da crise financeira, da ineficiência e do descrédito da população em relação à gestão governamental, além da manutenção dos privilégios a grupos preferenciais. Observa que as idéias de participação e descentralização tomaram-se comuns na busca pela democratização da gestão pública. Analisa a experiência de Sertãozinho, onde se instituiu um Fórum Democrático com o objetivo de conter as demissões geradas pela crise nacional do álcool e de discutir temas importantes da comunidade local. Examina a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde em São Paulo. Observa que a desconcentração do poder não significa necessariamente sua redistribuição e analisa as organizações independentes, que constituem uma forma de reação à dominação central. Ressalta que para introduzir efetivamente a participação e a descentralização, é preciso que se realizem alterações fundamentais nas relações entre o governo e a sociedade.

Palavras-chave: participação; descentralização.

255. MOTTA, Paulo Roberto.

Participação na gerência: uma perspectiva comparada .

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 15.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1981.

Estabelece diferenças entre participação direta e participação indireta. Classifica formas de participação indireta em quatro grandes grupos: os comitês de empresa, as negociações coletivas, a co-gestão e a autogestão, dando exemplos de sua aplicação em diferentes países. Entende co-gestão como institucionalização da representação dos assalariados na direção efetiva da empresa. Define a autogestão, no sentido mais genérico, como exercício coletivo do poder, o que numa empresa significa a autonomia da coletividade dos membros da empresa na decisão de adquirir e distribuir renda. Ressalta que a principal característica da autogestão é que a divisão do trabalho torna-se produto do exercício da forma participativa, só existente a posteriori. Desvenda as origens da autogestão. Descreve diferentes variações de autogestão e sua aplicação prática em algumas empresas.

Palavras-chave: participação direta e indireta; auto-gestão; co-gestão.

256. MOURA, Alexandrina Sobreira de.

Políticas públicas e educação: participação e cidadania nos planos estaduais de Pernambuco, 1980-1990.

Cadernos de Estudos Sociais – Número 1, Volume 7.

Editora da Fundação Joaquim Nabuco

Recife – 1991.

Analisa, através do estudo de planos de educação do estado de Pernambuco, as "interpelações democráticas" veiculadas por diversos programas, procurando situá-los no cenário político nacional. Deste modo, no início da redemocratização, o discurso participativo passou a integrar os planos educacionais. Aponta como entraves a uma política educacional que atente para as demandas de uma sociedade desigual: a centralização, o tecnoburocratismo, o clientelismo e a

desarticulação educacional. Distingue, enfaticamente, as implicações de um discurso da cidadania em relação ao discurso da participação.

Palavras-chave: cidadania; participação; educação; políticas públicas.

257. MOURA, Maria Suzana, PEREIRA, Simone.

Porto Alegre: o orçamento municipal em discussão.

Revista Proposta: Experiências em Educação Popular – Número 45.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1990.

Relata que o movimento popular em Porto Alegre, em 1989, se envolveu pela primeira vez na discussão do orçamento municipal. Descreve a realização de plenárias regionais onde eram debatidas as prioridades que deveriam constar no orçamento municipal. Busca analisar o significado e repercussões da participação popular na gestão municipal de Porto Alegre, bem como os fatores limitadores desta participação. Considera que a interferência popular na elaboração e definição do plano orçamentário - receita, despesa e investimento - foi bastante restrita. Apesar das limitações, considera que a experiência foi positiva, pois conseguiram sair do "localismo" e passaram a planejar a cidade como um todo.

Palavras-chave: democratização; participação popular.

258. MOURA, Suzana.

Cidades empreendedoras, cidades democráticas e a construção de redes públicas na gestão local.

Organizações e sociedade – Volume 4.

Universidade Federal da Bahia

Bahia –1996.

Discute o significado e as características das redes públicas construídas em processos de elaboração e definição de planos/projetos estratégicos que buscam integrar o governo local e organizações da sociedade civil. Ao discutir as formas de integração entre governo e a sociedade civil, parte de duas tendências que aparecem como impulsionadoras de inovação da gestão local: o empreendedorismo competitivo (redefinição da atuação dos governos locais) e o ativismo democrático (espaços de participação popular na gestão local). Analisa dois casos: a experiência do Planejamento Estratégico de Barcelona e do projeto Cidade Constituinte de Porto Alegre. O estudo evidencia a ocorrência de perspectivas diferenciadas de renovação da gestão local no sentido de incrementar a eficiência e as vantagens comparativas da cidade com aprofundamento da competitividade interurbana e da globalização. Aponta também um certo enfraquecimento do papel do Estado ao deslocar responsabilidades para o âmbito da sociedade civil, reafirmando a necessidade de articulação entre os dois campos.

Palavras-chave: participação; gestão local.

259. MUÇOUÇAH, Paulo Sérgio.

As ONGs: dos Bastidores ao centro do palco. A propósito dos dois artigos anteriores.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 28.

Editora da ANPOCS

Rio de Janeiro – 1995.

Comenta as visões acerca das ONGs e a disparidade de suas concepções. Descreve a trajetória do surgimento das ONGs, os seus objetivos e suas diferenças estruturais. Cita o processo de emancipação das ONGs no Brasil e a conquista de canais de expressão direta.

Palavras-chave: ONGs; participação direta.

260. MULLER, Neto Julio S.

Descentralização e democracia: tópicos de um debate.

Saúde em debate.

Organizado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Curitiba.

Discute sobre a origem do conceito de descentralização, como é interpretado em diversos autores e correntes de pensamento e como se manifesta concretamente em algumas situações. Utiliza para isso algumas experiências européias e, a partir destas, relaciona a descentralização à democracia e à participação. Remete à questão da natureza do Estado e suas relações com a sociedade civil. Incorpora uma análise da ação do aparato estatal em suas diversas instâncias em direção a uma proposta de aprofundamento da democracia e do resgate das políticas sociais. Afirma que o debate sobre descentralização reatualizou-se no Brasil na década de 80 com o fim do regime autoritário e ganhou contornos práticos com a municipalização da saúde e da educação. Considera que a polaridade centralização-descentralização inscreve-se no debate mais amplo a respeito dos canais de mediação, garantidores dos níveis de participação, governabilidade e eficiência. Constata que a descentralização coloca em cena distintos interesses e agentes sociais, favoráveis ou contrários ao processo.

Palavras-chave: descentralização; democracia.

261. MUÑOZ, William Barrera e ROCHA, Alfonso Ordoñez.

Alcance de la Norma Constitucional.

Republica de Colombia/ Pontificia Universidad Javeriana

Participacion de los trabajadores en la gestion de las empresas

Facultad de Ciências Jurídicas

Santafe de Bogota.

Toma como base para este capítulo a interpretação do artigo 57 da Constituição que consagra a participação do trabalhadores. Apesar de, a princípio, facilitar o funcionamento da prática empresarial, servindo como meio de comunicação entre as forças econômicas, do Capital e Trabalho, o artigo parece ser ambíguo e incompleto em sua concepção, dificultando a compreensão do texto.

Palavras-chave: trabalho; participação; conselho de empresa.

262. MUÑOZ, William Barrera e ROCHA, Alfonso Ordoñez.

Ejemplos de Empresas Colombianas que han llevado a cabo la posibilidad de participacion.

Republica de Colombia/ Pontificia Universidad Javeriana

Participacion de los trabajadores en la gestion de las empresas

Facultad de Ciências Jurídicas

Santafe de Bogota.

Estuda os casos de : Circulos de Calidad en Craydon S/A e La experiencia en Enka de Colombia (seus antecedentes, metodologias, identificação do problema, análise, elaboração de soluções ; apresentação do projeto de soluções; implementação e apresentação de resultados) .

Palavras-chave: trabalho; participação.

263. MUÑOZ, William Barrera e ROCHA, Alfonso Ordoñez.

La participacion en sus formas, grados y fuentes.

Republica de Colombia/ Pontificia Universidad Javeriana

Participacion de los trabajadores en la gestion de las empresas

Facultad de Ciências Jurídicas

Santafe de Bogota.

Desenvolve idéias esclarecendo quanto às formas de participação : na administração da empresa; participação econômica dos trabalhadores na empresa; na participação nos benefícios; nas utilidades da empresa e na participação na propriedade da empresa. Discute também autogestão e co-gestão .

Palavras-chave: trabalho; participação; co-gestão; autogestão; comitês; conselhos.

264. MUÑOZ, William Barrera e ROCHA, Alfonso Ordoñez.

Participacion en el derecho comparado.
Republica de Colombia/ Pontificia Universidad Javeriana
Participacion de los trabajadores en la gestion de las empresas
Facultad de Ciências Jurídicas
Santafe de Bogota.

Parte de premissa de um estudo estruturado na evolução de âmbito normativo e prático das diversas formas e tipos de participação por parte dos trabalhadores, não se restringindo só a nível latino – americano, mas também em diversos países do mundo.
Palavras-chave: trabalho; participação; conselho de empresa; delegação sindical.

265. MUÑOZ, William Barrera e ROCHA, Alfonso Ordoñez.
Problemática de la participación en la realidad laboral Colombiana
Republica de Colombia/ Pontificia Universidad Javeriana
Participacion de los trabajadores en la gestion de las empresas
Facultad de Ciências Jurídicas
Santafe de Bogota.

Trabalha a problemática encontrada por todos os países que tentam implementar a democracia participativa como uma série de obstáculos de caráter político, cultural e econômico. Discute o sindicalismo revolucionário, a capacitação e atitude dos trabalhadores e o nível industrial Colombiano.
Palavras-chave: trabalho; sindicalismo; participação.

266. NAKANO, Marilena.
Educação formal, educação política e empresas autogeridas.
A empresa sem patrão
Organizado por Cândido Giraldez Viertz
Editora da UNESP
São Paulo.

Apresenta educação formal, educação política e empresas autogeridas como questões que não podem ser separadas. Lembra a crise na qual se encontra a educação formal e que por trás de toda proposta de educação está uma posição política. Mostra eixos que poderão nortear um projeto de educação formal e política dos trabalhadores das empresas autogestionárias.
Palavras-chave: autogestão; participação; trabalhadores

267. NEDER, Ricardo Toledo.
As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil.
Cultura Vozes – Número 6, Volume 89.
Editora Vozes
Petrópolis – 1995.

Trata a reconstrução da sociedade civil no Brasil como "reinvenção" de novas formas de interlocução e tensão entre diversos atores sociais. Assinala a necessidade atual de se refletir sobre uma esfera que não é governo, nem mercado, e sim uma esfera pública não-estatal e não-mercantil, interessada na superação da exclusão social. Considera os agentes dinamizadores destes espaços públicos, focalizando particularmente o perfil das interações das ONGs no Brasil.
Palavras-chave: Ongs; sociedade civil organizada.

268. NEDER, Ricardo Toledo.
Cidadania, modernidade e gestão do trabalho no Brasil.
Revista de Administração de Empresas – Número 2, Volume 31.
São Paulo – 1991.

Analisa algumas modalidades ou formas de transições nas políticas de gestão no Brasil. Situa um estudo de caso sobre a organização industrial em São Paulo, onde está ocorrendo desde meados da década passada, uma experiência que o autor chama de "abertura democrática". Considera que a modernidade não é, isoladamente, inovação organizacional e realização de mudanças tecnológicas, mas deve ser exploradas também as dimensões da gestão social do trabalho, que presidem conflitos e novos processos de envolvimento de pessoas. Defende que, sem inovações efetivas nas práticas de gestão social, redundam em fracasso estratégias de mudanças da base técnica (associadas ou não a inovações organizacionais do tipo just in time/kanban, etc).
Palavras-chave: transição; modernidade.

269. NEDER, Ricardo Toledo.

Sociedade civil, avanço do atraso ?

Cultura Vozes – Número 6, Volume 90.

Editora Vozes

Petrópolis –1996.

Assinala que as interpretações referentes à questão da sociedade civil nos anos 70 e 80 no Brasil analisaram o fim do regime autoritário enquanto transição para a democracia no plano do estado de direito. Destaca que essas interpretações esqueceram de uma segunda transição, a da difusão das identidades democráticas, das formas coletivas de solidariedade, e da assimilação de valores e normas de comportamento democrático no dia-a-dia das pessoas. Conclui que hoje, nos anos 90, falta uma interpretação convincente sobre, por que, apesar da democratização, aumentaram as crises na sociedade brasileira.

Palavras-chave: sociedade civil; democracia.

270. NETO, Antônio Moreira de Carvalho.

Inovações tecnológicas no setor das telecomunicações e o impacto sobre o trabalho.

Revista de Administração – Número 2, Volume 31.

Organizado pela Universidade de São Paulo

São Paulo.

Faz uma análise da crise do modelo fordista e a conseqüente implicação na reestruturação produtiva e racionalização organizacional criando novas relações de trabalho. Experiência de pesquisa realizada no setor de prestação de serviços de telecomunicações, com o objetivo de analisar o impacto das inovações sobre o processo de trabalho, nível de emprego e qualificação profissional. Qualifica Qualidade total e Reengenharia como novas técnicas administrativas, analisa a intervenção do sindicato sob a forma de contratos coletivos que garantem a qualificação dos trabalhadores deslocados pela introdução de novas tecnologias. O sindicato através da negociação assume valores estratégicos na definição das políticas organizacional e tecnológica.

Palavras-chave; reestruturação produtiva; reengenharia; novas tecnologias; terceirização; sindicato; contrato coletivo.

271. NETO, Antônio Moreira de Carvalho.

Participação nos lucros e resultados: novas perspectivas para as relações de trabalho no Brasil

Resumos de Trabalhos – Número 4.

Editora da ENANPAD

Rio de Janeiro – 1997.

Baseia - se nas negociações coletivas entre empresários e trabalhadores no Brasil sobre a discussão de participação nos lucros e resultados (PLR), onde pesquisando 31 categorias profissionais de 15 Estados (07/1995 a 02/1997), onde analisa o quadro brasileiro frente às novas tendências internacionais de introdução da remuneração variável vinculada à lucratividade e às metas de produtividade e qualidade das empresas. São discutidos efeitos da negociação e a atuação sindical. Certifica que está em alta a tomada desta postura estratégica de participação nos lucros o que, com certeza, acarretaria uma mudança positiva nas relações de trabalho no Brasil.

Palavras-chave; participação; sindicalismo; trabalho; gestão participativa.

272. NETO, Antônio Moreira de Carvalho.

Terceirização dos serviços públicos no Reino Unido e os impactos sobre relações de trabalho: considerações sobre a realidade brasileira.

Revista do Serviço Público – Número 2, Volume 120.

Editora da ENAP

Brasília – 1996.

Discute o incremento nas políticas de terceirização como decorrência da crise do sistema fordista de produção e do advento dos governos liberais. Aponta a racionalidade técnica e a globalização da economia como fatores essenciais na reestruturação produtiva que induz a uma forte polarização social, podendo trazer desvantagens. Cita as diferentes faces das políticas de privatização: terceirização, desregulamentação e privatização de fato. Aponta o impacto desses fatores sobre o trabalho, os custos e a qualidade dos serviços. Reflete sobre a realidade brasileira demonstrando a expansão do setor informal da economia. Cita a limitação da pesquisa pela ausência de dados confiáveis. Trabalha com dados do DIEESE e pesquisa junto a sindicatos.

Palavras-chave: terceirização; globalização; relações de trabalho; sindicato.

273. NETO, Joviano Soares de Carvalho.

Assessoria aos movimentos sociais: crise e alternativas.

Cadernos do CEAS – Número 162.

Editora do Centro de Estudos e Ação Social

Salvador – 1996.

A partir de uma análise crítica de diversos posicionamentos dos agentes sociais ligados ao CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), manifesta preocupação, induz à reflexão e indica propostas para enfrentar problemas imediatos, referentes à assessoria de movimentos sociais.

Palavra-chave: movimentos sociais; CEAS.

274. NETO, Pedro Scuro.

A gestão pública entre a casa grande e a senzala.

Revista Política e Administração – Número 4, Volume 2.

Editora da FESP

São Paulo –1994.

Analisa a crise do Estado e concentra seus argumentos sobre a gestão pública e as condições de governabilidade do setor. Discute a questão do emprego com recolocação do mercado de trabalho e a preparação profissional do trabalhador, bem como a integração do indivíduo na sociedade e no trabalho. Descreve a situação do desemprego de risco, definido por trabalhadores de permanente desemprego, que causa a perda de suas aptidões e a motivação para continuar procurando trabalho. Sugere um modelo que restabelece as funções de mercado e equaliza a demanda de oferta através do mecanismo de preços.

Palavras-chave: trabalho; gestão pública.

275. NETO, Pedro Scuro.

Gestão pública: fluxo e refluxo.

Estudos Avançados – Número 23, Volume 9.

Organizado pela Universidade de São Paulo

São Paulo –1995.

Analisa os problemas da gestão pública com ênfase na noção de estrutura. Observa a gestão pública consolidando-se como algo em movimento que requer observação direta e participação. Para redefinir o papel do Estado e reestruturá-lo é necessário a intervenção da sociedade. Apresenta a tentativa de reformulação de acordo com a opção que o Brasil está fazendo ao aceitar a moderna sociedade industrial e as tendências globais. Cita a reforma administrativa e o governo

por programas para compensar a debilidade da administração direta e obter resultados operacionais.

Palavras-chave: gestão pública; participação.

276. NEVES, Marcelo.

Entre subintegração e sobreintegração : a cidadania inexistente.

XVII Encontro Anual da ANPQCS

Caxambu.

Procura delimitar semanticamente o sentido de cidadania e a sua evolução. Observa que a conquista e a ampliação da cidadania implicam um processo de juridificação das relações de poder. Analisa a questão da autonomia do sistema jurídico como condição de sua realização. Apresenta os momentos jurídico- políticos pelos quais passa a construção de novos direitos da cidadania, definindo-a como integração jurídica igualitária na sociedade. Observa que a cidadania está ausente nas relações de subintegração das massa e sobreintegração dos grupos privilegiados no sistema constitucional. Trata da questão da dejuridificação, situando o problema na própria falta de realização da Constituição como espaço jurídico da cidadania. Examina as dificuldades na construção da identidade do sistema jurídico, resultando diretamente da falta de autonomia da respectiva esfera de ação. Ressalta que na experiência jurídico-político brasileira, a ampliação dos direitos fundamentais não teve grande relevância no processo de concretização da cidadania, fortificando sua função simbólica.

Palavras-chave: cidadania; sistema jurídico; subintegração; sobreintegração.

277. NICOLAU, Jairo César Marconi.

A representação política e a questão da desproporcionalidade no Brasil.

Cadernos CEBRAP – Número 41.

Rio de Janeiro.

Mostra a representação proporcional como sistema eleitoral mais utilizado nas democracias liberais. Analisa os principais sistemas eleitorais utilizados nos países democráticos, dando ênfase ao caso brasileiro. Discute a desproporcionalidade da representação brasileira e as alternativas que ocorreram desde fim da ditadura para torná-la mais representativa.

Palavras-chave: sistema eleitoral; representatividade.

278. NORONHA, José de Carvalho e TRAVASSOS, Claudia Maria.

Participação comunitária nos programas de saúde.

Saúde em debate – Número 12.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Editora MURO

Rio de Janeiro.

Analisa a participação passiva e a participação ativa nos programas de medicina comunitária, onde a saúde é tomada mais como uma finalidade do que como um objetivo do processo educativo, fazendo desses programas meros instrumentos de reiteração de uma situação de dominação. Define três grandes linhas em torno das quais se fazem propostas de participação ativa: a primeira, que busca no seio da comunidade "tarefeiros da saúde", se reduz em última instância à exploração de mão-de-obra gratuita; a segunda consiste não só em promover as condições de formação e desenvolvimento de agentes sanitários no seio da comunidade, mas em tentar garantir a transformação da comunidade ela própria em um "agente" permanente de saúde; a terceira entende que a participação em saúde só pode se dar quando ocorre o deslocamento da participação setorial para a participação nos diversos níveis da vida social.

Palavras-chave: participação comunitária; programas de saúde; participação passiva; participação ativa

279. NOVARO, Marcos.

Debate contemporâneo sobre a representação política.

Novos Estudos – CEBRAP – Número 42.
Rio de Janeiro –1995.

Trata a crise da representação tendo como base as circunstâncias recentes que tomaram pouco aplicáveis os instrumentos e definições operativas que até pouco tempo permitiam conciliar na prática a representação, democracia e governabilidade. Mostra que a discussão da crise envolve partidos políticos, organizações voluntárias analisando as novas formas de mediação. Esclarece queo pessoas e instituições fingem concentrar a confiança dos cidadãos no que diz respeito à tomada de decisões.

Palavras-chave: teoria política, representação, democracia, partidos políticos, organização voluntária

280. NUNES, Brasilmar Ferreira.

Notas sobre políticas sociais e seus indicadores.

As políticas sociais no Brasil – Número 18.

Organizado pelo Serviço Social da Indústria
Brasília.

Observa uma profunda heterogeneidade na estrutura social brasileira, induzindo ao aparecimento de formas diferenciadas de socialização e de ações estatais. Analisa o Estado do bem-estar social enquanto instância reprodutora e legitimadora das relações entre produção e consumo. Mostra que o paradigma do Estado do bem-estar no Brasil termina por se ligar a ações de natureza mais assistencialista, na medida em que o mercado aqui não é suficiente para garantir acesso a certos serviços essenciais, abrindo um enorme espaço para práticas clientelistas. Procura delimitar alguns indicadores da política social levada a cabo pelo Estado. Examina a consolidação da proposta neo-liberal e a presença da iniciativa privada como agente de políticas sociais.

Palavras-chave: política social; indicadores de política social; heterogeneidade social; cidadania.

281. OLIVEIRA, Dante.

Experiências democráticas de participação popular nas Prefeituras.

Poder local, participação popular, construção da cidadania.

Organizado por Vera Telles Renata e Villas-Bôas.

Rio de Janeiro – 1995.

Faz um relato da experiência de participação popular na prefeitura de Cuiabá, no período 1993-1995. Ressalta que o poder local é o melhor espaço para que sejam desenvolvidos meios, canais e instrumentos que concretizem a participação popular na administração pública. Descreve a experiência de municipalização da merenda escolar através do projeto "Sopão da Solidariedade", uma parceria desenvolvida entre Prefeitura, Igreja, Pastoral da Criança, Associações de Bairro e os Clubes das Mães. Considera que a atuação conjunta entre estes setores neste projeto promoveu uma organização e participação da sociedade, servindo como instrumento educativo. Destaca que este projeto também serviu para apoiar o pequeno produtor, já que a prefeitura comprava os alimentos - como menor custo - direto dos pequenos agricultores da região. Acentua a importância da parceria entre prefeitura e iniciativa privada. Neste sentido, mostra que as campanhas para arrecadação de impostos foi essencial para que a prefeitura conseguisse recursos para financiar seus projetos.

Palavras-chave: participação popular; ação conjunta.

282. OLIVEIRA, Graziela de.

Democratização das relações de trabalho na empresa.

Revista de Administração de Empresas - Número 4, Volume 31.

São Paulo – 1991.

Analisa o processo de democratização das relações de trabalho na empresa. Argumenta que os programas participativos de iniciativa empresarial, como o CCQ, o da Qualidade de Vida no Trabalho e outros, parte de uma perspectiva que limita a atuação do trabalhador, pelo fato de que

todos os programas introduzidos pela gerência negam-nos uma participação na tomada de decisões na empresa. Observa que a democracia não se limita ao aumento do grau de satisfação dos trabalhadores com as condições de trabalho ditados pela empresa. Defende que a democratização na empresa deve ser entendida como um processo de aprendizagem, que permita ao trabalhador participar do controle e das decisões na empresa de acordo com a sua capacidade. Palavras-chave: democratização; processo de aprendizagem.

283. OLIVEIRA, Jorge Florêncio.

Projeto de reconstrução na trajetória do movimento popular em São João de Meriti.
Revista Proposta Experiências em Educação Popular – Número 47.
Editora FASE
Rio de Janeiro – 1990.

Esclarece o processo de formação da associação dos moradores no município. Afirma que a população de São João de Meriti começa a se organizar no final da década de 70, e que a partir dos grupos de base da Igreja, vão surgir as primeiras associações de moradores. Afirma que o movimento conseguiu autonomia frente ao poder público e que a capacitação de suas lideranças garantiu a qualificação de sua intervenção na luta por melhores condições de vida na cidade. Acentua que o movimento buscou a participação nas esferas municipal e estadual das políticas públicas e conseguiu garantir, através de canais de consulta e de discussão, propostas de seu interesse, principalmente nos campos de saneamento e educação. Analisa a participação da Federação das Associações dos Moradores nas enchentes de fevereiro e março de 1988. Palavras-chave: associação dos moradores; participação.

284. OLIVEIRA, José Arimatés de.

Responsabilidade social em pequenas e médias empresas.
Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro – 1984.

Faz um estudo do comportamento das empresas no que tange à sua responsabilidade social. O objetivo do estudo é identificar as opiniões do empresariado da pequena e média indústria alimentícia do Rio Grande do Sul. Identifica as várias definições do termo e acredita que são beneficiários da responsabilidade social tanto empregados, consumidores, credores e fornecedores como comunidade e acionistas, sócios ou proprietários. Palavras-chave: responsabilidade social; pequena e média indústria.

285. OLIVEIRA, Marcos Torres.

Política de ação social do Brasil novo.
Cadernos ENAP
Brasília – 1994.

Esboça o quadro social brasileiro durante o governo Collor, relativo às bases da política nacional de ação social nos setores de habitação, saneamento, promoção e assistência social. Demonstra os problemas desses setores e o desequilíbrio na destinação dos recursos. No campo do bem-estar social estima que a alocação de recursos não tem servido para compensar as desigualdades sociais. Analisa a criação do Ministério da Ação Social como compromisso de promover transformações sociais do programa de governo. Considera fracassada a política social do "Brasil Novo" pela sua proporção reduzida e falta de coordenação. Palavras-chave: ação social; política social.

286. OLIVEIRA, Maria Helena B. de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos F.

Política de saúde do trabalhador no Brasil: muitas questões sem respostas.
Cadernos Saúde Pública.
Rio de Janeiro.

Mostra a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, na perspectiva da expressão do descaso que esta representa frente ao quadro dramático de morbi-mortalidade do trabalhador brasileiro. Indica os principais problemas que a política apresenta, destacando questões como a subnotificação das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho; a competência das ações, denunciando a fragmentação de responsabilidades a partir da existência de diversas instituições e órgãos com atribuições de intervenção na área; a forma marginal, historicamente estabelecida, como é tratada a Política de Saúde do Trabalhador no contexto da Política Nacional de Saúde; as dificuldades na formação de recursos humanos, entre outras. Aponta para a necessidade de uma política que assegure aos trabalhadores a transformação real do grave quadro de mortes e doenças a que se encontram submetidos, desencadeando processos preventivos de fato, a partir da reestruturação dos processos produtivos e tendo os trabalhadores como condutores desta política.

Palavras-chave: políticas de saúde; trabalhador; saúde.

287. OROSCO, Omar Guerreiro.

Ingovernabilidade: disfunção e quebra estrutural.

Revista do Serviço Público – Número 2, Volume 120.

Editora da ENAP

Brasília –1996.

Discute o desempenho dos governos a partir das responsabilidades com o bem-estar social e o grau de civilidade dos cidadãos, numa perspectiva difusionista. Sugere a ingovernabilidade como resultado da sobrecarga de exigências sociais, que diminuem a capacidade dos serviços públicos e da insuficiência tributária. Percebe como consequência desse processo o crescimento da participação dos cidadãos nos negócios públicos e a perda do consenso dos cidadãos. Propõe a solicitação pelas vias do neoliberalismo, acompanhadas de drástica redução da atividade do Governo e das expectativas por serviços da sociedade. Argumenta com a incapacidade organizativa e operacional do Estado em satisfazer crescentes reivindicações provenientes dos cidadãos e organizações políticas. Situa a sociedade no âmbito da modernidade e na sua aptidão em absorver a mudança contínua e incentivadora do processo de mobilidade social.

Palavras-chave: ingovernabilidade; participação.

288. OTTMANN, Gotz.

Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil - Uma abordagem cognitiva.

Novos Estudos - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Número 41.

Editora Brasileira de Ciências

Rio de Janeiro –1995.

Mostra que os intelectuais que surgiram a partir do final da década de 70, viram com pessimismo os movimentos sociais urbanos, porque estes não alcançaram os resultados esperados. O autor no entanto mostra que estes intelectuais estão errados, porque os movimentos sociais urbanos se apresentam como fenômenos acíclicos, que são dependentes do contexto. Enfatiza que os movimentos ocorridos na grande São Paulo desde de 1940, colheram resultados positivos, e deixa bem claro que este pessimismo acadêmico não condiz com a realidade.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; democratização.

289. PAIM, Jairnilson Silva.

A democratização da saúde e o SUDS: o caso da Bahia.

Saúde em debate – Número 21.

Organizado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Curitiba.

Defende a expansão das Ações Integradas de Saúde e a implementação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde como estratégias para o processo de Reforma Sanitária. Analisa seus avanços e suas limitações, ressaltando que a democratização da saúde não se resume ao desenvolvimento dessas estratégias. Descreve o processo de organização do SUDS na Bahia,

destacando a criação dos distritos sanitários com vistas a garantir uma adesão da população à Reforma Sanitária. Apresenta as repercussões administrativas, estratégicas e ideológicas sinalizadas pelo SUDS e relacionadas à estrutura de poder do setor saúde.

Palavras-chave: reforma sanitária; democratização da Saúde; AIS; SUDS; participação popular.

290. PAIS, José Machado.

Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida.

Análise Social – Número 114, Volume 26.

Instituto de Ciências Sociais. da Universidade de Lisboa

Lisboa –1991.

Mostra que, com as transformações na estrutura ocupacional e no perfil do emprego, gera importantes modificações nas modalidades de entrada na vida profissional. Levanta muitas dessas transformações dentre os setores primário, secundário e terciário. Analisa fatores que contribuíram para a dificuldade dos jovens na ascensão ao mercado como a compressão do emprego juvenil, a inflexibilização laboral, periferização dos jovens no mercado, de trabalho e segmentação do mercado de trabalho. Discute duas questões: "Se todos os jovens são realmente afetados pelas dificuldade de inserção no mercado de trabalho?" e "Se as modalidades de transição dos jovens aparecem exclusivamente determinadas pelas modalidades de inserção profissional, pela crise econômica e pelas transformações de natureza econômica?".

Palavras-chave: mercado de trabalho; trabalho na adolescência.

291. PASSALACQUA, Eduardo H. e VILLAR, Alejandro.

La política social de los municipios argentinos: un panorama global.

Revista de Ciencias Sociales – Número 1.

Universidad Nacional de Quilmes

Buenos Aires.

Apresenta um quadro histórico da relação entre governo local e política social na Argentina. Discute e conceitua política social. Aborda, criticamente, o contexto de revalorização do papel dos municípios na questão da política social. Trata a política social municipal argentina a partir de dois eixos: teórico e prático. No plano teórico procura destacar a sistematização das funções do poder local e as suas competências formais designadas pela legislação. No plano prático observa que as competências legalmente habilitadas não representam, necessariamente, uma descrição adequada das práticas concretas. Assinala a heterogeneidade de condições entre os municípios argentinos. Termina analisando as possibilidades e os limites da ação municipal diante deste quadro de revalorização de sua importância.

Palavras-chave: poder local; política social; Argentina.

292. PASSOS, Iana Maria Campelo.

Uma experiência de gestão pública com participação popular.

Cadernos EBAP

Rio de Janeiro –1995.

Descreve a experiência de gestão pública com participação popular desenvolvida no Núcleo de Regularização de Loteamentos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, tendo por referência o período entre 1984 e 1991. Aborda o problema dos loteamentos irregulares buscando caracterizá-los a partir de sua origem e evolução. Apresenta o Núcleo de Regularização como mediador entre a comunidade e o poder público, enfocando sua dinâmica e atuação. Enfatiza o processo decisório e o relacionamento entre o poder público e a comunidade organizada.

Palavras-chave: gestão pública; participação popular.

293. PASSOS, Iana Maria Campello; BIDÓ, José Agustín Gell; TAKAMATSU, Sueli Leiko e QUINHÕES, Trajano Augustos Tavares.

Uma experiência de gestão pública com participação popular - o caso do Núcleo de Regularização de Loteamento no município do Rio de Janeiro.

Cadernos Ebap – Número 70.
Organizado por Fernando Guilherme Tenório
Rio de Janeiro –1994.

Descreve e analisa a experiência da gestão pública com participação popular desenvolvida no Núcleo de Regularização de Loteamentos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Analisa os aspectos técnicos conceituais do tema. Aponta o problema dos loteamentos irregulares no município do Rio de Janeiro, destacando as causas, a evolução, e os aspectos jurídico - legais. Apresenta o Núcleo de Regularização de Loteamentos - como instância mediadora entre os interesses da comunidade e do poder público - a criação e a situação atual.

Palavras-chave: participação; democratização; sociedade civil; núcleo de regularização de loteamento.

294. PAVAN, Rosiver.

A cidadania dos Trabalhadores e a Revisão Constitucional: discurso e realidade.

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 57.

Editora FASE

Rio DE Janeiro – 1993.

Faz uma análise da Constituição de 1988. De acordo com a autora, a maioria dos dispositivos que tratavam da área social não foram regulamentados por lei; a Constituição só tem garantido o direito à propriedade. Através da dicotomia Brasil Real X Brasil Legal, descreve como ocorre a exclusão na sociedade brasileira. Analisa o papel da CUT no processo de revisão constitucional.

Palavras-chave: exclusão; movimento sindical.

295. PAZ, Rosângela Pereira; ACORSI, Márcia e Silva, Flavio Jorge Rodrigues.

São Paulo: privilegiar a reprodução da vida.

Revista Proposta: Experiências em Educação Popular – Número 45.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1990.

Apresenta um contexto eleitoral de São Paulo, descrevendo , sucintamente, a gestão de Mário Covas (1983-1986) e Jânio Quadros(1986-1988). Define que participação é divisão e exercício direto do poder. Enumera cinco condições básicas para que a participação, entendida como decisão e controle, possa ser concretizada. Analisa a proposta de gestão da prefeita Luiza Erundina. Analisa a criação das plenárias populares pelo poder público municipal. Aponta problemas que ocorreram a partir das tentativas de tornar a participação popular uma prática constante na gestão de Erundina.

Palavras-chave: assembléia; participação popular; movimento social; conselho popular; plenária.

296. PECCHIA, José Antônio.

Conflito industrial e resistência operária.

Cadernos do CEAS – Número 106.

Editora Publigrati

Salvador –1986.

Trata da pesquisa do autor na COPENE (Companhia Petroquímica do Nordeste) e contém entrevistas com empregados locais. Destaca os conflitos gerados no interior da empresa a partir das relações sociais de trabalho e a tomada de consciência operária. Analisa fontes de conflito como o controle da força de trabalho e a estabilização da empresa. Aborda o processo de consciência operária desenvolvido nas condições de trabalho.

Palavras-chave: COPENE; conflitos; controle; consciência operária.

297. PECCHIA, José Antônio.

processo de trabalho como instrumento de controle.

Cadernos do CEAS –Número 105.

Editora Publigrati
Salvador – 1986.

Mostra a realidade do trabalhador Petroquímico, descrevendo as formas de controle do Processo de Trabalho nos meios de produção e como poder hierárquico, estabelecidos na COPENE (Companhia de Petróleo Nordeste S.A.). Fornece dados para discussão do conflito entre capital e trabalho.

Palavras-chave: controle; COPENE.

298. PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho e GONÇALVES, Reinaldo.

Reestruturação produtiva, globalização e exclusão social.

Atualidade em debate – Número 44

Editora do Ibrades

Rio de Janeiro – 1996.

Mostra que a evolução do capitalismo é marcada por um processo permanente de reestruturação produtiva, caracterizado por novas combinações de bens, serviços, fatores de produção e tecnologias. Destaca que uma nova divisão internacional do trabalho exige um trabalhador mais qualificado e relações de trabalho mais flexíveis, o que tem resultado no crescimento do desemprego, do trabalho temporário e da economia informal, conseqüentemente, da exclusão social. Analisa a reestruturação produtiva agrupando as variáveis determinantes em categorias de ordem sistêmica, estrutural, institucional, econômica e política. Compara padrões recentes de reestruturação verificados na Ásia e na América Latina, concluindo que há opções alternativas de estratégias e políticas de desenvolvimento nacional e inserção internacional que podem gerar tanto eficiência dinâmica na economia, quanto justiça na sociedade.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; divisão do trabalho; exclusão social.

299. PELIANO, José Carlos Pereira.

Empresários, trabalhadores e Governo: as negociações sobre as novas tecnologias no Brasil.

Política científica e tecnologia.

Brasília – 1987.

Analisa a situação das negociações trabalhistas no Brasil, face às inovações tecnológicas, no final da década de 70 até 1987. Desenvolve uma breve incursão sobre as negociações trabalhistas em geral, e já aponta um deslocamento da luta sindical para o interior das fábricas. Observa que este fato tende a eliminar a intervenção do Estado nas relações operários-patrões e a estabelecer a livre negociação. Tece alguns comentários sobre as negociações envolvendo o tema das novas tecnologias. Pretende apresentar alternativas e perspectivas diante do movimento sindical para o tratamento da questão.

Palavras-chave: negociação; luta coletiva.

300. PELLEGRINI, Marlou Zanella.

Administração participativa: da teoria à praxis.

Revista Brasileira de Administração da Educação – Número 2, Volume 4.

Porto Alegre – 1986.

Realiza um estudo sobre o distanciamento entre a fundamentação teórica e a práxis do processo de participação. Mostra as reais origens da administração e planejamento participativos, contrastando-as com a sua prática. Apresenta como pode se dar uma experiência participativa em uma instituição escolar.

Palavras-chave: administração; participação dos empregados.

301. PELLEGRINI, Marlou Zanella.

Planejamento participativo: um processo político.

Revista Brasileira de Administração e Educação – Número 2, Volume 4.

Porto Alegre – 1986.

Apresenta o planejamento participativo como um processo político que congrega grupos com interesses diferenciados, implicando em um jogo de forças cujo resultado está vinculado à decisão da maioria e em benefício dessa maioria. Destaca que o planejamento participativo implica em que diversos grupos participem da definição dos objetivos da organização que compõem.

Palavra-chave: planejamento participativo.

302. PERANI, Cláudio.

Movimento dos trabalhadores e a CUT.

Cadernos do CEAS – Número 80.

Editora Publigrati

Salvador –1980.

Expõe algumas reflexões, necessariamente limitadas e genéricas, a propósito da conjuntura em que se encontra o movimento popular, focalizando porém unicamente o movimento dos trabalhadores, considerado a partir das iniciativas para construir a Central Única dos Trabalhadores CUT. Apresenta o surgimento da CONCLAT e desenvolve o movimento.

Palavras-chave: movimento popular; CUT.

303. PEREIRA, José Sidney.

Políticas públicas setoriais no Brasil: O caso PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

XVIII ENANPAD

Curitiba –1994.

Faz a análise do PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural que tem como objetivo principal melhorar as condições de vida dos pequenos produtores do Nordeste. Descreve o processo de reorganização da agricultura que se efetiva com a intervenção do Estado e resulta no desenvolvimento do complexo agro-industrial fortalecendo os contrastes sócio-econômicos. Mostra que o Estado responde aos movimentos rurais com uma política de repressão e de arrocho salarial, elaborando num segundo tempo diversas políticas públicas. Aborda as políticas públicas criadas especificamente para o Nordeste, onde o desenvolvimento regional desigual do Brasil gerou graves conflitos sociais. Conclui afirmando que o PAPP constitui numa ação política setorializada, favorecendo indiretamente a classe dominante através do enfraquecimento dos movimentos sociais no campo.

Palavras-chave: políticas públicas; conflitos sociais; política setorial.

304. PEREIRA, Luis Carlos Bresser; MARAVALL, José Maria e PRZEWORSKI, Adam.

Reformas econômicas em democracias recentes: Uma abordagem social-democrata.

Revista DADOS – Número 2, Volume 36.

Organizado pelo IUPERJ

Rio de Janeiro –1993.

Resume a análise realizada pelos autores das reformas democráticas nas novas democracias da América Latina, do Sudoeste e Leste Europeu. Defende a tese de que reformas econômicas orientadas para o mercado e para a disciplina fiscal são de fato necessárias, mas devem também reconhecer a especificidade da grande crise, dar a devida atenção aos aspectos sociais e utilizar as instituições democráticas para obter apoio político para as reformas. Identifica na abordagem pragmática e social-democrata uma alternativa para o neoliberalismo.

Palavras-chave: social-democracia; trabalho; Classe.

305. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser.

A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.

Caderno MARE

Brasília.

Discute a crise do Estado e as reformas no contexto histórico, a partir da realidade dos anos 90. Procura atingir quatro problemas principais: delimitação da abrangência institucional e processos de redução do tamanho do Estado, a demarcação do seu papel regulador e os processos de desregulamentação, o aumento de sua capacidade de governança e de sua governabilidade. Valoriza o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, bem como uma maior justiça social. Estende o conceito de reforma como processo de criação e transformação de instituições que implicam na privatização, publicização e terceirização como resultados desse processo. Analisa as atividades exclusivas do Estado Social na formulação de políticas na área econômica e social, transferindo para a educação, saúde, assistência e previdência social, garantia de renda mínima, seguro-desemprego, defesa do meio-ambiente, proteção do patrimônio cultural, estímulo às artes. A crise do Estado exige reexame das relações Estado-sociedade e abre novas perspectivas para a democracia. Nesse sentido as ONGs aparecem como intermediadoras entre Estado e sociedade. Debate o papel regulador do Estado e o processo de desregulamentação, limitando suas funções específicas. Apresenta uma discussão para distinguir o espaço público do privado propondo uma lógica de mecanismos de controle fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Dentro dessa lógica se insere a reforma administrativa e política como solução para o problema da governança e da garantia de governabilidade.
Palavras-chave: governabilidade; reforma.

306. PEREIRA, Simone Ambras e PRATES, Cláudia.

Gestão popular e orçamento em Porto Alegre.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora da FASE

Rio de Janeiro –1993.

Apresenta alguns aspectos técnicos inovadores e jurídicos do orçamento municipal, mostrando que a partir da Constituição de 1988 os municípios tiveram maior retorno de arrecadação tributária nos impostos federais e estaduais. Apresenta as inovações constitucionais que beneficiaram os municípios. Relata a experiência de orçamento participativo em Porto Alegre. Apresenta metodologia. Aponta três elementos positivos verificados neste processo de participação popular em Porto Alegre: consolidação de canal permanente entre prefeitura e população (fórum de representantes e plenária regional); democratização da informação; regionalização e estímulo à auto-organização popular. A divisão da cidade em dezesseis micro-regiões foi fundamental para a organização de diversos interesses. Propõe idéias para que o orçamento possa ter seus limites ampliados à participação popular. Ressalta o risco de serem criadas duas categorias de cidadãos: os que participam dos mecanismos formais e aqueles que se mantêm à margem, longe dos processos institucionalizados de decisão. Apresenta um quadro estatístico que demonstra em que são destinadas as receitas e quais são os impostos que compõem a receita do município.

Palavras-chave: orçamento participativo; poder local; descentralização; democratização; plenárias; inversão de prioridades; cidadania.

307. PESSANHA, Eliana G. Fonte e MOREL, Regina Lúcia de Moraes.

Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 17.

Editora Relume Dumará

Rio de Janeiro –1991.

Compara o resultado de dois estudos de caso com operários do Rio de Janeiro: da indústria naval de Niterói e do Rio, e os trabalhadores da CSN), articulando reflexões sobre a história de cada categoria com a das empresas e do setor. Não se atenta apenas às origens, mas também aos processos de trabalho. Observa que a distinção entre gerações pode basear-se nas formas de socialização e na participação sindical e política.

Palavras-chave: estudo de caso da CSN; indústria naval; processos de trabalho.

308. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di.

Participação popular na administração pública

Revista de Direito Administrativo - Volume 19.
Rio de Janeiro – 1993.

Faz a análise da participação popular na Administração Pública sob a ótica do Direito Administrativo. Examina a evolução da Administração Pública, analisando-a a partir da concepção de Estado Liberal de Direito, passando pelo Estado social de Direito, até o Estado democrático de Direito. Descreve as formas de colaboração do particular no exercício das funções administrativas em cada uma dessas concepções. Destaca que a participação popular é uma característica do Estado Democrático de Direito, correspondendo ao interesse do indivíduo em participar da defesa de interesses públicos.

Palavras-chave: participação popular; administração pública.

309. PINHEIRO, Roseni.

A Dinâmica dos Conselhos Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro: três estudos de caso (Angra dos Reis, Bom Jesus de Itabapoana e Resende).

Revista de Administração Pública – Número 5, Volume 30.

Editores da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1996.

Analisa a recente experiência de municipalização dos serviços de saúde, A partir de pesquisa realizada em três municípios do estado do Rio de Janeiro. Procura explicitar as relações de poder entre os diversos atores: políticos, médicos, usuários , profissionais etc. Discute as formas de atuação dos conselhos e os limites estabelecidos atualmente para o exercício das funções de controle e gestão deliberadas para o Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: SUS; municipalização; controle; gestão.

310. PINHO, José Antônio Gomes ; SANTANA, Mercejane Wanderley e CERQUEIRA, Sonia Margarida Bandeira.

Gestão Pública em busca de cidadania : experiências de inovação em Salvador.

Organizações e Sociedade – Número 8, Volume 4.

Organizado pela Escola de Administração da UFBA

Salvador.

Analisa o tema da cidadania a partir de suas bases históricas e desenvolve as perspectivas para a questão no Brasil. Observa uma maior ativação do governo local no Brasil que passa por uma sociedade mais atenta, cobradora e participativa, mas também por uma crise profunda no campo econômico, abrindo caminho para um novo ideário de gestão pública onde são contemplados aspectos como a descentralização, a democracia e o resgate da cidadania, tanto por parte de governos democrático-populares como de corte mais conservador. Como uma manifestação dessa tendência, descreve e analisa o Programa Cidade-Mãe, voltado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco , o programa de Obras em parceria com a comunidade e o projeto Serviço de Atendimento ao Cidadão, que visa a instalação de postos para prestação de serviços públicos. Conclui notando que as duas primeiras experiências, realizadas por governos progressistas, buscam a formação da consciência popular para a prática do exercício da cidadania, enquanto que o projeto SAC, executado por um governo conservador, se enquadra mais numa "cidadania passiva", outorgada pelo Estado.

Palavras-chave: cidadania; participação; democratização; descentralização; parcerias; governo local; gestão pública.

311. PINTO, João Roberto Lopes.

Participação como direito.

Jornal da Cidadania – Número 21.

Organizado pelo IBASE

Rio de Janeiro – 1995.

Observa que a pressão e a fiscalização da sociedade sobre o processo orçamentário são elementos fundamentais para a distribuição democrática dos recursos públicos. Ressalta, no entanto, que a participação da sociedade no processo decisório depende em grande parte da vontade dos governantes em promovê-la. Mostra experiências bem-sucedidas de orçamento participativo, em que "a participação é tratada como um direito fundamental para a identificação e realização de outros direitos de cidadania".

Palavras-chave: orçamento; participação; cidadania.

312. POGGIESE, Héctor e FRANCIONI, Maria Del C.

Prospectiva e gestão conjunta: cenários de gestão conjunta e novas fronteiras entre o Estado e a sociedade.

Revista Política e Administração – Número 4, Volume 2.

Editora da FESP

São Paulo – 1994.

Analisa metodologicamente as novas fronteiras entre o Estado e a sociedade. Apresenta os impactos simultâneos no interior do Estado, nas políticas de descentralização e programas de desenvolvimento, na participação da cidadania e na consolidação do processo democrático. Discute as condições necessárias para definir a gestão conjunta e as possibilidades de transformação social.

Palavras-chave: participação; gestão conjunta

313. POLETTI, Ivo.

Democracia : uma construção popular.

Cadernos do CEAS – Número 148.

Organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1993.

Sugere que a construção de um projeto democrático brasileiro parta dos conteúdos experimentados nas iniciativas da organização popular, em sua diversidade regional e temática guardando autonomia com relação ao Estado.

Palavras-chave: democracia; estado; organização popular; movimento social.

314. PONTE, Adauto.

A empresa e as relações de trabalho.

Programas e Resumos do XXI Encontro Anual da ANPOCS

Editora da ANPOCS

Caxambu –1997.

Discute o estágio atual nas relações entre empregados e empregadores no Brasil, tendo como pano de fundo, de um lado, o processo mais geral de globalização econômica e seus impactos em nosso país e, de outro, a atitude empresarial em face dessas mudanças. Tal processo estaria conduzindo a uma maior aproximação entre empresas e sindicatos ou estaria distanciando-os?

Palavras-chave: relações empregado–empregador; globalização.

315. PRÁ, Jussara Reis.

Democracia e Cidadania na América Latina: a Utopia dos Anos 90.

Humanas. Revista do Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul –1994.

Examina as questões da cidadania e da democracia e a importância dos setores organizados da sociedade civil no processo de tomada de decisão política. Toma como referência as alterações políticas, culturais e sócio-econômicas ocorridas na América Latina. Destaca a concepção de

cidadania e argumenta o grande desafio na sua capacidade de promover uma transformação cultural que viabilize a democracia.

Palavras-chave: cidadania; democracia.

316. QUEIROZ, Marcos e VIANA, Ana.

Organização e o gerenciamento dos serviços de saúde : uma avaliação da experiência de Campinas.

Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 28.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1994.

Faz a análise experiência de municipalização dos serviços de saúde em Campinas. Analisa o gerenciamento do sistema, mostrando que o processo de implantação do SUS no Estado não foi acompanhado de políticas específicas visando o desenvolvimento de novas práticas gerenciais e novos instrumentos de avaliação e controle de gestão, o que torna inconsistentes as experiências desenvolvidas. Examina o financiamento das ações e a questão da integração rede básica-hospital, demonstrando que a intervenção da prefeitura para promover uma maior articulação entre as diversas partes do sistema de saúde é indispensável, porém insuficiente, sendo necessário um esforço equivalente proveniente das esferas estadual e federal.

Palavras-chave: controle do sistema de saúde; integração interinstitucional dos serviços de saúde.

317. QUEIROZ, Marcos S.

Desenvolvimento da Municipalização dos Serviços de Saúde em Campinas

Revista Administração Pública – Número 4, Volume 28.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro –1994.

Focaliza a experiência nos serviços de saúde e sua reforma administrativa em Campinas. Destaca a importância desse processo através da participação de atores sociais. Considera o contexto histórico da crise econômica brasileira e a descentralização dos serviços de saúde para a organização de um controle democrático. Demonstra as fases de desenvolvimento no processo de municipalização dos serviços e as limitações das experiências realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Palavras-chave: participação; democracia; descentralização.

318. RAISER, Ethel Valéria de Oliveira.

Participação direta do empregado no processo decisório e nível de produtividade nas organizações

Cadernos EBAP – Número 38.

Rio de Janeiro –1988.

Esclarece que o processo de diálogo na atualidade entre operariado e patronato indica novas mediações na relação capital/trabalho. As crises cíclicas do capital norteiam para a abertura e alianças com os trabalhadores, fazendo da participação nas instâncias decisórias um de seus instrumentos. Conceituação da participação direta sob os aspectos das diversas correntes da administração. A participação indireta é eminentemente individual com vistas à motivação no desenvolvimento de tarefas.

Palavras-chave: processo decisório; participação.

319. RAMALHO, José Ricardo.

Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate.

Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – Número 32.

Editora Relume Dumará

Rio de Janeiro –1991.

Apresenta os pontos principais do debate que vem se desenvolvendo dentro da discussão sobre trabalho e capital monopolista. Procura dar ênfase às questões relativas ao conflito e ao

consentimento e indicar as conseqüências dessa discussão para a teoria do processo de trabalho. Recompõe algumas colocações teóricas de Braverman e Burawoy.
Palavras-chave: trabalho; capital monopolista.

320. RANDOLPH, Rainer.

Planejamento local, acordos estratégicos e democracia: o caso do Rio de Janeiro.
Resumo dos trabalhos - XXI Encontro Anual da ANPOCS
Minas Gerais.

Analisa o planejamento comunicativo, democrático e participativo considerado como o resultado da reformulação das relações entre sociedade e Estado. Insere-se na questão da democracia tão presente nos discursos da sociedade contemporânea. Considera planejamento como a correlação de forças sociais que contraem entre si pactos e alianças em função de um ideal. Faz um contraponto entre a forma de planejamento de Porto Alegre - RS- que estaria mais próximo daquilo que considera planejamento comunicativo e o plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, preocupado em síntese com a eficiência, eficácia. Considera que os acordos estratégicos geralmente esbarram na questão da democracia.
Palavras-chave: gestão; participação; planejamento; democracia.

321. REIS, Tereza.

La experiencia de participacion de los trabajadores en la direccion y gestion de la Companhia de eletricidad de Bahia - COELBA
Revista Iberoamericana de Autogestion y Accion Comunal – Número 24.
Organizado pelo Instituto Intercultural para la autogestion y la accion comunal
Ano 1991.

Discute o processo de participação dos trabalhadores na gestão e direção da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), através da eleição direta pelos empregados, do diretor administrativo. A experiência ocorreu entre julho de 1987 e julho de 1989. Faz um breve histórico sobre a empresa. Relata como se configurou o processo da proposta de participação dos trabalhadores e como foi sendo concebida a idéia de criação de um conselho de representantes dos trabalhadores que atuariam junto ao diretor administrativo. Acentua que o modelo de participação não se baseava em modelos já conhecidos, como co-gestão, autogestão, participação na gestão. Apresenta seis itens que constituíam a proposta para democratização da empresa.
Palavras-chave: participação; democratização; autogestão; co-gestão

322. RIBEIRO, Carlos Alberto Corrêa.

A responsabilidade social da empresa: uma nova vantagem competitiva
Revista de Administração de Empresas – Número 1, Volume 33.
Editora fundação Getulio Vargas
São Paulo –1993.

Distingue dois modelos de organização da empresa: o modelo do homem da organização que foi hegemônico na geração dos executivos sem rosto, avessos aos riscos e apegados ao poder burocrático, mas que foi progressivamente, em função da competitividade e mudança do cenário econômico, substituído pela administração de vanguarda. A filosofia da administração de vanguarda prioriza a participação dos funcionários tanto nas decisões quanto nos lucros, o que proporciona as empresas que uma importante consciência social contraindo geralmente maior competitividade. Considera como principal fator de dificuldade de implantação de responsabilidade social das empresas no Brasil, a própria cultura do país.
Palavras-chave: responsabilidade social; participação; consciência social.

323. RIBEIRO, Carlos e SIMON, Walter.

Práticas orçamentárias participativas: um estudo de caso de prefeituras paulistas.
Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 27.
Editora fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1993.

Mostra que as práticas orçamentárias municipais diferem em municípios de portes diferentes. Discute o método utilizado para promover a participação dos cidadãos nas questões orçamentárias em Jaboticabal, Santos e São Paulo, observando uma variação na forma de implementação do método entre esses municípios assim como um processo de adaptação e ajustamento do mesmo. Nota que, por ser prática recente, o orçamento participativo ainda não foi institucionalizado, requisito essencial para o sucesso desse processo. Apresenta uma série de critérios de avaliação utilizados em cidades de outros países, nas quais as práticas participativas constituem uma norma, e sugere uma metodologia mais estruturada e efetiva de participação dos cidadãos na elaboração do orçamento. Expõe os procedimentos alternativos de participação popular utilizados por administrações públicas de outros países.

Palavras-chave: orçamento municipal; participação popular; critérios de avaliação; formas alternativas de participação.

324. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz.

Rio de Janeiro: um exemplo de metrópole partida e sem rumo?

Novos Estudos – Número 45.

Editora do CEBRAP.

Analisa as mudanças sócio-econômicas e espaciais ocorridas na última década na cidade do Rio de Janeiro. Avalia a instauração do projeto neoliberal, a globalização das relações sócio-político-econômico e culturais e o embate que este processo tem sobre a cidade. Acredita que o impacto com a globalização pode reforçar as tendências de dualização e fragmentação presentes no quadro de desindustrialização regressiva.

Palavras-chave: terceirização; globalização; participação social.

325. ROCHA, Elisa Amélia Souto.

A produção do desgaste operário numa empresa petroquímica.

Cadernos do CEAS – Número 147.

Editora Publigrati

Salvador – 1993.

Descreve e analisa o padrão do desgaste do trabalhador na forma de imediata ruptura de sua integridade física ou mental, levando em conta que este fator também é um tormento na luta entre trabalho e capital. Demonstra fatores que contribuem para tal desgaste. Observa como as diferentes formas de gestão que colaboraram para que houvesse o desgaste do operário.

Palavras-chave: desgaste do trabalhador.

326. RODRIGUES, Iram Jácome.

Alcances e limites da experiência das comissões de fábrica.

Comissões de Fábrica - Uma Década do Novo Sindicalismo

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 40.

Editora FASE – 1989.

Analisa a importância das comissões de fábrica. Afirma que a organização, por local de trabalho, possui uma importante dimensão educativa para o trabalhador. Diferencia o papel do sindicato e o da comissão de fábrica. Sucintamente, relata a perspectiva histórica da trajetória do movimento operário no Brasil. Apresenta as conquistas das comissões de fábrica, citando a experiência da Ford de São Bernardo. Considera a ambigüidade das comissões de fábrica: ao mesmo tempo em que funcionam como centro de poder na produção, elas são antes de tudo organismos que privilegiam a negociação.

Palavras-chave: comissão de fábrica; negociação.

327. RODRIGUES, Iran Jácome.

Ressurgimento das comissões de empresas no Brasil pós 78.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 40.
Editora FASE –1989.

Faz um relato geral sobre a história da representação do trabalhador no Brasil desde 1919 até 1968. Posteriormente, analisa o nascimento do novo sindicalismo no Brasil a partir de 1978. Define comissão de fábrica e analisa sua atuação nos anos 80, em São Paulo. Faz um balanço das greves ocorridas em São Paulo entre 1982 e 1985.

Palavras-chave; sindicalismo; greve; comissão de fábrica.

328. RODRIGUES, Leôncio Martins.

Reconstruindo as novas relações de trabalho.

Programas e Resumos do XXI Encontro Anual da ANPOCS

Editora da ANPOCS

Caxambu – 1997.

Analisa as mudanças ocorridas na década de 80 que ficaram conhecidas como "dessindicalização". Associa estas mudanças com as novas tecnologias, ascensão de governos hostis aos sindicatos, derrota dos partidos de esquerda, fim dos regimes socialistas do Leste europeu, reestruturação das formas de gestão, etc. Busca a apreciação mais detalhada de cada um destes pontos no fenômeno da "dessindicalização".

Palavras-chave: dessindicalização; novas tecnologias.

329. RODRIGUES, Maria João e LIMA, Marinús Pires de.

Trabalho, emprego e transformações sociais: Trajetórias e dilemas das ciências sociais em Portugal.

ANÁLISE SOCIAL – Número 95, Volume 23.

Instituto de Ciências Sociais de Lisboa

Lisboa –1987.

Apresenta um balanço histórico e crítico do desenvolvimento das Ciências Sociais em Portugal em torno da problemática do trabalho e do emprego. Articula essas disciplinas com a evolução do contexto da maturação do capitalismo industrial e da expansão das classes assalariadas urbanas. Trata separadamente dos seguintes períodos: séc. XX a 1926, anos 1926 à 49, anos 50, de 1960 à 74, de 1974 à 81 e de 1981 à 85. Analisa os pontos fortes adquiridos, as insuficiências e as principais perspectivas para o futuro nas temáticas do trabalho e do emprego.

Palavras-chave: trabalho; emprego; capitalismo industrial.

330. ROLNICK, Raquel.

Governar São Paulo: primeiros passos na gestão Erundina.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – 45.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1990.

Analisa a gestão municipal do governo de Luiza Erundina em São Paulo, apontando as dificuldades em democratizar a gestão, em virtude de leis que engessam, burocratizam e centralizam nas mãos do Estado as decisões administrativas. Faz uma análise do Partido dos Trabalhadores. Analisa o Plano Diretor e a Reforma Urbana em São Paulo.

Palavras-chave; democratização; PT.

331. ROLNIK, Raquel.

Reforma urbana e revisão constitucional: limites e perspectivas.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 57.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1993.

Considera que a emenda popular de reforma urbana enfrentou dois tipos de resistência no Congresso Nacional: a primeira derivada dos grupos que atuam na área de incorporação

imobiliária; a outra advém da natureza técnico-corporativa enraizada na administração pública brasileira. A emenda popular da reforma urbana mostrava que a cidade poderia ser produzida de outra forma que os modelos propostos pelos técnicos. Defende que o futuro das cidades depende cada vez mais da capacidade de defesa e auto-organização da cidadania, mas que não têm sido ampliados os espaços de interlocução com a sociedade no processo de elaboração de políticas públicas. O planejamento urbano tem estado a cargo da tecnocracia.

Palavras-chave: cidadania; planejamento urbano.

332. ROLNICK, Rauquel e GRAZIA , de Grazia.

Plano diretor: limites da participação popular.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora FASE – 1993.

Defende que os textos constitucionais não avançaram na questão da reforma urbana. Na elaboração dos planos que ocorre nos municípios é concedido enorme poder a um segmento - os urbanistas - detentores do saber-fazer do planejamento urbano. Apresenta a experiência do Plano Diretor de São Paulo. Aponta características dos setores populares desta cidade. Conclui afirmando que a participação popular na gestão, principalmente no planejamento urbano, ainda é muito limitada e que é necessário ampliar as bases desta participação.

Palavras-chave: participação popular; democratização; planejamento; política urbana; setores populares; municipalidade.

333. RONCONI, Reginaldo.

Desfrutar a cidadania plena: uma luta do cotidiano.

Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 47.

Editora FASE

Rio de Janeiro –1990.

Analisa a situação da questão habitacional na cidade de São Paulo, mostrando dados que revelam um quadro de péssima condição de moradia. Acentua que o movimento mais organizado no município é aquele envolvido na questão habitacional, enfatizando que a bandeira do movimento assenta-se na autogestão dos projetos habitacionais. Lista algumas experiências estimuladas em alguns bairros de São Paulo pelo movimento, os quais foram realizados em esquema de mutirões. Analisa o FUNAPS, Programa de financiamento comunitário para compra de material de construção para associações voltadas para questões habitacionais, atuando na faixa de zero até quatro salários mínimos.

Palavras-chave: autogestão; política habitacional.

334. ROSSI, Maria de Fátima Pereira.

Gestão sindical: uma difícil equação.

Resumo dos Trabalhos da ENANPAD 97

Rio de Janeiro.

Destaca o enfraquecimento do Novo Sindicalismo enquanto movimento. Este voltou-se para outras necessidades como a maior preparação do dirigente para atuar no âmbito das negociações com os empresários bem como no âmbito da organização sindical, como gestor. Assim, a estrutura organizativa do sindicato, tornou-se um espaço privilegiado para análise de questões enfrentadas pelo sindicalismo e pelos seus dirigentes. Propõe análise do sindicato como uma organização em busca de uma eficiência quanto à consecução dos seus objetivos. Apresenta os principais tópicos abordados em estudo realizado junto a quatro grandes sindicatos de Belo Horizonte.

Palavras-chave: novo sindicalismo; sindicatos de Belo Horizonte.

335. ROSSO, Sadi Dal.

A inspeção do trabalho.

Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 30.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro –1996.

Faz uma análise conceitual da inspeção do trabalho. Distinção entre a inspeção estatal e inspeção social do trabalho. Estudo da evolução histórica da inspeção do trabalho. Avalia a prática brasileira de inspeção do trabalho e o futuro da inspeção do trabalho em consonância com a proposta da participação social no controle das condições de trabalho.

Palavras-chave: controle social; trabalho.

336. S/REF.

Depois das chuvas: o projeto de reconstrução de casas populares em São João de Meriti.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 47.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1990.

Descreve a experiência do movimento popular no Projeto de Reconstrução de casas populares em São João de Meriti, após as fortes chuvas de fevereiro e março de 1988. O projeto surgiu por iniciativa do movimento popular, já que o poder público não se mobilizou para atender às famílias desabrigadas. Mostra a dificuldade em selecionar as famílias que deveriam ser atendidas, assim como em mobilizar os moradores para os mutirões. Aponta tensões e contradições do mutirão: significa um processo educativo porque traz como referencial a solidariedade, a organização e a transformação da realidade vivida coletiva. Mas acentua que traz tensões geradas pelas disputas pessoais e pela desconfiança. Ressalta que a qualificação técnica da equipe através aliada de engenheiros, advogados, assistentes sociais aliada à experiência de atuação do movimento, ajudou a fazer a relação necessária entre o saber técnico e o saber popular, fundamental para o avanço do projeto.

Palavras-chave: movimento popular; esfera pública.

337. S/REF.

Fórum capital / trabalho.

Instituto de Estudos Avançados – Número 14, Volume 6.

Editora da USP

São Paulo –1992.

Refere-se à primeira etapa do Fórum realizado em 1991 sediado na USP com a participação de representantes do Capital (FIESP e outros), do trabalho (CUT, CGT e outros) e da Universidade. Relata alguns pontos das linhas de debate: "Reforma do Estado, Reforma Fiscal e Revisão da Constituição", "Políticas de Renda e de Modernização das relações Capital - Trabalho", "Políticas Agrícola, Industrial e do Comércio" e "Política de Educação Ciência e Tecnologia". Apresenta os documentos "Carta Educação" e "Carta Ciência e Tecnologia" como resultado dessa primeira parte do Fórum.

Palavras-chave: capital; trabalho; políticas; reformas.

338. S/REF.

Relação Sociedade-Estado no contexto brasileiro.

Cadernos EBAP – Número 83.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro.

Discute a "Relação Sociedade-Estado no contexto brasileiro" o fórum foi realizado pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) em parceria com o CEDAC. Apresenta os objetivos do PEGS de transferência de tecnologia administrativa e a implementação de estudos em gestão social. Discute diversas questões, tais como: a representação política; os processos de decisão; os espaços públicos e privados; transformações advindas da informatização; cidadania; esfera pública de ação; e limites da ação do Estado.

Palavras-chave: transferência de tecnologia; Programa de Estudo em Gestão Social.

339. S/REF.

Rumo à construção da central de movimentos populares.
Por uma central dos movimentos populares.
Revista de Cultura Vozes
Coordenação Nacional da Pró-Central de Movimentos Populares
Rio de Janeiro –1991.

Analisa o caráter atomístico dos movimentos populares e a necessidade de assegurar suas condições de subsistência. Considera a proposta da construção de uma Central para servir de pólo de intercâmbio dos diversos movimentos. Define os papéis da Central e os caminhos para o seu processo de construção.

Palavras-chave: movimentos populares; participação.

340. S/REF.

Tratado sobre a questão urbana.
Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.
Editora FASE –1992.

Ressalta a necessidade da reforma urbana basear-se na participação dos cidadãos no processo de decisão das políticas a nível local, nacional e internacional. Define: direito à cidadania; gestão democrática da cidade; função social da cidade e da propriedade. Lista dezoito propostas para que os cidadãos participem da administração pública.

Palavras-chave: participação popular; reforma urbana; democracia.

341. SAFFIOTI, Heleieth I. B. e FERRANTE, Vera L. S. B.

Formas de participação da mulher em movimentos sociais
Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.
Editora FESP
São Paulo –1985.

Pretende mostrar a participação da mulher em movimentos sociais na defesa de uma ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Emergem formas de mobilização fora do espaço institucionalizado dos partidos políticos e sindicatos, na busca de uma cidadania mais plena. Analisa os movimentos sociais como expressões de luta com objetivo de promover mudanças, observando a trajetória das mulheres enquanto agente desses movimentos, na sua trajetória do espaço "privado" ao espaço "público". Destaca os movimentos sociais nucleados na reprodução e na produção, além das principais manifestações do movimento feminista.

Palavras-chave: movimento social; participação.

342. SALAZAR, Germano T. e SOARES, Cecília C.

Cultura organizacional e cooperativismo central de laticínios.
ENANPAD
Administração rural e agro-industrial.

Focaliza a cultura organizacional, analisando desde sua formação, desenvolvimento e manutenção; os detentores do poder e as tomadas de decisões; onde a influência dos fundadores ainda é forte.

Palavras-chave: participação; cooperativa.

343. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce.

Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local
Revista de Administração Municipal – Número 219.
Rio de Janeiro –1996.

Faz a análise da relação entre arranjos institucionais na direção do desenvolvimento sustentável. Enfoca a importância do espaço local no contexto dos arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável, apresentando idéias de teóricos que discutem a temática. Aponta alternativas sobre processos participativos. Discute movimentos sociais como elementos fortalecedores da sociedade civil.

Palavras-chave: processos participativos desenvolvimento sustentável.

344. SANCHES, Elizabeth.

Comprometimento organizacional: um estudo de caso.

ENANPAD

Usa como material para sua pesquisa um grupo de supervisores e dois grupos de trabalhadores para analisar de maneira concreta o grau de comprometimento dentro da empresa e as características organizacionais e do trabalho, ou ambas.

Palavras-chaves: trabalho; participação; coordenação.

345. SANTANA, Mercejane Wanderley.

Poder local e desenvolvimento em contexto conservador: o caso de Senhor do Bonfim-Bahia.

Organizações e Sociedade – Volume 4.

Universidade Federal da Bahia.

Bahia –1996.

Analisa a dicotomia entre administração pública moderna e tradicional, tendo como referência o município de Senhor do Bonfim - Bahia, privilegiando a atuação de diversos atores do poder econômico, social e político local. Conceitua "poder local" e organiza algumas idéias em busca de um paradigma. Apresenta duas vertentes: a primeira posição é caracterizada por países que apresentam formas econômicas desarticuladas; na segunda posição, aponta a existência de atores capazes de lutarem pelos interesses locais. O desenvolvimento local é tema de debate, observando a redemocratização vivenciada pelo Brasil a partir dos anos 80. Conclui observando que os gestores locais de Senhor do Bonfim ainda desconsideram a participação de atores sociais na promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: poder local; democratização.

346. SANTOS, Erisvaldo Pereira dos.

Movimento negro e estado no Brasil: a heteronomia dos velhos pilares.

Cadernos do CEAS – Número 170.

Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1997.

Define movimento social negro e Estado. Analisa o movimento social negro brasileiro contemporâneo. Assinala que a qualidade da organização e da militância do movimento nas duas últimas décadas, o avanço e as conquistas do processo de democratização e a construção de novas categorias de análise sócio-políticas colocam a questão racial diante de um grande desafio: trata-se da relação entre movimento negro e o Estado, cuja marca histórica tem sido a assimetria da relação.

Palavras-chave: movimento social; movimento negro; Estado.

347. SANTOS, Joel Rufino.

Movimento negro e a crise brasileira.

Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.

Editora da FESP

São Paulo –1985.

Analisa o movimento negro brasileiro em seu contexto histórico, no conjunto das diversas circunstâncias. Debate sobre a importância do movimento negro destacando a tendência de encarar a questão étnico-racial em separado da estrutura de classes e das relações de poder

político. Descreve os dilemas desse movimento no aspecto da crise brasileira, no conjunto de ações organizadas na luta pela sobrevivência, utilizando-se de instrumentos políticos
Palavras-chave: movimento social; participação.

348. SANTOS, Nelson Rodrigues.

Prestação de contas na gestão da saúde em Campinas.

Saúde em debate – Número 21.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Núcleo de Estudos em saúde Coletiva - NESCO.

Curitiba.

A partir da experiência da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas. Apresenta uma proposta de como uma gestão democrática deve prestar contas à população dos trabalhos desenvolvidos na área de saúde pelo município, com vistas a garantir que a população seja a grande beneficiada com os gastos públicos de saúde.

Palavras-chave: prestação de contas; informação; gestão da saúde.

349. SANTOS, Orlando A Júnior.

A Experiência da ABM na luta por uma gestão democrática de cidadania.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular –Número 47.

Editora FASE

Rio de Janeiro – 1990.

Analisa a atuação da Federação ABM frente ao poder público. Acentua que a Federação tem buscado capacitação a fim de aprimorar seu potencial de negociação junto ao setor público, através de instrumentalização das lideranças através de alguns conteúdos técnicos que possibilitem a participação popular no processo de gestão. Acentua as conquistas que o movimento popular obteve tanto no saneamento básico, quanto na área da saúde. Apresenta dados relacionados à renda, condições de moradia, condições de trabalho dos moradores do município. Apresenta metodologia e estratégia de ação da Federação para atender às famílias desabrigadas pelas enchentes de 1988.

Palavras-chave: participação; movimento popular.

350. SANTOS, Theotônio dos.

A crise e os movimentos sociais no Brasil.

Revista Política e Administração – Número 2, Volume 1.

Editora FESP

São Paulo –1985.

Descreve os movimentos sociais em seu contexto histórico para analisar a relação entre a crise e os movimentos sociais no Brasil. Coloca a relação do desenvolvimento capitalista entre classes e movimento social, identificando a relevância particular dessa tendência de avaliar os movimentos sociais à luz do capitalismo. Destaca, no caso do Brasil, os processos de redemocratização e a formação dos movimentos sociais associados à formação da cidadania e constituição da democracia. Situa os grandes movimentos sociais num quadro de crise, considerando-a desmobilizadora dos movimentos organizados.

Palavras-chave: movimento social; redemocratização

351. SCHIOCHET, Valmor.

Sociedade civil e democracia.

Cadernos do CEAS – Número 151.

Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1994.

Constata o ressurgimento da sociedade civil, em contraposição ao mercado e ao Estado como vetores civilizatórios. Aponta a insuficiência das formulações teóricas socialistas e liberais. Procura reconstruir uma concepção de sociedade civil enquanto esfera pública e enquanto conjunto de relações sociais mediadas pela solidariedade.

Palavras-chave: sociedade civil; mercado; Estado.

352. SEDUP/GRS

Os assalariados da cana-de-açúcar no brejo paraibano.

Cadernos do CEAS – Número 105.

Editora Publigrati

Salvador –1986.

Analisa as relações de trabalho no 'Brejo' paraibano que, a partir do PRO-ALCOOL (1974), sofre uma fase de reformulações. Constrói o perfil dos trabalhadores, classificando-os como: moradores das terras do engenho, moradores de ponta de rua dos municípios produtores, moradores de ponta de rua de municípios vizinhos e moradores da zona rural. Descreve cada um destes tipos e como se dá o processo de construção deles, como uma classe. Procura traços que os relacione com um modelo de classe proletária e mostra suas características. Oferece dados relativos às condições de trabalho e a renda.

Palavras-chave: trabalhadores da cana-de-açúcar; formação de classe.

353. SEGATO, Rita Laura.

Cidadania: por quê não? Estado e sociedade no Brasil à luz de um discurso religioso afro-brasileiro.

Revista DADOS – Número 3, Volume 38.

Organizado pelo IUPERJ

Rio de Janeiro –1995.

Discute cidadania, relação estado-sociedade, movimento negro, a partir da análise do discurso mítico do culto Xangô da cidade de Recife. Mostra que existe, entre os membros dos cultos afro-brasileiros em geral, uma postura crítica e de desconfiança em face das instituições do Estado nacional brasileiro e um retraimento deliberado em relação à lei que as sustentam. Examina as possíveis razões pelas quais esse olhar crítico resiste a se converter em um olhar político.

Palavras-chave: cidadania; movimento negro.

354. SERENO, Marcelo Borges.

A atualidade da luta pela jornada de 40 horas no Brasil.

Revista Mercado e Trabalho: Conjuntura e Análise- IPEA

Rio de Janeiro –1996.

Ressalta que, desde o início do século XIX, o fim do trabalho infantil, do trabalho noturno, e a redução da jornada primeiro para 10 horas, depois para 8 horas, fazem parte das reivindicações sindicais. Mostra que a partir da conquista das 35 horas pelo sindicato alemão IG Metall, na década de 80, a estratégia sindical para geração de novos empregos voltou a enfocar esta questão. Comenta que no Brasil a luta pela redução de jornada tem estado na pauta de negociação coletiva dos metalúrgicos, químicos e bancários, que brigavam pelo turno de 6 horas diárias. Revela que, apesar do esforço, quase 40 % dos ocupados têm jornada superior a 44 horas semanais, e que no período de 91/95, a produtividade cresceu 42% como consequência de demissões em massa, larga utilização de horas-extras e a introdução da automação tecnológica.

Coloca que a apresentação do contrato de trabalho temporário pelo Governo, não combate o desemprego e apenas precariza e subemprega a mão de obra, pois o que deve ser feito é a adoção de jornada máxima de 40 horas. Afirma que sem uma redução generalizada da jornada de trabalho, sem uma mudança nas prioridades do Governo com relação à política agrícola e industrial - negociadas com a sociedade - não atingiremos uma solução duradoura.

Palavras-chave: jornada de trabalho; contrato de trabalho temporário.

355. SHAIKEN, Harley.

Tecnologia e organização do trabalho na indústria automobilística mundial: um estudo de caso de fabricação avançada no México e nos Estados Unidos.

Gestão da empresa – Automação e Competitividade

Organizador pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas.

Investiga através de um estudo de caso da produção de motores na indústria automobilística (uma americana e outra mexicana) em que se comprovou que apesar da alta tecnologia ainda é necessário uma mão-de-obra especializada, que apresente um conhecimento que só se torna possível através de longa experiência. Acompanhou a técnica gerencial especializada em diversas partes do mundo combinada ao treinamento da força de trabalho como um fator primordial para a otimização destas empresas.

Palavras-chave: trabalho; flexibilização; sindicato; processo decisório; re-treinamento

356. SIGAUD, Lygia.

A política "social" do setor elétrico.

Sociedade e Estado – Número 1, Volume 4.

Organizado pela Universidade de Brasília

Brasília –1989.

Analisa dimensões da política de geração de energia, no que se refere, especificamente, às suas implicações sociais e na indicação de alguns dos seus impasses. Destaca que esta política tem a particularidade de gerar não só hidreletricidade, mas também efeitos sociais, perversos, que parecem remeter a princípios e procedimentos comuns a todas as empresas do setor elétrico. Enfatiza o caráter autoritário do processo de tomada de decisão no setor elétrico estatal brasileiro. Indica como necessário uma mudança na relação estado-sociedade no setor.

Palavras-chave: Eletrobrás; processo decisório; política social.

357. SILVA, Carlos Eduardo de Souza e.

Contratos de gestão nas empresas estatais: estrutura, problemas e acompanhamento.

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 29.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1995.

Busca fornecer fundamentos para adaptação e implementação da flexibilização da gestão estatal no Brasil, através de experiências internacionais de contratos de gestão, sobretudo na França.

Palavras-chave: contrato de gestão; flexibilização

358. SILVA, Flavo Jorge Rodrigues da; PEREIRA, Márcia Acorsi; PONTUAL, Pedro.

Participação popular na administração pública.

Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 54.

Editora FASE –1993.

Fala sobre a possibilidade de serem criadas diferentes formas institucionais de transformar as relações com a população, no estabelecimento de parcerias entre Estado e os diversos segmentos da sociedade. Esses canais podem ser permanentes ou eventuais, setoriais ou globais, regulamentados ou normatizados, consultivos e deliberativos. Afirma que a participação popular é capaz de construir uma nova cultura política que se oponha à cultura autoritária e excludente. Acentua a importância da educação popular para o resgate da cidadania. Defende que a reforma do Estado deva ser feita de modo a garantir a hegemonia da sociedade em torno das políticas públicas. Para isto, aponta a necessidade de algumas iniciativas: transparência das ações de governo, política de inversão de prioridades e abertura de canais de participação. Ressalta que as políticas e práticas que visem a participação popular não devem estar voltadas apenas para a população organizada, mas deve direcionar-se para a população ainda não organizada, já que esta é majoritária. Analisa os movimentos sociais. Relata os programas de habitação desenvolvidos na gestão da prefeita Luíza Erundina, enfatizando a criação dos Foros Regionais e os conselhos de habitação popular. Conclui afirmando que a participação popular na cidade de São Paulo ainda se constitui em ações isoladas, que ainda não se configura como algo essencial impregnado nos atos administrativos. Além disso, ressalta a resistência da própria população - reflexo de anos de opressão - em incorporar práticas participativas como elemento do seu cotidiano.

Palavras-chave: cultura política; cidadania; política habitacional.

359. SILVA, Josué Pereira da.

A crise da sociedade do trabalho em debate.

Revista de Cultura e Política Lua Nova – Número 35.

Editora do CEDEC

São Paulo –1995.

Justifica o termo “crise”, pois numa chamada sociedade de trabalho, onde cada vez mais o homem é substituído por máquinas para executar o trabalho ou funciona simplesmente como vigia, o trabalho deveria ser oferecido a, pelo menos, quem se interessasse; as sociedades de capitalismo tardio já não têm como, ou não necessitam mais, oferecer trabalho para todos que desejam trabalhar. Isso vai de encontro ao fato de que, nessas sociedades, o trabalho assalariado não deixou de ser a forma privilegiada de acesso à cidadania social e à atividade para a qual estão voltados alguns dos valores e objetivos centrais da vida individual. Analisa contribuições de diversos autores.

Palavras-chave: trabalho.

360. SILVA, Luís Antônio Souza e.

Estratégias sindicais e relações de trabalho.

Programas e Resumos do XXI Encontro Anual da ANPOCS

Editora da ANPOCS

Caxambu – 1997.

Apresenta e discute o quadro das principais estratégias sindicais diante das novas configurações do trabalho e das tendências das relações industriais no Brasil: trabalho em grupo, just-in-time, qualidade total, etc.

Palavras-chave: estratégias sindicais.

361. SILVA, Maria Laís Pereira.

Notas sobre o planejamento participativo: alguns problemas segundo técnicos do setor público.

Revista de Administração Municipal – Número 219.

Rio de Janeiro –1996.

Faz a apresentação de metodologias para o processo de planejamento participativo, que facilitam a interação entre técnicos envolvidos em projetos relacionados aos setores públicos de planejamento e gestão com atores representativos dos movimentos sociais. O estudo é baseado na formulação de uma proposta metodológica em “escala de bairro”, que previa a participação popular, desenvolvida pelo IBAM para a Secretaria Municipal de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro. Discute as principais dificuldades que surgem num processo de participação: questões ligadas à representatividade das organizações comunitárias; linguagem técnica e o eixo da participação, questionando se esta deve ser apenas territorial (restrita às organizações de bairros) ou se deve contar com a participação setorial (associações comerciais e empresariais em geral, sindicatos, clubes de serviço).

Palavras-chave: planejamento participativo; co-gestão; organizações comunitárias.

362. SILVA, Ronaldo André e ALMEIDA, Myrian C.

Terceirização e quarteirização: indicativos estratégicos para implementação.

ENANPAD

Analisa as repercussões da globalização, na reestruturação produtiva influenciando mudanças tecnológicas e estruturais na organização. Detecta uma preocupação em aumento de capital em detrimento do Trabalho. Surgem a Terceirização e Quarteirização como soluções para o enxugamento corporativo. Juntamente com essas parcerias cooperativas acompanha a subcontratação.

Palavras-chave: trabalho; cooperativas; reestruturação trabalho; cooperativas; reestruturação.

363. SILVA, Salete.

Descentralização e cidadania: desafio do poder local.

Revista da Administração Pública -

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro.

Descreve o processo de descentralização da prefeitura de Salvador, em 1986. Compara o movimento popular espanhol durante a ditadura Franco com a história do movimento popular do Brasil, que durante a ditadura militar se expressou através das associações de moradores que combatiam o regime. Analisa a participação. Propondo novas formas de atuação do cidadão dentro do processo de discussão, que vão além da criação de conselhos. Afirma que a descentralização permite interação entre governo e sociedade. Destaca que o programa de descentralização do governo para ser eficaz deve ter um só grande eixo direcionado à grande massa de excluídos e estar centrado no cidadão.

Palavras-chave: descentralização; participação; cidadania.

364. SIQUEIRA, Moema de Miranda.

Cultura e Organizações Públicas.

Revista do Serviço Público – Número 2, Volume 120.

Editora ENAP

Brasília –1996.

Analisa a cultura como conjunto de valores sociais, estendendo-se à cultura interna das organizações, essencial para viabilizar as estratégias e os processos de mudança. Aborda o tema sobre vários enfoques. Na abordagem comportamental: sistêmico (organização do comportamento); clima organizacional (grau de satisfação); estudos de QVT (Qualidade de vida no trabalho); comprometimento organizacional (identificação do indivíduo). Na abordagem psicológica: cognitivo (aprendizagem individual); psicanalítico (identidade individual e coletiva); antropológica (integração de material tecnológico, sociológico e ideológico). Propõe referentes que orientem esse espaço. Na abordagem interdisciplinar: ampliar a capacidade de análise e compreensão do fenômeno. Justifica o interesse por esse estudo, pelo fato dessas organizações serem financiadas pelos contribuintes.

Palavras-chave: organizações públicas; participação.

365. SMITH, William C.

Reestruturação neoliberal e cenários da consolidação democrática na América latina.

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Revista DADOS – Número 2, Volume 36.

Organizador pelo IUPERJ

Rio de Janeiro –1993.

Oferece uma visão macroeconômica do assunto. Sugere que as reformas estruturais implementadas pelos governos civis latino-americanos pós-transição aceleraram a implantação de um modelo de acumulação excludente. Considera que as reformas de liberalização do mercado provavelmente impeçam o nascimento de um abrangente compromisso democrático de classe, fundado na ampla coordenação das elites estatais com os empresários e os trabalhadores sindicalizados. Sustenta que as transformações forçadas pelas reformas neoliberais não são incompatíveis com a sobrevivência e talvez mesmo com a consolidação de uma ordem política democrática; porém, a questão é que tipo de sistema democrático poderá ser criado.

Palavras-chave: neoliberalismo; democracia; cidadania.

366. SOARES, Darli; SOUZA, Francisco Eugenio de; OLIVEIRA, Francisco Carlos Mouzinho de; CAMPOS, João J.

As eleições em Londrina: uma proposta democrática e popular.

Saúde em debate – Número 21.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.
Organizado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.
Curitiba.

Apresenta a proposta de uma nova política municipal de saúde, democrática e popular. Faz um breve histórico da organização dos serviços de saúde em Londrina. Visando traçar um diagnóstico de Saúde, analisa as características da população londrinense, o seu nível de saúde e o Sistema Prestador de Serviços de Saúde existente no município. Descreve as principais diretrizes, fundamentadas na VIII Conferência Nacional de Saúde e centradas na ampliação e aperfeiçoamento da rede de saúde instalada; no desenvolvimento de recursos humanos; no aprimoramento da qualidade do atendimento e na democratização do sistema municipal de saúde. Indica algumas metas prioritárias a serem viabilizadas, insistindo na necessidade do surgimento de propostas nos demais setores.

Palavras-chave: serviços de saúde; democratização; participação popular.

367. SOARES, Maria Regina e CHEIBUB, Zairo Borges.

Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira.

Revista Brasileira de Ciências Sociais – Número 31, Volume 11.

Editora ANPOCS

São Paulo – 1996.

Examina a percepção de setores estratégicos de elite brasileira sobre o processo de transição democrática. Procura avaliar o grau de consolidação em que este processo se encontra e, também, a valorização e/ou legitimidade que os membros dos diferentes setores da elite atribuem às instituições políticas representativas.

Palavras-chave: democracia; transição democrática; elites.

368. SOARES, Rosa Maria Sales de Melo.

Gestão da empresa, padrões tecnológicos e trabalho.

Gestão da empresa – Automação e Competitividade.

Brasília.

Introduz os trabalhos com uma convocação ao estudo das consequências da automação microeletrônica nos sistemas produtivos das fábricas e nos serviços de escritório, provocando alterações profundas nas formas de gestão da produção e da força de trabalho e consequentemente afetando a rentabilidade dos investimentos.

Palavras-chave: trabalho; sindicato; gestão participativa; negociação; representantes dos trabalhadores.

369. SOARES, Rosa Maria Sales de Melo.

Gestão e relações de trabalho na empresa estatal brasileira.

Tecnologia, Produtividade e Participação.

Brasília.

Retoma a questão das relações de trabalho na empresa – enfoques organizacionais e de gestão - trabalhando questões tais como: a Participação do trabalhador na empresa (ponto chave para o aumento da produtividade) e a Participação Sindical. Ambos fundamentais ao bom desempenho da empresa desde que exaltando aspectos que precisam ser observados e despertados : a participação ativa, atenção, responsabilidade, feeling para detectar pontos , capacidade de pronta interferência e outros – pontos nevrálgicos de interesses entre empresa e trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho; sindicato; gestão participativa; negociação.

370. SOARES, Rosa Maria Sales de Melo.

O trabalhador e a democratização das relações de trabalho nas empresas estatais.

Tecnologia, Produtividade e Participação.

Brasília – 1990.

Realiza um estudo das formas de participação e/ou representação dos empregados nas instâncias de direção das empresas. Demonstra a postura e reações das empresas quanto à participação dos trabalhadores e a reação dos mesmos. Analisa os mecanismos de co-gestão e autogestão.
Palavras-chave: participação; co-gestão; autogestão.

371. SOLA, Lourdes.

Estado, reforma fiscal e governabilidade democrática. Qual Estado?

Cadernos CEBRAP – Número 41.

Rio de Janeiro.

Situa a experiência brasileira de ajustamento estrutural com democratização à luz das abordagens correntes na literatura comparada desde 1970. Faz uma análise das insuficiências teóricas desta literatura para dar conta das transformações do Estado e de suas formas de assentamento na sociedade da América Latina em geral e do Brasil, em particular. Estuda a incorporação dos elementos de excepcionalidade do caso brasileiro, para ampliação do escopo analítico dominante entre os autores que tratam da interação entre fatores econômicos e políticos nos processos de ajustamento à democratização.

Palavras-chave: ajustamento estrutural; democratização.

372. SOLER, Salvador.

Movimentos sociais urbanos populares na atual conjuntura: agentes de transformação social?

Cadernos do CEAS – Número 154.

Centro de Estudos e Ação Social

Salvador –1994.

Problematiza a difícil relação entre movimentos populares e aparelho governamental na busca de se construir uma cidadania democrática ampliada, a partir de experiência vivida no Recife, destaca o aspecto institucional da participação política de setores populares.

Palavras-chave: movimentos populares; cidadania; participação.

373. SOUZA, Isabel R. O Gomez de.

A estratégia administrativa de administração pública.

Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 21.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1987.

Faz a análise do processo de participação popular na gestão da coisa pública incentivado pelo próprio governo, chamada "estratégia participativa de administração". Examina os pressupostos ideológicos de tal estratégia, tendo como hipótese de trabalho que a relação entre estratégia participativa e democracia não é necessária quando a organização da comunidade ocorre a partir da iniciativa estatal. Apresenta argumentos favoráveis e desfavoráveis da estratégia.

Palavras-chave: administração pública; participação.

374. SOUZA, Celina Maria.

A crise do Estado e do seu aparelho.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 25.

Editora da Fundação Getulio Vargas

Rio de Janeiro – 1991.

Procura, para além do marco teórico do marxismo e do liberalismo, estabelecer novas formas de compreensão das transformações do e no Estado, assim como, suas relações com a sociedade civil organizada. Observa que as propostas existentes nesta direção giram em torno de três princípios básicos: socialização, descentralização e autonomização.

Palavras-chave: Estado; sociedade civil organizada; socialização; descentralização; autonomização.

375. SOUZA, Celina Maria.

Democracia, participação social e funcionamento das instituições: situação e perspectivas da federalização do desenvolvimento.

Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 26.

Editores da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1992.

Analisa uma retrospectiva histórica do federalismo a partir da perspectiva da divisão institucional de trabalho entre esferas do governo. Toma o meio ambiente como questão central para abordar o papel das instituições governamentais e não-governamentais, descentralização, democracia e desempenho do setor privado nas funções da esfera da União. Destaca a questão da centralização versus descentralização das políticas públicas nacionais relacionada com a etapa histórica e o ambiente social do país.

Palavras-chave: democracia; participação social; descentralização; políticas públicas.

376. SOUZA, Celina Maria.

Política urbana e participação popular.

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 23.

Editores da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1989.

Faz um exame da Constituição Federal de 1988 sob a ótica das inovações que promoveu no que diz respeito à política urbana e à possibilidade de participação dos movimentos sociais em sua definição e acompanhamento. Identifica e analisa os dispositivos constitucionais relacionados com tais matérias. Conclui que a Constituição de 1988 representou, ao reconhecer que existe uma questão urbana no Brasil, um avanço que tange à política urbana, embora seus dispositivos não tenham tocado nas questões fundamentais que atingem as cidades. Destaca que tais conquistas só acontecerão pela pressão popular, que encontra respaldo no novo texto constitucional, na medida em que enfatiza em seus dispositivos a participação popular.

Palavras-chave: política urbana; movimentos sociais.

377. SOUZA, George Evergton Sales.

Movimento operário católico no Brasil: o caso do círculo operário da Bahia (1937-1962).

CADERNOS DO CEAS – Número 158.

Editora Publigrati

Salvador – 1995.

Faz um breve resumo da história do Movimento Circulista, demonstrando como ele conseguiu atingir considerável dimensão no país em pouco tempo. Reconstitui a ascensão e decadência do C.O.B. (Círculo Operário da Bahia), apresentando suas estratégias de ampliação do número de membros relacionando este itinerário ao quadro político da época. Evidencia a atuação eclesialística frente à organização.

Palavras-chave: movimento circulista; operariado católico.

378. SPOSATI, Aldaiza e LOBO, Elza.

Controle social e políticas de saúde.

Cadernos de Saúde Pública

Rio de Janeiro.

Ressalta que na história de democratização das políticas de saúde, um dos campos que construiu visibilidade aos movimentos de saúde, quer pela denúncia das "ausências e omissões" dos serviços instalados, quer pela luta no sentido de construir um espaço regular para o exercício do controle nos serviços e nas burocracias da gestão da saúde, foi o controle social da coisa pública. Comenta que, no início da década de 80, a experiência marcante na região leste da cidade de São

Paulo foi a de criar os CONSELHOS DE SAÚDE como representação popular no controle do Estado. Enfatiza a conjuntura pós Constituição de 1988 como um marco de um novo momento democrático, onde as leis, a princípio, amparam a participação da população nas políticas de saúde e são defensoras dos direitos sociais. Apresenta alguns questionamentos, tais como: De que forma é entendido o campo do controle social? Este restringe-se aos serviços de saúde ou é mais ampliado, englobando a política de saúde? Como é que as leis passam da sua formulação para a sua aplicação? Busca, então, mapear questões que se colocam quando o controle social se orienta para constituir uma pressão pela mudança/alteração da situação.

Palavras-chave: controle social; direito à saúde; representação popular.

379. STECHER, Heinz.

Cooperativismo - Uma relação conflitiva entre o econômico e político.

Cadernos do CEAS – Número 138.

Editora Publigrati

Salvador – 1992.

Procura resgatar alguns elementos conceituais e momentos históricos que marcaram a prática cooperativista na Europa e que por isso talvez possam contribuir para a discussão atual no Brasil, principalmente em relação ao papel da pequena produção no modelo agrícola. Descreve o cooperativismo europeu, a relação entre cooperativismo e os partidos de esquerda e o potencial do cooperativismo. Trata o cooperativismo como estratégia de organização econômica de base, caracterizada pela autogestão democrática.

Palavras-chave: cooperativismo; partidos políticos.

380. STRALEN, Cornelis Van.

A democratização dos serviços de saúde.

Saúde em debate – Número 15.

Centro Brasileiro de Estudos em Saúde

Rio de Janeiro.

Apresenta o Programa de trabalho do Centro Metropolitano de saúde de Belo Horizonte. Descreve sumariamente a evolução da política de saúde no Estado de Minas Gerais. Define a proposta do CMS, que se constitui fundamentalmente na democratização dos serviços de saúde, ao mesmo tempo que busca uma melhor qualificação técnica das equipes de saúde locais. Apresenta os objetivos operacionais propostos pelo CMS em concordância com a política da Secretaria Estadual de Saúde com vistas a elevar a qualidade da assistência médica.

Palavras-chave: democratização; serviços de saúde; participação.

381. SUCUPIRA, João.

Orçamento e sociedade - Um debate que precisa ser ampliado.

Revista Rumos – Número 123, Volume 20.

Editora da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

Distrito Federal.

Destaca a importância do orçamento, instrumento que autoriza os gastos públicos e estabelece as prioridades governamentais, observando que sua elaboração, que deveria se pautar por uma intensa participação dos diversos setores da sociedade, é caracterizada pela omissão da maioria. Discute propostas para a democratização do orçamento, destacando a transparência dos dados orçamentários (veiculação na grande mídia) e o alargamento do ciclo orçamentário. (abril 1996)

Palavras-chave: orçamento; participação; democracia; transparência.

382. SVIOKLA, John J.

Trabalhadores e novas tecnologias.

Sloan management Review – Número 4, Volume 37.

Inglaterra.

Mostra a adaptação à tecnologia de ponta de profissionais qualificados. Busca dados desse processo em quatro empresas de seguros que adotaram um sistema informatizado.

Palavras-chave: divisão do trabalho; tecnologia.

383. TARSO, Genro.

Reforma do Estado e democratização do poder local.

Poder local, participação popular, Construção da Cidadania.

Organizado por Vera Telles e Renata Villas-Boas

Rio de Janeiro – 1995.

Descreve a situação de clientelismo que pautava as relações entre o movimento comunitário e o Estado quando o Partido dos Trabalhadores assumiu pela primeira vez a prefeitura. O autor aponta vários problemas ocorridos no primeiro governo petista: dificuldades internas - como deveriam ser norteadas as propostas do governo do PT e o forte corporativismo encontrado nos movimentos sociais. Neste sentido, chama atenção para o fato de que não se pode pensar que a liderança comunitária e a própria comunidade conseguem anular os efeitos da dominação burguesa. A administração pública está sujeita aos vícios dessa sociedade e também se orienta por uma prática voltada para atender a interesses particulares. Por outro, mostra que as comunidades têm mais facilidade em substituir a ética individual por uma ética solidária, devido a sua situação social, econômica e cultural ser uniforme. Mostra também que esta visão geográfico-corporativa das lideranças comunitárias se refletiu no orçamento participativo e foi prejudicial, pois fez com que a cidade fosse percebida e planejada de modo fragmentário. Isto fez com que os adversários políticos da administração municipal criticassem o programa de governo do PT, argumentando que ele não tinha uma visão da totalidade da cidade. A fim de tentar atender à totalidade da cidade, o PT lançou o Projeto Cidade Constituinte. Nele foram discutidas as diretrizes gerais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da cidade nos próximos 50 anos. Neste projeto foram envolvidas cerca de 50 entidades, com a presença de delegados do orçamento participativo que, pelo regulamento, tinham direito a voto, com a presença da OAB, do Instituto dos Arquitetos, clubes de serviço, rotários.

Palavras-chave: participação; problemas internos; lideranças.

384. TAUILE, José Ricardo.

Reorganização industrial, bem-estar social e competitividade internacional: perspectivas brasileiras.

Gestão da empresa – Automação e Competitividade

Brasília.

Faz um diagnóstico da rapidez de construção do parque produtivo de consideráveis dimensões e elevada complementaridade industrial instalado no Brasil, sem que as relações de trabalho/capital tivessem evoluído na mesma proporção. Chama atenção para uma necessidade de democracia salarial como resultado de diversos processos de trabalho na estrutura produtiva como um todo.

Palavras-chave: trabalho; flexibilização; Retreinamento.

385. TAVARES, Hermas Magalhães.

Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço.

Cadernos IPPUR/UFRJ – Número 1.

Editora do IUPERJ

Rio de Janeiro – 1993.

Destaca as inovações tecnológicas, como as formas flexíveis de produção (Just In Time, etc.), em curso nos países de capitalismo desenvolvido, principalmente a partir da década de 70. Ressalta a grande rotatividade dos empregados bem como a dificuldade dos mesmos de se organizarem em sindicatos, fruto da flexibilização da força de trabalho. Apresenta algumas experiências de complexos territoriais de alta tecnologia e aponta os principais problemas que eles suscitam.

Palavras-chave: flexibilização da produção; classe; trabalho.

386. TAVARES, Maria Tereza Goudard.

Escolas e creches comunitárias no Rio: uma história de "correr atrás" contra a política do "é pegar ou largar".

Revista Proposta – Número 59.

Editora FASE

Rio de Janeiro.

Debate o argumento do "não há verbas" e o ilusório discurso da "participação" da comunidade ligados à gestão e à aplicação das verbas públicas. Considera a experiência das escolas e creches comunitárias uma experiência valiosa do ponto de vista dos movimentos sociais e da pressão por educação pública, porém questionáveis enquanto propostas governamentais, pois só serviram para barateamento dos custos com a educação.

Palavras-chave: participação; políticas públicas.

387. TEDESCO, João C. e DALSOTO, Adelar.

Desvendando o invisível: considerações introdutórias acerca da informalidade.

Revista Teoria e Evidência Econômica – Número 3.

Rio de Janeiro.

Identifica fatores detectados por lideranças de produtores rurais e órgãos ligados à pesquisa (favoráveis e desfavoráveis) ao desenvolvimento da agropecuária da região sul de Minas Gerais. Trabalha junto com os atores sociais do processo no sentido de identificar os fatores positivos, entre eles o sistema de cooperativa.

Palavras-chave: cooperativa; participação; liderança

388. TEIXEIRA, Angela e FISCHER, Tânia.

Poder local e Participação Espanha/Brasil - perspectivas constitucionais, avanços e limites.

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 23.

Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Rio de Janeiro –1989.

Aborda a questão da participação do cidadão na Espanha e no Brasil, a partir das prescrições institucionais destes países, devido a várias semelhanças apresentadas em suas Constituições, no que diz respeito a gestão pública e exercício do poder local. Mostra que o local e o nacional são aspectos de uma mesma realidade, dois pólos necessários e indissociáveis, sobre os quais os aparatos do Estado trabalha. Observa que a descentralização no Brasil começa em 1984, após as eleições diretas para o legislativo e executivos municipais. Aponta como inevitável a tensão que se cria entre movimentos populares e o Estado quando o primeiro tenta influir e exercer controle sobre a administração municipal. Analisa a participação como uma forma de ampliar sua quota de benefícios públicos, o que se tornou bastante complicado com o declínio do Estado de bem-estar. Enumera alguns dos fatores que podem atrapalhar o estabelecimento da participação popular, e cita como exemplo o enfraquecimento dos movimentos associativos proporcionado por alguns partidos políticos e setores conservadores da sociedade que não querem perder influência e poder frente a seus eleitores. Enfatiza a preocupação de alguns autores quanto à questão da participação popular no Brasil, que para eles pode ser a forma do Governo "compartilhar" a má gestão administrativa ou de repassar aos cidadãos tarefas que eram para ser realizadas exclusivamente pelo Governo. Aponta para a existência de várias formas de manifestação dos excluídos, que vai do bloqueio de uma rua até a criação de uma associação de moradores. Assinala como diferença básica entre a participação na Brasil e na Espanha a descontinuidade que aqui existe, e revela que o envolvimento do cidadão com o Estado não deve ficar apenas na cobrança e em uma correção posterior, mas deve-se dar maior atenção às sugestões dos moradores na questão da formulação de políticas e execução das ações.

Palavras-chave: participação; poder local; gestão; descentralização.

389. TEIXEIRA, Amélia Sá Barreto; RIBEIRO, Ana Clara Torres; CHINELLI, Filippina e ELIAS, Roseli.

Casa e fábrica. O trabalho a domicílio.

Cadernos do CEAS – Número 78.
Editora Publigrati
Salvador –1982.

Aponta o trabalho fabril a domicílio como forma (nos países onde se aperfeiçoaram as leis trabalhistas) de sustentação de liberdade do capital em relação aos trabalhadores. Estuda o trabalho a domicílio usando o exemplo das confecções. Apresenta suas características como o não reconhecimento do vínculo empregatício e não pagamento de encargos trabalhistas. Analisa a vida dos que exercem estas funções, principalmente das mulheres. Aponta caminhos para uma prática social adequada.

Palavras-chave: trabalho domiciliar; encargos trabalhistas.

390. TEIXEIRA, Elenaldo.

Orçamento público como instrumento político.
Cadernos do CEAS – Número 149.
Editora Publigrati
Salvador –1994.

Define orçamento público como instrumento para realização de políticas públicas e de exercício da cidadania. Procura desmistificar o tecnicismo e elitismo na sua elaboração. Assinala a importância de a sociedade civil organizada participar da elaboração e execução do orçamento para reverter a destinação dos recursos públicos em favor da maioria da população.

Palavras-chave: orçamento público; sociedade civil organizada; participação; cidadania.

391. TEIXEIRA, Maria do Carmo Martins.

Organização nos locais de trabalho. Para quando?
Revista Proposta. Experiências em Educação Popular – Número 40.
Editora FASE
Rio de Janeiro –1989.

Relata a origem dos sindicatos. Analisa a história do sindicalismo no Brasil. Defende que os trabalhadores devem se organizar por local de trabalho. Transcreve a entrevista de representantes de comissões de fábrica, que discutem a sua história e o papel dos sindicatos.

Palavras-chave: círculo controle de qualidade; comissão de fábrica; autonomia.

392. TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury.

Perspectivas de descentralização do sistema de saúde na Bolívia.
Revista de Administração Pública - Vol.25 out/dez 1991
Editora da Fundacao Getulio Vargas
Rio de Janeiro – 1991.

Analisa as características sócio-econômicas e político-institucionais do país. Examina as estratégias empregadas na descentralização dos serviços de saúde na Bolívia, um processo que teve início em 1986, com o novo contexto democrático, paralelo à adoção de uma economia política baseada no liberalismo. Destaca duas medidas adotadas na nova política econômica (NPE): a reforma tributária e a criação do fundo nacional de emergência. Analisa a relação público/privado.

Palavras-chave: descentralização; serviço de saúde; reforma tributária.

393. TELLES, Vera.

Sociedade civil, direitos e espaços públicos.
Organizado por Renata Villas-Boas
São Paulo –1994.

Considera como desafio da cidadania construir um sentido de pertencimento numa sociedade que destitui a todos de um lugar de reconhecimento pelo aumento espantoso da pauperização.

Denuncia a negação de direitos , o não reconhecimento do outro como sujeito de interesses e aspirações legítimas, o que afeta sociabilidade, cultura e identidades. Aponta uma obstrução da dimensão ética da vida social através da recusa de um sentido de responsabilidade pública e de obrigação social. Vê nos movimentos sociais, nos grupos organizados , nas associações civis as possibilidades de se definir as relações entre modernidade e cidadania, de resgatar valores como igualdade, justiça e liberdade. Concebe a emergência da sociedade civil como alternativa capaz de conciliar desenvolvimento, equidade e justiça social. Ressalta que a ênfase atual no local, nas tradições e na comunidade ao mesmo tempo que aponta para potencialidades criativas das práticas sociais, também contém o risco de aprofundar segmentações e disparidades. Defende a construção de arenas públicas de participação, representação e negociação, que viabilizem uma gestão da coisa pública que tenha como parâmetro o reconhecimento e universalização dos direitos.

Palavras-chave: movimentos sociais; pertencimento.

394. TENÓRIO, Fernando Guilherme e CARVALHO, Helenice Feijó de.

Projetos comunitários; elaborando um referencial teórico
Revista de Administração Pública – Número 3, Volume 25.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro – 1991.

Discorre sobre uma proposta metodológica que possibilite a socialização do conhecimento técnico-gerencial em relação às comunidades de baixa renda, a fim de reduzir a distância entre a linguagem destas comunidades e a das agências financiadoras de projetos.

Palavras-chave: conhecimento técnico-gerencial; comunidade de baixa renda.

395. TIRIBA, Lia Vargas.

Los trabajadores, El capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: Rastreando el Debate Histórico.
Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Revista de Educación en América Latina Y el Caribe – Número 46, Volume 11.
Rio Grande do Sul –1997.

Faz uma reflexão do fim do emprego assalariado conquanto o trabalhador se subordina aos ditames do capital como forma de sobrevivência , surgindo assim uma nova forma de trabalho. Discute essa transformação ocasionada pela sua luta em ser agente participativo, ser integral, capaz de agir e interagir nesse mundo. Investiga esse novo agente nas novas formas de trabalho participativo e cooperativista (produção associada).

Palavras-chave: trabalho-capital; produção associada; gestão participativa; autogestão;

396. TOMEI, Patrícia e LERNER, Adriana.

Os modismos gerenciais e a dinâmica organizacional.
ENANPAD
Administração rural e agroindustrial.

Analisa a adoção de “modismos gerenciais” quando sem necessidade real de aplicação onde os resultados, principalmente sobre os trabalhadores podem ser desastrosos (expectativa/ frustração; insatisfação , resistência à mudanças, obsolescência, decadência, stress, etc.)

Palavras-chave: trabalho; participação; cooperação.

397. TOMEI, Patrícia.

A responsabilidade social da empresa: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional.
Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 24.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro –1984.

Realiza um estudo que define a responsabilidade social como a forma da empresa interferir nos interesses conflitantes da sociedade. Analisa o quadro atual brasileiro onde identifica uma nova atuação sindical mais combativa, desatrelada dos ditames do Estado, demandando novas respostas das empresas. As pressões sociais passam a permear as empresas tomando-as mais solidárias comas problemáticas sociais. A responsabilidade social é definida como uma resposta do empresariado às demandas do ambiente organizacional.

Palavras-chave: responsabilidade social; empresariado brasileiro.

398. TOSI, Maria Raineldes.

A gestão democrática da educação através da comunidade: uma experiência.

Revista Brasileira de Administração da Educação – Número 2, Volume 4.

Porto Alegre – 1986.

Faz a descrição de experiência realizada em um bairro da periferia de São Paulo, em que a administração escolar se fez através da participação da comunidade. Apresenta os aspectos positivos e os negativos de tal experiência.

Palavras-chave: administração escolar; participação.

399. TRANCOSO, Júlio Alejandro Lobos.

A experiência brasileira sobre a participação dos trabalhadores na vida da empresa.

Organizado pelo IBRART

São Paulo – 1985.

Analisa a representação dos trabalhadores na empresa. Conceitua participação e representação. Distingue a vertente reivindicatória da participação e a vertente colaborativa. Discute o processo de co-gestão e avalia que as formas de representação trabalhista nas empresas brasileiras pouco tem a ver com o modelo típico de co-gestão.

Palavras-chave: comitê de empresas; participação dos empregados.

400. TRINDADE, Carlos.

Os serviços de saúde em Cachoeiras de Macacu.

Saúde em debate.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

Organizado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Curitiba.

Relata o desenvolvimento dos conflitos vividos pelos lavradores de Cachoeiras de Macacu, na sua luta por uma melhor qualidade de vida. Apresenta o Projeto Papucaia, que reuniu a população e os técnicos de saúde em torno de Comissões com o objetivo de discutir a questão da saúde no seu mais amplo entender. Mostra o desenvolvimento do projeto, resultando na criação do primeiro Distrito Sanitário do Brasil.

Palavras-chave: comissões de Saúde; participação popular; reforma sanitária.

401. UGA, Maria Alicia de.

Descentralização e democracia: o outro lado da moeda.

Planejamento e políticas públicas.

Rio de Janeiro –1991.

Elabora análise da relação entre descentralização para a esfera local de governo e a democratização. Explica a associação feita entre democracia e descentralização nos países latino-americanos e nos Welfare States a partir das críticas à centralização. Expõe a análise dos modelos democráticos construídos para sociedades de classes, arcabouço da democracia liberal, a partir de elaboração de Macpherson, que distingue: a democracia protetora, a desenvolvimentista, a de equilíbrio e a participativa. Procura identificar princípios democráticos apontados pelos modelos com potencialidade para viabilizar processos de transformação nas nossas sociedades de forma a torná-las menos excludentes: o controle por parte dos cidadãos, as eleições por maioria, a

consideração das demandas das minorias, o processo de educação para cidadania e participação popular. Distingue descentralização de desconcentração, assim como as formas em que a descentralização pode se expressar. Levanta as principais qualidades apontadas com mais frequência em relação à descentralização do ponto de vista da democratização. Discute a descentralização e democratização no âmbito do sistema de saúde.

Palavras-chave: descentralização; democratização; sistema de saúde.

402. URANI, André.

Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil.

Revista de Cultura e Política Lua Nova – Número 35.

Organizado pelo CEDEC

São Paulo –1995.

Defende que a ênfase do combate à pobreza deveria ser colocada em uma série de reformas institucionais. Discute duas questões principais, (1) será que é preciso aumentar a taxa de crescimento do PIB para gerar emprego e renda?; (2) será que é preciso gerar mais empregos e mais renda para aumentar o grau de desenvolvimento social do Brasil? Analisa o comportamento macroeconômico do Brasil, o comportamento do mercado de trabalho e faz um paralelo entre as tendências observadas na relação entre crescimento e geração de emprego e renda no Brasil e em seis países industrializados.

Palavras-chave: classe trabalhadora; mercado de trabalho.

403. V Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Estratégias para implementação da reforma sanitária.

Saúde em debate

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

Editores do Núcleo de Estudos em saúde Coletiva.

Curitiba/PR.

Analisa o momento político, indicando os obstáculos à implementação da Reforma Sanitária e os procedimentos para derrubá-los. Examina o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, identificando os fatores que contribuem para o seu atraso e os aspectos positivos para a sua viabilização. Destaca a importância da Municipalização, apontando os entraves, as estratégias e os critérios para a sua efetivação. Examina a Distritalização, apresentando duas proposições para a definição do Distrito Sanitário.

Palavras-chave: reforma sanitária; SUDS; municipalização; distrito sanitário.

404. VALLE, Rogério.

A crise do Taylorismo.

Revista de Administração Pública – Número 4, Volume 27.

Editores da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro – 1993.

Analisa os modelos de organização elaborados por F. W. Taylor e H. Ford explicando de que forma foram capazes de racionalizar a mesma. Coloca juntamente em questão os benefícios trazidos para a sociedade moderna. Analisa a modernidade e racionalização através do conceito de "consciência moderna" de Max Weber. Questiona a burocratização e a racionalidade discutindo a perda do sentido da ação humana e a perda da liberdade de agir segundo seus próprios valores. Relaciona estas questões com o surgimento da crise do taylorismo. Aponta a necessidade da informatização da produção, que aparece, segundo ele, como incompatível aos métodos tayloristas, que se caracterizam, principalmente, como "centralizadores". Explica o processo atual de produção e sua organização, que valoriza a cultura técnica e as decisões tomadas a partir de uma lógica que busca um aperfeiçoamento contínuo.

Palavras-chave: modernidade; racionalização.

405. VANNUCCHI, Paulo.

Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema - Organização dentro da fábrica: avanços e dificuldades.
Comissões de Fábrica - Uma década do novo sindicalismo
Revista Proposta - Experiências em Educação Popular – Número 40.
Editora FASE
Rio de Janeiro –1989.

Apresenta o número de empresas e trabalhadores que compõem o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Apresenta também a taxa de sindicalização. Acentua a importância desta região abrigar a fatia mais importante da indústria automobilística do país. Analisa o papel da comissão de fábrica. Apresenta breves depoimentos sobre organização sindical na Mercedes, Volkswagen, Brastemp, Perkins, Ford e Resil.
Palavras-chave: sindicalização; sindicato; comissão de fábrica.

406. VASCONCELOS, Isabela F. F. Gouveia de e JÚNIOR, Thomas Wood.
Controle social nas organizações.
Revista de Administração de Empresas – Número 5, Volume 33.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
São Paulo –1993.

Faz a atualização da bibliografia inicial (Motta, Fernando C. Prestes - 1979) acrescentando a respectiva simbólica aos argumentos originais. Apresenta vários aspectos do controle social nas organizações, analisando as contribuições de Merton, Selznick, Goudner, Crozier, o grupo de Aston e Weber. Descreve o processo de socialização do indivíduo na organização e levanta a questão do comportamento dos empregados.
Palavras-chave: trabalhador; controle social.

407. VASCONCELOS, Jarbas.
Experiências democráticas de participação popular nas Prefeituras.
Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania.
Organizado por Vera Telles e Renata Villas Boas
Rio de Janeiro –1995.

Relata a experiência municipal do Recife. Acentua a importância da cidade ter sido dividida em seis regiões político-administrativas - RPAs. Ressalta que o movimento popular participa de reuniões com a prefeitura, mas a classe média não. Enfatiza a necessidade de conseguir a adesão da classe média na discussão do orçamento participativo, a fim de que a cidade possa ser planejada em sua totalidade. Relata que a cidade sofre com os períodos de chuva, já que milhares de pessoas vivem em encostas. Para tentar solucionar os problemas nas encostas nos períodos de chuva, a prefeitura buscou desenvolver parcerias. As comunidades ofereciam mão-de-obra e a prefeitura forneceu material e técnicas para orientar a construção de muros para contenção de encostas. Destaca o programa " Prefeitura nos Bairros" , responsável por receber demandas das entidades organizadas.
Palavras-chave: parcerias; regiões político-administrativas.

408. VAZQUEZ, Petilda Serva.
Bancários: uma categoria na vanguarda do sindicalismo brasileiro.
Cadernos do CEAS – Número 123.
Editora Publigrati
Salvador –1989.

Analisa a vanguarda dos bancários, principalmente dos baianos, lembrando suas condições privilegiadas. Baseia-se nas manifestações que ocorreram entre 1985 e 1987. Discute as formas de organização sindical e a questão da negociação como modelo alternativo de reestruturação das relações de trabalho no país. Tenta provocar reflexões sobre uma proposta de modelo de relações de trabalho 'ideal' ou desejado pela classe trabalhadora.
Palavras-chave: bancários; organização sindical.

409. VENOSA, Roberto.

A evolução da participação nas organizações auto-geridas iugoslavas.
Revista de Administração de Empresas – Número 1, Volume 21.
Editora da Fundação Getúlio Vargas.
Rio de Janeiro –1981.

Faz um estudo da democratização do poder na empresa. Examina a participação do trabalhador nos processos decisórios. Exame da participação na tomada de decisões na gestão da empresa iugoslava. Critica o fato de apesar de grande parcela dos trabalhadores iugoslavos participarem, os mesmos detém pequena margem de controle sobre as decisões. Analisa o período 1950-70 onde a sociedade iugoslava passou de um período revolucionário para a institucionalização do centralismo democrático. Considera que a participação total na Iugoslávia não vai além da teoria.

Palavras-chave: democracia; participação; processos decisórios.

410. VERGARA, Silvy Constant.

Movimentos sociais urbanos e pesquisa participante: alternativas formas e conteúdos clássicos e sua contribuição a construção da cidadania.
Revista de Administração Pública – Número 2, Volume 22.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro –1988.

Analisa a construção da cidadania a partir do estudo dos movimentos sociais urbanos e pesquisa participante. Demonstra que a construção da cidadania não se faz apenas através da educação, mas sim de acordo com a multiplicidade de instrumentos fundamentais para a formação da cidadania, tais como organizações comunitárias, lar e rua. Apresenta algumas reflexões sobre questões de poder, poder do Estado, poder da sociedade civil e suas implicações no exercício da cidadania.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; cidadania.

411. VERGARA, Sylvia Constant.

Questões trabalhistas: da competência legal ao compromisso social
Revista de Administração Pública – Número 1, Volume 20.
Editora da Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro – 1986.

Trata das questões trabalhistas analisando historicamente a intervenção do Estado na economia, apresenta os modelos economistas de mercado de trabalho e relata a política salarial e o papel da organização sindical. Sugere a necessidade de um compromisso social que atenda aos reais anseios de direito de uma existência digna ao trabalhador.

Palavras-chave: mercado de trabalho, organização sindical, política salarial.

412. VERGOLINO, Tercina.

Relações de trabalho das empresas domésticas no Recife: modificações nos últimos 15 anos.
Cadernos de Estudos Sociais – Número 2.
Editora da Fundação Joaquim Nabuco
Recife –1991.

Focaliza essa categoria de trabalhadores informais, mostrando as condições de trabalho em que se encontram. Baseia-se em pesquisa realizada em 1986 e 87 comparando-a com uma outra de 1971. Assim analisa as modificações ocorridas neste período. Apresenta várias tabelas onde são mostrados dados referente ao número de empregadas, grau de especialização, dias de folga, horas de trabalho diário, conhecimento de leis, etc. Analisa as formas de remuneração.

Palavras-chave: trabalho informal; empresas domésticas.

413. VIANNA, Maria Lúcia Werneck e SALINAS, Júlio Abulafia.

Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário.
DADOS - Revista de Ciências Sociais – Número 1, Volume 25.
Editora Campus
Rio de Janeiro –1982.

Analisa a contribuição significativa de diversos grupos de interesse social para definição de políticas de planejamento econômico e social. Destaca o estímulo à criação de canais de agregação dos interesses de pequenas e médias empresas para consolidação desse formato pluralista de organização política. Discute a lógica de formação de grupos de interesse empresarial e as causas do baixo grau de articulação do pequeno e médio empresário brasileiro. Debate sobre a inserção dos grupos na estrutura de classe e as lógicas de ação coletivas diversas. Percebe a importância da interferência no processo decisório governamental.
Palavras-chave: participação; políticas de planejamento.

414. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck.

Modernização, empresa e Estado: novos papéis na elaboração de políticas sociais.
As políticas sociais no Brasil – Número 18.
Organizador: Serviço Social da Indústria-Departamento Nacional.
Brasília.

Analisa a crise do Welfare State, que aponta para a viabilidade de uma redefinição das relações entre o setor público e o mercado na promoção do bem-setar social. Observa que o padrão cooperativo na relação capital-trabalho estabelece novos papéis à iniciativa privada (empresa e ONGs). Examina experiências de complementaridade, mostrando diferentes formas de funcionamento dos regimes privados. Ressalta que o crescimento dos esquemas suplementares não implica substituição do sistema público por outro de caráter privado. Nota que as renovadas funções da iniciativa privada, em termos de proteção social, parecem corresponder aos requisitos da modernização, combinando os padrões de competitividade que o mercado passou a requerer com formas organizadas de aquisição de bem-estar, o que atribui aos atores sociais maior responsabilidade na elaboração das políticas sociais.
Palavras-chave: políticas sociais; ação privada; competitividade; modernização.

415. VIEIRA, Adriane e MORAES, Lúcio Flávio R. de.

A qualidade de vida no trabalho, as inovações tecnológicas e o movimento sindical: um estudo de caso.
ENANPAD
Resumos de Trabalhos - ENENPAD
Rio de Janeiro –1997.

Toma como base de estudo um estudo de caso realizado no setor metal – mecânico da cidade de Jaraguá do Sul/SC onde mostra as dificuldades (principalmente frente as inovações tecnológicas) de negociação do movimento sindical causadas pelas relações autoritárias e submissas entre empresários e trabalhadores e como estas afetam diretamente a qualidade de vida no trabalho.
Palavras-chave: participação; sindicalismo; trabalho.

416. VIEITEZ, Cândido Giraldez

Temas da autogestão dos trabalhadores.
A empresa sem patrão
Organizador Cândido Giraldez Vieitz
Editora da UNESP
São Paulo – 1997.

Apresenta a ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária. Mostra características das empresas autogestionadas, suas dificuldades, a questão de algumas Universidades públicas paulistas e de vários tipos de cooperativas.
Palavras-chave: autogestão; participação; cooperativas.

417. VIEITZ, Cândido Giraldez.

Vivências de fábricas, fatos e motivações na formação das empresas autogeridas.

A Empresa sem patrão

Organizador Cândido Giraldez Vieitz - UNESP

Editora da UNESP

São Paulo – 1997.

Transcreve comunicações orais apresentadas por trabalhadores e/ou dirigentes no simpósio sobre autogestão. Apresenta experiências vividas por empresas com a autogestão.

Palavras-chave: autogestão; participação.

418. VILHENA, André T. e HEMAIS, Carlos.

Reciclagem de resíduos sólidos como forma de geração de empregos.

Anais do IV encontro sobre gestão empresarial e meio ambiente

FGV/USP/FAESP.

Apresenta um questionamento embasado em avaliações estatísticas da probabilidade de a reciclagem ser uma forma viável de geração de empregos com pouco investimento com grande repercussão social, ambiental e econômica.

Palavras-chave: associações; trabalho; qualificação.

419. VILLAS BOAS, Renata.

São Paulo: conflitos e negociações na disputa pela cidade.

Revista Pólis – Número 23.

Rio de Janeiro – 1996.

Realiza um estudo que parte de uma avaliação das repercussões da globalização, na reestruturação produtiva influenciando mudanças tecnológicas e estruturais na organização. Detecta uma preocupação em aumento de capital em detrimento do Trabalho. Surge a Terceirização e Quarteirização como soluções para o enxugamento corporativo. Juntamente com essas parcerias cooperativas acompanha a subcontratação.

Palavras-chave: trabalho; cooperativas; reestruturação; administração municipal; proteção ambiental; vendedores ambulantes.

420. VIRGENS, Luís Marcolino e SANTOS, Selene Herculano dos.

Os conselhos do Governo a comunidade: teoria e realidade.

Revista de Administração Pública - Número 2, Volume 23.

Editora da Fundação Getúlio Vargas

Rio de Janeiro –1989.

Analisa da experiência de democracia participativa na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Discute formas de participação. Conceitua democracia. Discute as concepções de Estado, segundo vertentes liberais, moldes anarquistas e marxista. Conclui que a base teórica sobre a qual se assenta a questão da democracia participativa é o modo como esta vem a ser o ponto de convergência para qual apontam diferentes correntes do pensamento político e sociológico. Demonstra que o Estado e cidadão estavam muito distantes no regime militar de 1964. Após 1985, com a criação dos Conselhos Governo-Comunidade, as decisões da comunidade seriam tomadas por elas mesmas. Entretanto, em razão das distorções estruturais que tomaram os CGC balcões de pedidos, atendendo práticas clientelistas, propõe não a extinção dos CGC e sim sua modificação para atender a democracia participativa.

Palavras-chave: democracia; participação; Conselho Governo-Comunidade.

421. WEIL, Kurt E.

Participação do empregado no lucro da empresa.

Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 32.

Editora Fundação Getulio Vargas
São Paulo – 1992.

Elabora uma explanação geral sobre o assunto de planos de incentivos salariais, com base na afirmação de que a única solução para a distribuição dos lucros está na livre iniciativa empresarial e que a ação do governo deve restringir-se à taxação de lucros e lucros extraordinários, promovendo assim a distribuição. Mostra que os problemas de concorrência para contratar mão-de-obra, estão ligados aos planos de incentivo salarial que cada empresa oferece. Cita como ponto importante que as empresas pudessem comprar suas próprias ações na Bolsa de Valores para eventual distribuição aos operários. Divide a participação em três tipos básicos, que são: participação por dividendos e por distribuição de ações, onde o operário se torna co-proprietário da empresa; distribuição por avaliação de mérito, que se torna participação individual; e distribuição pelo lucro da produção, que define participação para resultados de equipe. Afirma que este procedimento tem diferenciado muitas empresas na busca dos melhores profissionais do mercado, quando coloca a oportunidade de se ter uma remuneração variável de acordo com a produção, motivando e incentivando o trabalho em equipe visando melhores resultados para a empresa. Palavras-chave: participação nos lucros; plano de incentivos salariais.

422. WOOD, Thomas Jr.

Fordismo, toyotismo, volvismo : os caminhos da indústria em busca do tempo perdido.
Revista de Administração de Empresas – Número 4, Volume 32.
Editora da Fundacao Getulio Vargas
São Paulo –1992.

Mostra que a partir dos anos setenta, a supremacia americana no mundo industrial tem sido desafiada pela crescente economia japonesa. Analisa o fato de que o ocidente em pleno desenvolvimento, ligando a presente questão aos métodos de produção e à forma de organização do trabalho dominante nas companhias industrializadas. Investiga três pontos da questão: a ascensão e queda da produção em massa - "o sistema fordista", o nascimento e as características do " sistema toyota", e o surgimento do " sistema volvo". Finaliza propondo aos leitores uma visão geral sobre o processo de transformação e reestruturação da indústria nesse século. Palavras-chave: organização do trabalho; reestruturação da indústria.

423. YAZBECK, Maria Carmelita.

A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social.
Cadernos do CEAS – Número 164.
Editora Publigrati
Centro de Estudos e Ação Social
Salvador – 1996.

Discute as políticas sociais nos anos 90 e o lugar ocupado pela assistência social no Governo Fernando Henrique. Analisa o programa Comunidade Solidária. Aborda a questão da ineficácia das políticas sociais, em seu conjunto programático, por parte do Estado. Assinala que o movimento de organização da sociedade civil tem trazido à tona sujeitos diferenciados com uma agenda aparentemente comum em alguns pontos : solidariedade, parceria, democracia e autonomia. Palavras-chave: políticas sociais.

424. ZARIFIAN, Philippe.

As novas abordagens da produtividade.
Gestão da empresa – Automação e Competitividade
Organizador: Instituto de Pesquisas Avançadas
Brasília.

Analisa o modelo Taylorista de produtividade e suas limitações, para então se aprofundar nos atuais deslocamentos e ampliações da produtividade (nos processos técnicos integrados e automatizados) do trabalho. Palavras-chave: trabalho; descentralização; flexibilização; retreinamento; gestão participativa.

425. ZOCKUN, Maria Helena.

Emprego e jornada de trabalho: algumas dimensões do problema.

Revista Mercado e Trabalho: Conjuntura e Análise.

Rio de Janeiro –1996.

Aponta a redução do conteúdo de trabalho humano por unidade produzida como resultado das mudanças tecnológicas, que tem aumentado o desemprego. Expõe a idéia de que a redução da jornada de trabalho é uma alternativa interessante para aumentar o emprego, porém isso deve ser feito sem que se ponha em risco a competitividade do produto nacional. Mostra que a jornada de trabalho pode ser contratada com base anual e não mais com base mensal ou diária, o que amenizaria as sazonalidades da demanda pelo trabalho, diminuindo a demissão de trabalhadores em épocas desfavoráveis. É a idéia de Banco de Horas, beneficiando a contratação de mão-de-obra, pois haveria redução dos encargos e, conseqüentemente, do custo do trabalho. Prega que o desenvolvimento tecnológico trará à humanidade, gradativamente, uma necessidade cada vez menor de trabalhar, e que alguns trabalharão para o sustento de todos. Coloca como desafios para a estrutura social das comunidades uma nova e diferente forma de distribuição da produção e, uma forma de evitar o ócio destrutivo, das drogas e violência. Questiona como usar de maneira saudável o tempo, numa sociedade tão acostumada a louvar o trabalho tradicionalmente concebido. Mostra que é uma questão de educação, pois na Grécia antiga, os jovens eram educados para a descoberta de seus talentos como: esporte, dança e música. Propõe uma diminuição na jornada de trabalho, associada a uma mudança na educação dos jovens da atual cultura materialista, para novos valores de culto também ao lazer e ao ócio criador.



000090958

